



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ - SC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JOEL DOS SANTOS PEREIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES POLÍTICO-EMPRESARIAIS TRANSFORMANDO**  
**A PAISAGEM:**  
**A POMICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE**  
**(DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

CHAPECÓ

2022

**JOEL DOS SANTOS PEREIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES POLÍTICO-EMPRESARIAIS TRANSFORMANDO  
A PAISAGEM:  
A POMICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE  
(DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

**CHAPECÓ  
2022**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Pereira, Joel dos Santos

POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES POLÍTICO-EMPRESARIAIS  
TRANSFORMANDO A PAISAGEM: A POMICULTURA NO VALE DO RIO  
DO PEIXE (DÉCADAS DE 1970 E 1980) / Joel dos Santos  
Pereira. -- 2022.

136 f.:il.

Orientador: Doutor Marlon Brandt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2022.

1. Políticas governamentais; redes  
político-empresariais; território; paisagem;  
fruticultura.. I. Brandt, Marlon, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**JOEL DOS SANTOS PEREIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES POLÍTICO-EMPRESARIAIS TRANSFORMANDO**

**A PAISAGEM:**

**A POMICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE**

**(DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 11/10/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**govbr** MARLON BRANDT  
Data: 06/12/2022 10:05:05-0900  
Verifique em <https://verificador.br.br>

---

**Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS**

*Presidente da banca/orientador*

Documento assinado digitalmente  
**govbr** JO KLANOVICZ  
Data: 12/12/2022 11:51:03-0900  
Verifique em <https://verificador.br.br>

---

**Prof. Dr. Jó Klanovicz – Unicentro**

Membro titular externo

*Samira P. Moretto*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Samira Peruchi Moretto – UFFS**

Membro titular interno

---

**Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma – UFFS**

Membro suplente

À minha mãe, Pedrolina dos Santos Pereira, *in memoriam*. Pelo estímulo para a leitura desde cedo. Quando ainda não estava alfabetizado, ela lia e contava suas histórias, eu a escutava. Quando eu já havia aprendido a ler, eu retirava livros diversos, romances clássicos, em particular, romances indigenistas, que eu lia enquanto ela, pacientemente, escutava.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Prof. Dr. Marlon Brandt, pelo seu brilhantismo e raciocínio aguçado, que ousou acreditar que eu seria capaz de empreender tamanha tarefa e desempenhá-la de forma exitosa, desde quanto sugeriu que eu desenvolvesse um projeto de mestrado relacionado à História ambiental, por ocasião do término do TCC, do qual também foi meu orientador.

Devo agradecer profundamente ao Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma, bem como à Prof.<sup>a</sup> Dra. Gisele Leite de Lima, dentre outros, que permitiram que eu obtivesse relevante êxito nos estudos da Graduação em Geografia. Dos professores aqui lembrados, jamais esquecerei a dedicação e o compromisso em colaborar para a boa formação dos seus discentes, particularmente nas aulas de Geografia econômica, assim como nas aulas de Biogeografia, respectivamente.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História, PPGH-UFFS, pelo que sou grato, novamente fui privilegiado com a incansável presença em todas as horas do mestrado, da Prof.<sup>a</sup> Dra. Samira Peruchi Moretto, por quem manifesto minha profunda gratidão por seu esmero no desenvolvimento de suas aulas, bem como nas ‘cobranças já esperadas’ – meu Deus (!), pelas quais, oriundas de suas observações quase intransigentes, mas todas imprescindíveis, definitivamente reforcei meu compromisso com a História. Na pessoa da Prof.<sup>a</sup> Dra. Samira P. Moretto, coordenadora do período de minha dissertação, agradeço aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que foram de grande inspiração.

Incluo aqui minha gratidão ao Prof. Dr. Jó Klanovicz, docente da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, que me prestou auxílio em tempo de minha pesquisa, bem como, posteriormente e gentilmente, aceitou o convite para compor as bancas examinadoras, do PPGH-UFFS, às quais a presente dissertação foi submetida para análise, apreciação e avaliação.

Por fim, agradeço a colaboração do Centro Para a Agricultura Familiar, CEPAF-EPAGRI (Chapecó/SC), pelos auxílios e disponibilização de acesso ao acervo bibliográfico dessa instituição; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Estação Experimental Agronômica – E.E.A., bem como ao Campus do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, de inestimável valor, pelo impressionante acervo e acesso à obras já

praticamente indisponíveis nos bancos de dados e repositórios de fontes conhecidas. A todos, meus agradecimentos, respeito e sincera gratidão, hoje e sempre!

#### PAISAGEM Nº 4

Os caminhões rodando, as carroças rodando,  
rápidas as ruas se desenrolando,  
rumor surdo e rouco, estrépitos, estalidos...  
E o largo coro de ouro das sacas de café!...

Na confluência o grito inglês da São Paulo Railway...  
Mas as ventaneiras da desilusão! a baixa do café!...  
As quebras, as ameaças, as audácias superfinas!...  
Fogem os fazendeiros para o lar!...Cincinato Braga!...  
Muito ao longe o Brasil com seus braços cruzados...  
Oh! as indiferenças maternais!...

Os caminhões rodando, as carroças rodando,  
rápidas as ruas se desenrolando,  
rumor surdo e rouco, estrépitos, estalidos...  
E o largo coro de ouro das sacas de café!...

Lutar!  
A vitória de todos os sozinhos!...  
As bandeiras e os clarins dos armazéns abarrotados...  
Hostilizar! Mas as ventaneiras dos braços cruzados!...

E a coroação com os próprios dedos!  
Mutismos presidenciais, para trás!

Ponhamos os (Vitória) colares de presas inimigas!  
Enguirlandemo-nos de café-cereja!  
Taratá! e o peã de escárnio para o mundo!

Oh! este orgulho máximo de ser paulistamente!!!  
(ANDRADE, 1986, p.64)



## RESUMO

A presente dissertação procura analisar os processos e práticas com pomicultura, em que se constata importante protagonismo do estado catarinense, no incentivo ao cultivo de frutíferas, particularmente, na questão de cultivos de maçãs, uvas e ameixas, com interesse precípua em pesquisar sobre a região do Vale do Rio do Peixe – correspondente à parte da Mesorregião Oeste Catarinense (IBGE, 1990), no período entre as décadas de 1970 e 1980. O recorte temporal escolhido se justifica por caracterizar o período em que se acentuou a prática da pomicultura em Santa Catarina como atividade agrícola de grande impacto sob viés comercial e empresarial. A pesquisa teve como base os conceitos epistemológicos da perspectiva da linha 1 do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH/UFFS, ou seja, História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente. A região de estudo representa importante palco dos projetos pioneiros sob empenho privado-estatal que favoreceram projetos com fruticultura de clima temperado, particularmente com pomicultura, de forma peculiar. Partiu-se da premissa de que os agentes estatais, pela natureza de suas proposições e instrumentalização, podem conceber ou favorecer determinadas práticas empresariais, incorporando-as em suas pautas de intervenção, capazes de produzir ou antecipar transformações importantes sobre o meio natural e formas de ocupação e uso do território. Como meio de apreender e descrever a realidade, sob limites possíveis para o presente estudo, recorreu-se a fontes governamentais, comparando-as ou confrontando-as com a literatura acadêmico-científica, de modo a facilitar as discussões propostas por esta pesquisa. Desta forma, articula-se leituras de bibliografias de referência, dados de relatórios e projetos governamentais, relacionando-os com dados colhidos em pesquisas de campo *in loco*, em bibliotecas, acervos públicos e privados, para o desenvolvimento das pesquisas, análises e discussões pretendidas.

Palavras-chave: políticas governamentais; redes político-empresariais; território; paisagem; fruticultura.

## ABSTRACT

The present dissertation seeks to analyze the processes and practices with pomiculture, in which we can see an important role of the State of Santa Catarina, in the incentive to the cultivation of fruit trees, particularly, in the issue of apple, grape and plum cultivation, with the main interest in researching the Vale do Rio do Peixe region - corresponding to part of the Mesorregião Oeste Catarinense (IBGE, 1990), in the period between the 1970s and 1980s. The chosen period of time is justified because it characterizes the period in which the practice of pomiculture was accentuated in Santa Catarina as an agricultural activity of great impact under a commercial and entrepreneurial viewpoint. It was based on the epistemological concepts of the perspective of line 1 of the Postgraduate Program in History - PPGH/UFFS, that is, History of the settlement, agriculture, and environment. The study region represents an important stage for pioneer projects under private-state commitment that favored projects with temperate climate fruit farming, particularly with pomiculture, in a peculiar way. We start from the premise that state agents, by the nature of their propositions and instrumentalization, have the capacity to conceive or favor certain business practices, incorporating them in their intervention guidelines capable of producing or anticipating important transformations on the natural environment and forms of occupation of these natural environments. As a means of apprehending and describing the reality, under possible limits for the present study, governmental sources were used, comparing, or confronting them with the academic-scientific literature, in order to facilitate the discussions proposed by this research. In this way, it articulates readings of reference bibliographies, data from reports and governmental projects, relating them to data collected in field research *in loco*, in libraries, public and private collections, for the development of the intended research, analysis and discussions.

Keywords: governmental policies; political-corporate networks; territory. landscape. fruticulture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da Mesorregião Oeste Catarinense.....	17
Figura 2 - Relevo da Mesorregião Oeste Catarinense .....	40
Figura 3 - Ocupação territorial na Mesorregião Oeste Catarinense, entre população rural e urbana (1960).....	44
Figura 4 - Evolução do perfil de ocupação do solo, Mesorregião Oeste Catarinense (1970) ..	45
Figura 5 - Ampliação/consolidação da malha urbana, Mesorregião Oeste Catarinense (1980) .....	46
Figura 6 - Roteiro da viagem de Adolfo Konder, em 1929 .....	49
Figura 7 - Adega Leoni - de Cezar Leoni e Filhos. Iniciou - 1943. R do Comércio - atual R. Saul Brandalise (atual município de Videira).....	52
Figura 8 - Cantina da Soc. Vinícola Catarinense-Perdizes 1939 .....	53
Figura 9 - Fraiburgo no início da década de 1960 .....	65
Figura 10 - Fraiburgo, atribuída ao período entre os anos de 1979/1980.....	66
Figura 11 - Primeira colheita de maçãs no ano de 1966.....	67
Figura 12 - Candidatas a Rainha da Maçã 1991-1992, Fraiburgo/SC.....	68
Figura 13 - Expositor, na 1ª Festa Regional da Maçã de Fraiburgo, mar. 1978Fonte: Facebook, FRAIBURGO – FOTOS E FATOS! .....	69
Figura 14 - Propaganda: implantação de fruticultura com incentivos fiscais.....	79
Figura 15 - Total de municípios de abrangência do PROFIF, nas duas regiões fisiográficas ..	90
Figura 16 - Recorte geográfico da região de implantação do PROFIT .....	95
Figura 17 - Visita de Luiz Gabriel aos pomares da Safra no ano de 1968 .....	96
Figura 18 - Recorte da Mesorregião Oeste Catarinense, com implicação para o PROFIT ....	103
Figura 19 - Rampa de lançamento de foguetes, em um pomar de maçãs.....	115
Figura 20 - Foguete e seu operador de preparo em um pomar de maçãs .....	115
Figura 21 - Radar de detecção/prevenção a precipitação de granizo na região de Fraiburgo	116
Quadro 1 - Municípios destacados no cultivo de uva na região do Vale do Rio do Peixe.....	18
Quadro 2 - Relação prévia de municípios da região do Vale do Rio do Peixe.....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção e comercialização de mudas pela Safra (1969–1971) .....	19
Tabela 2 - Perfil da população brasileira, comparativo urbano x rural – décadas de 1950 a 1980 .....	35
Tabela 3 - Participação de Santa Catarina no PIB nacional 1959-1990 (em %) .....	38
Tabela 4 - Consumo de maçãs per capita no Brasil (1960 – 1970) .....	78
Tabela 5 - Valor dos Financiamentos para a fruticultura no período 1970 – 78, em Cr\$ 1.000,00. (resumo).....	94
Tabela 6 - Extensão da Área rural em Santa Catarina com propriedade/direito reconhecido - [unidade: ha].....	109
Tabela 7 – Santa Catarina: proporção entre população urbana e população rural, 1960-1991 .....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Cf.:	Conferir
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
BB	Banco do Brasil
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPAF	Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EEA	Estação Experimental Agronômica
EFAPI	Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASC	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FED	Floresta estacional decidual
FOM	Floresta ombrófila mista
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PCD	Plano Catarinense de Desenvolvimento
PG	Plano de Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PROFIT	Projeto de Fruticultura de Clima Temperado para o Estado de SC
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SAFRA	Sociedade Agrícola Fraiburgo
SC	Estado de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## LISTA DE SIMBOLOS

@	Arroba, símbolo em informática
ha	Hectare
tn	Tonelada
hl	Hectolitro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
	CAPÍTULO I.....	32
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....</b>	<b>32</b>
2.1	CONTEXTO DO USO E FIXAÇÃO NO TERRITÓRIO.....	34
2.2	AS REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA E SUAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	46
	CAPÍTULO II.....	54
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA “VOCAÇÃO AGRÍCOLA” CATARINENSE.....</b>	<b>54</b>
3.1	DOS CAMPOS EXPERIMENTAIS ÀS PRÁTICAS DA AGRICULTURA CATARINENSE .....	57
3.2	A CONSTITUIÇÃO DO OESTE COMO CELEIRO CATARINENSE .....	60
3.2.1	<b>Construindo funcionalidades para o Oeste Catarinense .....</b>	<b>60</b>
3.2.2	<b>Elaboração de sentidos e apropriações na fruticultura regional: feiras e eventos.. .....</b>	<b>63</b>
	CAPÍTULO III.....	71
<b>4</b>	<b>AS PRÁTICAS DA FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE .....</b>	<b>71</b>
4.1	PRESSUPOSTOS PARA UMA FRUTICULTURA COMERCIAL NO VALE DO RIO DO PEIXE .....	71
4.2	AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E POSSIBILIDADES PARA A FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE.....	81
4.3	PRÁTICAS COM FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE.....	102
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura analisar os processos e práticas com fruticultura de clima temperado, em que se constata importante protagonismo do estado catarinense, entre as décadas de 1970 e 1980, no incentivo ao cultivo de frutas, particularmente na questão dos cultivos de maçãs, uvas e ameixas, no caso sob análise, com prioridade de estudo sobre a região do Vale do Rio do Peixe. Para isso, foram observadas políticas de estado em Santa Catarina, sob a perspectiva da linha 1 do Programa de Pós-Graduação em História – UFFS, ou seja, História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente. Tal linha se propõe a investigar e estudar questões relacionadas com a formação, o povoamento, a economia, a identidade e cultura dos povos e sociedades que habitam as áreas de fronteiras de países da América Meridional.

Cabe destacar que, para o desenvolvimento das reflexões empreendidas, utilizou-se dos principais pressupostos que dialogam como o tema central deste estudo de caso. Deste modo, partindo-se de concepções sobre agricultura, monocultura, ocupação/uso do solo, clima e sociedade, foi-se elaborando a presente argumentação. O conceito de território permeia amplos aspectos das reflexões, por possibilitar convergência com diversos elementos que se pretende analisar e discutir. Logo, pode-se destacar que a noção de território, consideradas as diversas possibilidades de aplicações conceituais, para esse caso estudo de caso, evoca a noção de que, “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004a, p. 79).

Pela definição conceitual de Rogério Haesbaert (2004a), pretende-se elaborar reflexões que dialogam, sob diversos aspectos, com esta perspectiva analítica do autor supracitado, tendo em vista as conexões com a temática das múltiplas relações de poder, bem como a oportunidade de discutir, direta ou indiretamente, tanto no que tange aos valores materiais quanto simbólicos projetados, em princípio, sobre uma base física-material, pela qual se analisa o contexto de disputas, de apropriações e regulamentações. Sob essa óptica abrangente, que pode incluir interações entre diferentes atores e agências, o tema central deste estudo procura abarcar a contribuição de outros autores, tais como Milton Santos (1992; 2013), Edmon Nimer (1990), Donald Worster (1991), Bruno Latour (1994; 2001), Clive Ponting (1995), Ângela A. Kageyama (2008), Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010) e Sara M. Gregg (2010). Estes autores, dentro de suas temáticas, proporcionaram discussões que colaboram para o entendimento dos conceitos, implicações e limites, com expressiva contribuição a essas

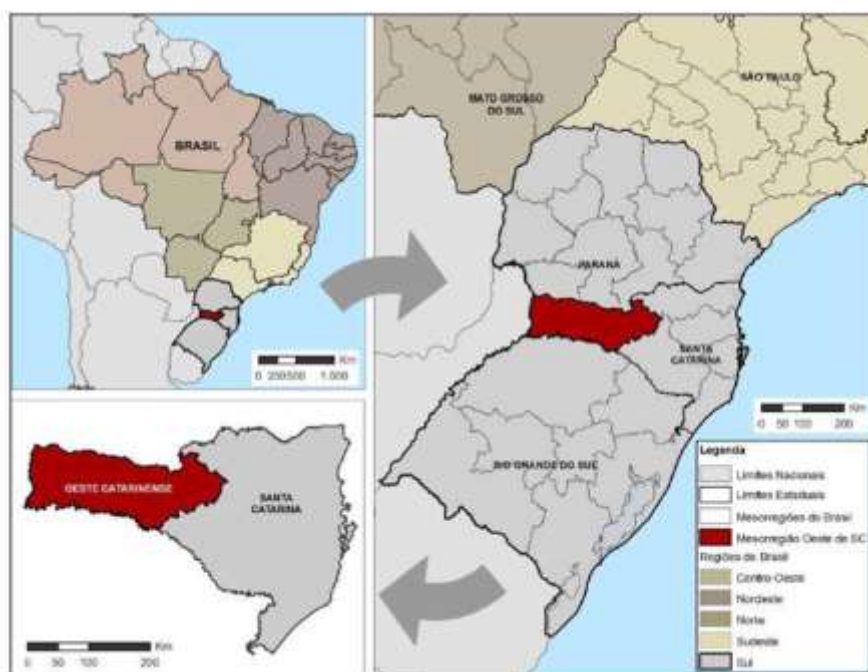


discussões que se elaboram ao longo deste estudo. Do mesmo modo, fontes primárias foram incorporadas às discussões para permitir estudo de casos específicos com significativa importância para as análises desenvolvidas. Neste sentido, sites governamentais, matérias jornalísticas de época, entrevistas cedidas, bem como postagens públicas em redes sociais foram utilizadas em reforço às discussões em curso, em momento oportuno, para que se pudesse capturar elementos dinâmicos que atuavam em importante sinergia com ações das esferas decisórias no período sob análise, ou seja, entre as décadas de 1970 e 1980.

Assim, diferentes contribuições, pensamentos e concepções entre esses autores e fontes, bem como pontos de encontros, serviram para oferecer a oportunidade de se compreender os desafios implicados na construção textual-reflexiva e analítica, no esforço por entender ou descrever, em parte, um dado momento e contexto históricos em que os fatos ocorreram. Deste modo, oportunizou-se a análise do percurso da agricultura sob paradigmas complementares; questões fazem interagir o fazer agrícola e a história ambiental e/ou agroambiental, implicadas com discussões relacionadas à formação de sociedades sob constante transformação; questões relacionadas aos fatores e elementos climáticos de interesse, nos termos desta dissertação, partindo-se de importantes proposições e participação estatal-privada, que se tornaram objeto de estudo.

Tais contribuições permitiram compreender uma complexa trama de elementos que, articulados entre si, podem explicar parte da realidade da atividade agrícola no recorte temporal em estudo, em particular, em relação à região do Vale do Rio do Peixe e à prática da fruticultura de clima temperado sob viés comercial. A Figura 1 indica a localização da Mesorregião Oeste catarinense, em relação ao território nacional.

Figura 1 - Mapa de localização da Mesorregião Oeste Catarinense



Fonte: IBGE (2010). Apud Bigaton et al. 2017, p. [7].

Como exemplo inicial, recorre-se aos dados demonstrativos para o contexto nacional e estadual, do período sob estudo em relação à fruticultura. Nestes, são apontados o cultivo de maçãs (WERNER, 1975) e uvas, como informações relevantes dessa produção, indicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>1</sup>. Reni A. Werner (1975) aponta que nos anos de 1969 e 1970 o volume de maçãs no Brasil ficou, respectivamente, em 144.321/154.249 frutos (WERNER, 1975; EMERIQUE, 2008), convertidos em toneladas por Tabela de equivalência<sup>2</sup>; enquanto dados adicionais indicam aumento na produção catarinense de maçãs na ordem de 8.400tn para as safras dos anos de 1975/76, primeiros anos do Projeto de fruticultura de clima temperado – PROFIT<sup>3</sup> (OLINGER, 1970), totalizando em torno de 27.808,6tn nas safras de 1979/80 (SANTA CATARINA, 1985). Dados complementares sobre a produção nacional de maçã, indicam que ela alcançou cerca 344/350 mil toneladas no final da

<sup>1</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários, 1960-1985. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=periodico&campo=todos&notqry=&opeqry=&texto=censo%20agropecu%C3%A1rio&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>2</sup> A Obra de Reni A. Werner (1975, p.12), oferece uma Tabela de equivalência em 10.000 frutos por toneladas, por aproximação.

<sup>3</sup> Lei nº 4.263, de 31 de dezembro de 1968.

década de 1980 (EMERIQUE, 2008; MAIA et al., 2010). De modo que se pode constatar importante dinamização na produção de maçãs entre as décadas de 1970 e 1980.

A produção de maçãs surge nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para Santa Catarina, somente a partir dos censos agropecuários de 1970 em diante, sendo que não foi possível encontrar dados referentes ao ano de 1960 (IBGE, 1960). A partir do ano de 1970, registra-se a prática dessa cultivar, mas sem dados comparativos anteriores (IBGE, 1970). A produção de aguardente, de uvas e vinhos foi de 3.507 hectolitros em 1960, constando que, em 1970, a produção de videiras teria representado 38.128 toneladas de colheita; enquanto, para o ano de 1980 a mesma fonte informa que houve produção de 3.308 mil litros de derivados, com 32.565 toneladas de colheita neste mesmo ano<sup>4</sup> (IBGE, 1983). Pelo que não se pode afirmar se houve redução ou não dessa colheita bruta. Entretanto, apesar de ser uma produção em viticultura ainda incipiente nas fases pioneiras, havia cantinas tradicionais tanto na cidade de Videira/SC como em seu entorno, desde finais da década de 1930 e meados da década seguinte (1940).

Isso posto, objetiva-se discutir com mais aprofundamento o tema em questão, elegendo-se os cultivos de ameixa, uva e maçã como prioritários para a presente discussão, considerando-se dois fatores estratégicos, a saber: a intensidade do cultivo e a aceitação regional – concentrando-se, em princípio, na cidade de Videira, selecionada como polo irradiador, conforme oportunamente analisado no contexto das proposições, por Glauco Olinger (1970), bem como discutido por diversos autores (SANTA CATARINA, 1978; 1985; ICHIKAWA, 2001; EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019). De modo que, no Quadro a seguir (Quadro 1), pode-se perceber os municípios dessa região que despontavam como importantes polos de cultivo de uvas, como se registrou.

Quadro 1 - Municípios destacados no cultivo de uva na região do Vale do Rio do Peixe

<b>Município</b>	<b>Produção ( tn )</b>
<b>Caçador</b>	4 637
<b>Fraiburgo</b>	330
<b>Pinheiro Preto</b>	3 571
<b>Rio das Antas</b>	2 193
<b>Salto Veloso</b>	590
<b>Tangará</b>	3 750
<b>Videira</b>	12 591

Fonte: elaborado pelo autor (2022) com base em IBGE, Censo agropecuário (1970, p. 322-324).

<sup>4</sup> O registro de produção bruta *in natura* não foi informado para o ano de 1960.

Por meio do Quadro 1 pode-se observar que os municípios relacionados correspondiam juntos a quase totalidade da produção regional no período apontado, dando conta de que, naquele ano o cultivo de uvas, na época ainda, não era de expressão, como ocorreu nos anos posteriores, em particular, a partir da implementação do projeto governamental para plantação de pomares e parreirais (OLINGER, 1970). Corroborando estas constatações, estão as elaborações realizadas em periódico disponível no repositório da Fundação Getúlio Vargas, de julho de 1988<sup>5</sup>, que avaliaram o volume da safra 1987/88 de uvas em Santa Catarina em cerca de 74.547 toneladas, ficando em terceiro lugar entre os maiores produtores nacionais naquele período.

Em geral, baseando-se nos estudos dos demonstrativos sobre as safras de frutas de clima temperado, safras de 1983/1984, repetindo-se nas safras 1984/1985 (SANTA CATARINA, 1985, p.12-13), as frutíferas de ameixas, maçãs, uvas e pêssegos, se destacaram em quantidades produzidas (tn) na região do Vale do Rio do Peixe, com prioridade para as cidades de Caçador, Fraiburgo e Videira. Mesmo quando a quantidade produzida não foi significativamente expressiva, como foi o caso da ameixa, tal constatação se manteve, de tal modo que mudas dessa frutífera também eram produzidas pela SAFRA em período inicial, como se constata na Tabela 1, pela importância do cultivo para a região de Fraiburgo e entorno.

Tabela 1 - Produção e comercialização de mudas pela Safra (1969–1971)

Mudas	Ano		
	1969	1970	1971
Maçã	35.186	143.833	262.810
Ameixa	1.258	13.392	54.112
Nectarina	952	9.258	11.257
Pêssego	64	3.937	5.888
Pera	...	98	904
Amêndoas	...	45	...
Avelãs	...	66	...
<b>Total</b>	<b>37.468</b>	<b>170.629</b>	<b>334.971</b>

Fonte: Documentos do Curso de Técnico em Agropecuária do Colégio *Sedes Sapientiae*, fornecidos ao colégio e assinados por Carlos Alberto de Abreu, em 26 setembro 1973. Acervo do Colégio *Sedes Sapientiae*.

Na Tabela 1 pode-se observar significativo crescimento em comercialização de mudas de maçãs pela empresa SAFRA, coincidindo com os primeiros anos de implantação do Projeto

<sup>5</sup> AGROANALYSIS. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/54091>. Acesso em: 02 jul. 2022.

de Olinger (1970). Caso que, dada a relação de cooperação entre o referido Projeto e a empresa citada, pode significar importante atividade de comercialização de mudas de macieiras da SAFRA para o PROFIT. Cabe destacar que outras cidades atingiram importante volume na produção de frutas de clima temperado, mas as cidades que mais produziram os principais cultivos no período em destaque foram as cidades citadas, obtendo recordes numa ou noutra frutífera, sob importante constância. Portanto, uma dessas cidades se destacou, à frente das demais, na produção de uma ou de outra frutífera, aqueles cultivos que possuíam certa preferência no Projeto de Olinger (1970, p. 4-17). De modo que, mesmo quando se adiciona a produção de pêssego, foi em Caçador que houve destaque. Portanto, pode-se presumir que as três primeiras frutíferas citadas anteriormente seguiram juntas no mesmo microrrecorte regional, sendo a cidade de Videira a que manteve destaque sobre as demais, em todo o período das safras apontadas em relação à produção de ameixa. A ameixa permanece nas estatísticas por importante período, apesar de sua aparente pouca expressividade, representando grande demanda, sendo que no ano de 1967 o Brasil importou cerca de 1.629 toneladas do produto (OLINGER, 1970, p. 4).

Logo, constitui referencial temporal importante a criação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado para o Estado de Santa Catarina, no ano de 1970 (OLINGER, 1970), sob o governo estadual de Ivo Silveira<sup>6</sup> (1966-1971), como marco relevante para a prática da fruticultura catarinense de caráter comercial, por incentivo de políticas públicas. Tal constatação pode implicar na importância atribuída ao projeto, à época, tanto como instrumento de fomento do cultivo de frutas quanto a ser elemento de publicidade com a finalidade de capitalização do empreendimento.

Destaca-se explícita relação entre o projeto de fruticultura (OLINGER, 1970) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Pode-se entender, sob os estudos de Reinaldo Lindolfo Lohn (1997), que a ACARESC, entre os anos de 1956 e 1975, possuía a incumbência de oferecer suporte técnico-financeiro, nas proposições sobre o campo, sob pressuposto da necessária inovação da agricultura catarinense. Tal relação com a fruticultura de clima temperado, além de estar arrolada entre as entidades participantes do Projeto (OLINGER, 1970), se reforça na declaração colhida do entrevistado Alfredo Bial,

---

<sup>6</sup> SANTA CATARINA. Casa Militar. Disponível em: <https://www.scm.sc.gov.br/scm/governadores-de-santa-catarina/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

interessado em ingressar no cultivo de maçãs na região de Fraiburgo, aludindo aos anos de 1970, por Jó Klanovicz, em que se relata<sup>7</sup>,

Fui ao Banco do Brasil. Na época eu tinha uns 120 hectares de área. Cheguei lá, pedi informação. Eles disseram que tinha empréstimo se eu quisesse fazer pomar. Eu já estava animado com a idéia, porque via o pomar dos Frey ali, bonito, e diziam que dava dinheiro. Eles pediram para que eu fosse lá no escritório da ACARESC, falar com o agrônomo e com o técnico. Eles tinham que fazer um projeto de fruticultura. Aí, demorou uns quinze dias. Eles fizeram. Levei toda a documentação para o banco. Depois de uma semana saiu o empréstimo e comecei a trabalhar. (KLANOVICZ, 2007, p. 132).

Inicialmente, sob os cuidados da ACARESC, de acordo com o Plano Catarinense de Desenvolvimento de 1971 (SALLES, 1971), Olinger (1970) preconizava o desenvolvimento de diversas espécies de cultivos frutíferos. Neste sentido, estava previsto o desenvolvimento de cultivos de maçãs, ameixas, peras, além de pêssegos, uvas e nectarinas. Considera-se que a pomicultura nacional, de acordo com condicionantes geográficas, se convencionou como fruticultura de: clima tropical; clima subtropical; clima temperado (FACHINELLO, 2011), ou como se pode propôr, clima temperado de altitude. De modo que, pelas suas proposições (OLINGER, 1970), a seleção de cultivos privilegiava as frutas dos climas subtropical e temperado. A década de 1980 destaca-se pelo fato de que, a partir da segunda metade deste mesmo ano, o Brasil inicia o processo de exportação de maçã, fruta da qual, até então, era apenas produtor e importador para atender ao mercado interno (EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019).

Em casos específicos, no contexto nacional, a pomicultura pode estar relacionada com um entendimento, em princípio, sobre atividades agrícolas em áreas restritas a outros cultivos de caráter comercial. Além disto, pode estar associada à dinamização de áreas sob estagnação, entendida como alternativa na implementação de novas dinâmicas, sob viés da lucratividade (FACHINELLO, 2011). Neste caso, em particular, a fruticultura surgia como alternativa ao esgotamento das reservas florestais da Floresta Ombrófila Mista – FOM, na região, o que levou a empresas do setor madeireiro, como a Serraria René Frey & Irmão, a investirem, no final da década de 1950, na produção de uvas, ameixas e vinho (BRANDT, 2004a).

De fato, a prática da fruticultura no estado catarinense com características de projeto setorial emerge no contexto das primeiras proposições do governo federal, entre as décadas de 1960 e meados da década de 1970, com vistas a atribuir maior produtividade à agricultura

---

<sup>7</sup> BIAL, Alfredo. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Fraiburgo, 13 fev. 2003.

nacional. Na proposta do Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD – de 1971, no que se aplica à agricultura catarinense, fica explícita a consideração da prática da pomicultura como atividade economicamente viável.

Analisando o contexto político mediato e imediato, nota-se importante alteração na práxis política predominante entre os anos de 1950 e 1960, bem como até os anos de 1970 e posterior, no estado de Santa Catarina, de acordo com Marcelo Coelho Raupp (2010). Sob viés das ações políticas de notáveis características clientelistas anteriores - em que os detentores de mandatos públicos-eleitorais procuravam favorecer, com prioridade, as causas relacionadas aos seus domicílios eleitorais, em projetos e ações legislativas, particularmente. No advento dos grandes planos e projetos nacionais e estaduais se intentava romper com este dito entrave político. Com a instauração do governo sob a ditadura civil-militar no país, inaugurado a partir do ano de 1964, procurou-se favorecer maior presença estatal nos entes federados, o que pode ter facilitado maior protagonismo de grupos e empresas mediante parcerias em proposições pretendidas, tais como no caso dos ideários de Glauco Olinger (1970).

Desta forma, em particular, a partir da década de 1960, tais ações procuravam alinhamento com implementações do governo estadual, em suas proposições como meio de abarcar projetos estruturais como o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), imbricadas com macroprojetos federais, temas discutidos por Alcides Goularti Filho (2001) Raupp (2010), bem como em reflexões que serão elaboradas posteriormente. Tal que, os PCDs, representavam a continuidade das políticas propositivas, preconizadas por grandes planos e projetos que poderiam trazer maior integração nacional (RAUPP, 2010, p. 123; ANDRIOLI, 2020, p. 47-52).

Pelas elaborações de Lucas Possedente Emerique (2008), pode-se considerar que houve períodos de instabilidade da participação estatal na fruticultura em termos de aportes financeiros. De meados da década de 1960 até final década de 1980, tomando o caso do cultivo da maçã como exemplo de estudo, pode-se perceber momentos em que afluíram importantes quantias em financiamentos, outros em que houve aparente estabilidade, enquanto mais para o final da década de 1980, crises importantes relacionadas ao cenário interno e externo produziram emergências no setor produtivo macieiro (BRANDT, 2010; EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019). Cabe ainda considerar que o caso da maçã se constituía também num caso de particular interesse nacional, sob o viés da busca por equilíbrio na balança comercial brasileira, na relação importação/exportação (EMERIQUE, 2008).

Ao se analisar o desenvolvimento da fruticultura catarinense, também se considera oportuno evocar o interesse em ponderar sobre o papel estatal neste processo. O estudo desta

participação estatal, nos termos apontados tanto por Emerique (2008), como por Samira Peruchi Moretto (2016), Jó Klanovicz, 2016, bem como por Wenceslau Gonçalves Neto<sup>8</sup> (1997), dentre outros autores, constitui importante contribuição para a presente reflexão. Investigar o papel do ente estatal nas proposições da fruticultura em Santa Catarina representa aspecto de interesse nos termos enunciados no título desta dissertação. Em momento oportuno, pretende-se trazer com mais especificidade os casos em que se constata o que se considera a participação do Estado nas proposições sobre a prática da fruticultura, em particular, no caso de Santa Catarina.

Destaca-se que, para Klanovicz (2016), a fruticultura em Santa Catarina precisa ser analisada no contexto do adensamento técnico da agricultura, tanto em forma de conhecimentos acumulados como meios de superar os eventos naturais quanto, como se pode considerar, consequências da prática da monocultura, como se notará mais adiante (PONTING, 1995).

As transformações na natureza relacionadas à interação humana com o meio ambiente podem ser explicadas pela capacidade humana de inovação e modulação do seu espaço – fator determinante em muitas alterações ocorridas no meio natural. Alguns desses processos podem ser classificados como simbióticos. Entretanto, certas ocorrências são resultado de intencionalidades marcantes, conforme se comprovará no decorrer desta digressão.

Alfred W. Crosby (2011), em seu estudo, destaca, em particular, que entre o século XV e XIX, grandes correntes migratórias deslocaram-se da Europa em busca de novas oportunidades ou vantagens nas terras recém-encontradas pelos primeiros navegadores auxiliados pela vela náutica e outros aperfeiçoamentos, do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. Esse deslocamento humano, de acordo com o autor supracitado, ocasionou, dentre outras ocorrências, um deslocamento de agentes biológicos de diversas naturezas, de humana a micro-organismos patógenos e pestilências diversas.

Entretanto, o que se pretende destacar, como de primeira relevância para o desenvolvimento desta dissertação, é o fato de que os humanos, intencionalmente ou não, provocaram rupturas e perturbações diversas, sob esta perspectiva de análise. Análogo a este fato, o mesmo se evidenciou ao introduzirem nos domínios de natureza encontrados, suas espécies de plantas e animais trazidos com o propósito de reproduzir ou se adaptarem a novos

---

<sup>8</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil, Política Agrícola e a Modernização Econômica Brasileira 1960-1980', (1997) – o autor analisa o período entre as décadas de 1960 e 1980, que se caracterizou por importante papel governamental, com vistas à modernização do Estado brasileiro, em seus aspectos macroestruturais, sejam, agricultura, indústria, e demais atividades associadas à afirmação do país como economia capitalista.



desafios de caráter de subsistência própria. Porém, cabe considerar, concomitantemente, possibilidades dentro do aspecto econômico-mercantil que poderiam representar.

A presença do imigrante europeu no Sul do Brasil, a partir do regime imperial brasileiro, caracteriza a continuidade dessa preferência europeia por regiões de clima mais ameno, bem como representativa das políticas de povoamento da fronteira sul do Brasil, à época. Os estudos de Crosby contribuem expressivamente para entender esse movimento migratório tardio, em relação aos primeiros navegadores de além-mar (CROSBY, 2011, p. 13-19 e 305-313).

Percorrendo a linha de raciocínio desenvolvida por Crosby, observa-se importante contribuição, em Warren Dean (1991). Este autor, corroborando as afirmações de Crosby, contribui com o que até aqui já se entendeu, sobre os movimentos humanos que resultaram na introdução e disseminação de espécies exóticas, de forma intencional ou acidental, com prioridade para o estudo das espécies vegetais.

Dean discute sobre a participação dos jardins botânicos para a disseminação de cultivos exóticos no Brasil Imperial. O autor traz ainda as abordagens sobre a importância que os imperialistas europeus atribuíam ao desenvolvimento de cultivos, de valor não apenas nutricional, para a fixação dos colonizadores nos territórios conquistados, como também para a própria manutenção alimentar da sociedade europeia (DEAN, 1991, p. 220-223). Em sentido lato, pode-se entender que os jardins botânicos da época, particularmente no caso português, desempenhavam papéis precursores em relação aos futuros campos experimentais voltados à pesquisa de cultivos exóticos aclimatáveis. Embora Dean não tenha proposto conexão entre as iniciativas elaboradas pelos jardins botânicos e a continuidade (ou não) dos processos aperfeiçoados nos posteriores viveiros e campos experimentais, nota-se aparente continuidade de propósito.

Partindo das noções e apontamentos que auxiliam nas definições e na ampliação da presente discussão, pretende-se trazer contribuições dos demais autores, no que se refere a emergência de se desenvolver cultivos de fruticultura no Sul do Brasil, particularmente no caso catarinense, que é tema de interesse prioritário da presente dissertação. Nessa perspectiva de análise, observa-se a relevância de se avaliar parte do percurso histórico das práticas da fruticultura, materializando o crescente interesse pela monocultura no estado catarinense.

Retomando o tema central da discussão, as reflexões de Klanovicz (2016, 2019) posicionam a prática da monocultura no sul do Brasil, em particular, da pomicultura, no contexto dos incentivos fiscais e do avanço possibilitado pela técnica sobre o meio natural. Neste contexto, o autor traz contribuições de Norman Uphoff (2007), bem como de outros

autores, para auxiliar na discussão da prática da agricultura moderna a partir do advento da revolução industrial e seus pressupostos posteriores (KLANOVICZ, 2016). De modo que as contribuições de Klanovicz constituem importante fundamento teórico para as discussões que se pretende arguir oportunamente.

De outro modo, Milton Santos (2013, 2017), em diferentes oportunidades, propõe discussões das relações entre a implementação técnica como forma de superação do meio natural às pretensões dos projetos atuantes sobre o espaço. De maneira que se pode abarcar igualmente as contribuições de Santos, ao analisar-se, a partir de Klanovicz, o oportunismo trazido pelos avanços técnicos na ultrapassagem sobre os ditos entraves do meio natural ao avanço das práticas agrícolas mais incisivas no caso de Santa Catarina, discutidas por esse último autor citado (KLANOVICZ, 2016, 2018, 2019). Assim, se pode verificar que,

[a] história do homem sobre a Terra é a história de uma rutura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A Natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da Natureza. Agora, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. Enquanto esperamos o "dia eterno" com auroras boreais artificiais em todas as latitudes, na previsão de J. Ellul (1954), já conhecemos a criação humana de tempestades, cataclismos, tremores de terra, hecatombes, fantasticamente artificiais, fantasticamente incompreensíveis (Ettore Sottsass, 1991, p. 40). O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela humanidade. Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a Natureza. Assim, o problema do espaço humano ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam. (SANTOS, 1992, p. 96-97).

No caso catarinense, representou um fluxo consistente em participação de diversos profissionais brasileiros e estrangeiros, tais como agrônomos, viveiristas, tratoristas, fogueteiros, entre outros técnicos e pesquisadores. Além disso, necessitou-se do aporte financeiro de grandes capitalistas, em investimentos de risco. Considere-se as condições desafiadoras do meio natural, incluindo condições climáticas, bem como pelo longo período entre experimentos, plantio e formação de um pomar ou parreiral de caráter comercial.

Quanto à especificidade regional, considera-se analisar com prioridade os processos relacionados à região do Vale do Rio do Peixe, correspondendo à Mesorregião do Oeste Catarinense (IBGE, 1990). Tal fato constitui uma oportunidade de contribuição para o estudo da fruticultura enquanto atividade agrícola regional. Neste sentido, tem-se este recorte de estudo

como importante representatividade quanto a ser recorte espacial com relevância significativa para a prática da pomicultura, como alternativa às atividades econômicas desenvolvidas em outras regiões do estado catarinense.

Portanto, com relação ao recorte geográfico, a proposta deste estudo é discutir a fruticultura, com prioridade aos casos do Oeste catarinense, tal como convencionado pelo IBGE (1990), como Mesorregião, reportando-se especificamente ao Vale do Rio do Peixe. Nota-se aparente esforço geopolítico-ambiental por enquadramento sensível da fruticultura no estado catarinense, sob a perspectiva de “região de clima frio”. Pelo que, a região de estudo constitui locus privilegiado das experiências que lograram expressivo êxito na prática da fruticultura regional que se pretende arguir nesta pesquisa.

Em geral, pode-se constatar que há trabalhos e pesquisas discutindo sobre medidas de caráter governamental com impacto sobre a agricultura catarinense, mas não diretamente relacionados ao presente estudo de caso, especificamente sobre a fruticultura como se pretende aqui. Logo, pode-se entender que, tanto o recorte temporal quanto o recorte espacial selecionados para tal discussão, constituem particularidades, visto que nos estudos anteriores foram elaboradas pesquisas com interesse sobre contextos espaço/temporais não coincidentes, em exatidão, com o interesse precípua deste trabalho. Tais trabalhos, grosso modo, dentre outros apontamentos, discorrem sobre aspectos tais como as políticas de Estado com repercussão sobre a agricultura catarinense, seja em termos de prática de reflorestamentos em substituição à mata nativa, seja em torno do desenvolvimento de cultivos de maçãs, mais especificamente.

Desta forma, se considera importante destacar a relação mais explícita entre as políticas governamentais e suas implicações especificamente quanto à prática da fruticultura de clima temperado em território catarinense a partir do período de sua caracterização incisiva. Neste sentido, cabe discutir tanto o histórico de ocupações dessa porção do território em estudo, quanto os discursos que se articularam em torno das proposições em políticas agrícolas, relacionadas à fruticultura.

Pretende-se adicionar à pesquisa obras de outras autorias que auxiliam no desenvolvimento das discussões que se almeja desenvolver. Relatos tais como os de José Vieira da Rosa (1905) e José Arthur Boiteux (1931), contribuem para a análise de períodos mais pretéritos da história que se pretende destacar, em torno do potencial do meio natural para o aspirado desenvolvimento socioeconômico catarinense, com a possibilidade da prática da fruticultura. Citam-se as elaborações de Marina Andrioli (2020) que discute a construção do Oeste de Santa Catarina como “Celeiro Catarinense”. Seu trabalho prioriza apontar como o

discurso e os instrumentos/práticas propositivas, com significativa participação midiática, aturam de modo a constituir ambiência favorável a ideia do Oeste como lócus de suprimento privilegiado para alimentar o estado de Santa Catarina. Salienta-se, de igual modo, as implicações diretas e indiretas sobre as relações entre essa região e outras escalas territoriais, tais como as estaduais, nacionais e internacionais.

No caso específico das reflexões sobre a história da fruticultura catarinense, quiçá, no Sul do Brasil, tem-se autores como Marlon Brandt (2005), Moretto (2014) e Klanovicz (2019). Tais autores oferecem elementos essenciais para as discussões sobre esse cultivo específico, sua história e sua progressão inicial. Outros autores que contribuem para a ampliação do presente estudo oportunamente serão discutidos, bem como serão analisadas a implantação e a prática dos jardins botânicos. Para a análise que se pretende desenvolver no momento, considerar-se-á inicialmente o contexto específico que, a partir dos autores citados, inscreve o estudo para uma história ambiental da fruticultura. Relaciona-se ao período histórico, entre os séculos XVI e XIX, das primeiras atividades de naturalistas e outros pesquisadores que se interessaram em conhecer, descrever e catalogar a fauna e flora brasileira (TEIXEIRA et al., 2014; MORETTO, 2014).

Considerando-se o caso específico da fruticultura, Moretto empreendeu estudos visando analisar a ocorrência do gênero feijoa (*Acca sellowiana*), discutindo sua ocorrência, disseminação e algumas características desta fruta. Pelos estudos de Moretto se pode concluir que, a partir da transposição de uma espécie vegetal de ocorrência natural no Sul do continente americano, registra-se seu cultivo em diversas partes do continente europeu, em evidente constatação da dificuldade imposta aos pesquisadores em classificar espécies faunísticas como nativas ou exóticas, no contexto estudado, desde o Brasil colonial, perpassando o período do Brasil imperial (DEAN, 1991; MORETTO, 2014, 2018).

Outro estudo que vem corroborar a presente discussão relaciona-se às discussões sobre o cultivo da maçã (KLANOVICZ, 2019), em que, em caso inverso ao estudado por Moretto (2014), reporta a ocorrência de um gênero frutífero exótico ao território nacional. Pelos estudos de Klanovicz, pode-se compreender o esforço técnico-científico empreendido no processo de aclimação de espécies frutíferas exóticas, fora do seu habitat natural. Haja vista o longo período decorrido desde os primeiros experimentos de caráter comercial com a maçã, no caso de Fraiburgo/SC, até ser o cultivo considerado em condições de produção para comercialização, período de aproximadamente dez anos (BRANDT, 2010).

Por Klanovicz (2019) pode-se entender tanto o modo como foram implementadas as primeiras iniciativas de produção moderna da maçã brasileira, quanto os esforços por tornar o consumo da maçã culturalmente assimilado; ao ponto que possibilitou que a produção local de maçã tenha influído no despertar do consumo nacional e proporcionado perene desafio entre produção interna, exportação e importação, o que pode ter influído na balança comercial brasileira após a consolidação da produção nacional (EMERIQUE, 2008; MAIA et al., 2010; KLANOVICZ, 2019).

Há certa semelhança com a prática de outros cultivos frutíferos exóticos sob viés comercial em território brasileiro, tal como o caso da produção da uva, com registro de sua prática desde o século XVI (ROSA et al., 2004). Entretanto, destaca-se a ocorrência do cultivo da maçã, pela relevância do estudo de caso para se compreender os desafios impostos pelo meio natural à prática de cultivos aclimatados, necessitando-se desde adaptações do solo e iterações com outras biotas, até o desenvolvimento de meios de superar os desafios climáticos do ambiente natural local/regional (BRANDT 2005, 2010b; KLANOVICZ, 2019).

Logo, o estudo da história ambiental em que se inscreve a fruticultura de clima temperado no Sul do Brasil permanece arrolado no campo da história natural, em discussões sobre fauna, flora e meio ambientes, sob a participação de diversos campos do conhecimento (WORSTER, 199; GREGG, 2010; CROSBY, 2011; MORETTO, 2014, 2018). Pelo que se pode deprender, trata-se de um campo de estudo que procura analisar a história evolutiva do meio natural em si, assim como em interação com outras formas de vida, incluindo a presença e atuação humana sobre a natureza. De modo que, para Donald Worster,

[a] história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tomar a disciplina da história muito mais inclusivas nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p.199).

Neste sentido, pode-se analisar os contextos ambientais de ocorrência de disseminação, aclimatação, bem como perturbações ambientais decorrentes destes processos. Cabe fazer as devidas observações quanto ao uso de elementos conceituais atribuídos a campos diversos do conhecimento, cuja utilização precisa ser delimitada para as aplicações a que se propõe essa reflexão sobre espécies vegetais. Dessa forma, em síntese, sobre disseminação, cita-se o evento pelo qual espécies vegetais são levadas para fora de seus habitats de ocorrência, de modo intencional ou não, pelo que podem ser encontradas em diferentes contextos fitogeográficos

(CROSBY, 2011; PEREIRA; PUTZKE, 2010). Em relação à aclimação, entende-se como processo técnico, *a priori*, por meio do qual, mediante manipulações, espécies vegetais resultantes são cultivadas em condições que, naturalmente, estariam sob clima e ocorrências atmosféricas desfavoráveis (PEREIRA; PUTZKE, 2010).

Não se pode deixar de lado a intrigante e constante associação da agricultura catarinense à prática da fruticultura. Desde cedo, a fruticultura foi associada com as práticas agrícolas comerciais em Santa Catarina, podendo estar imbricada com a construção de uma identidade europeizante. De fato, nota-se a mesma convergência nas propostas de desenvolvimento regional, desde a obra ‘Chorographia de Santa Catharina’ de José V. da Rosa (1905) discutida por Brandt (2010a), relacionando o pretendido desenvolvimento à pomicultura. Constata-se que a prática da fruticultura permanece implícita em notícias quando se considera a importância da agricultura catarinense<sup>9</sup> (exemplo, maçã).

Para concluir esta digressão introdutória, convém salientar como se articulam as discussões de diversos autores que evocados nos diversos contexto imbricados aos aspectos gerais e outros específicos da presente dissertação. Logo, destacam-se as contribuições desde Warren Dean (1991; 1996), Maria Yedda Linhares (1997), Ângela A. Kageyama (2008) e Alfred Crosby (2011), percorrendo com prioridade pelos estudos de Clive Ponting (1995), Milton Santos (2013), Eunice Sueli Nodari (2012; 2018), para a compreensão da complexidade das discussões sobre a História ambiental. Tais discussões se tornam pertinentes para a análise dos processos de ocupação do território de Santa Catarina, também pelas contribuições de Jaci Poli (2006), Mirian Carbonera e Pedro Ignacio Schmitz (2011), dentre outros.

Destaca-se que nas discussões do tema central – sobre a prática da fruticultura catarinense na região do Vale do Rio do Peixe – dá-se prioridade para a análise do cultivo de maçãs, uvas e ameixas. Deste modo, a presente dissertação foi dividida entre: Introdução e Capítulos I, II e III, nos quais se procura desenvolver, com prioridade, os temas mais relevantes diretamente relacionados ao interesse da pesquisa. Portanto, segue-se a presente abordagem em apresentação aos capítulos.

No Capítulo I, desenvolve-se uma análise inicial sobre parte das especificidades do fazer agrícola, elegendo-se o conceito de território para dialogar de forma integrada com as fontes que proporcionaram o entendimento primeiro sobre as diferentes concepções a partir das quais

---

<sup>9</sup> SANTA CATARINA. Notícia: “Epagri comemora 60 anos de extensão e 40 de pesquisa” – Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/epagri-comemora-60-anos-de-extensao-e-40-de-pesquisa-segunda-feira-com-sessao-especial-da-alesec>. Acesso em: 10 nov. 2019.

a agricultura é analisada, bem como parte de suas implicações. Num esforço de síntese, procura-se elencar os principais elementos teóricos das elaborações, de modo a entender a complexidade do fazer agrícola em diferentes escalas espaço/temporais. Pelas contribuições de diversos autores, procura-se destacar que o processo de transformação territorial, sob o viés da agricultura, ocorre de forma progressiva e gradativa, até atingir um estágio, quase que irreversível, de apropriação dos espaços, dos bens materiais e imateriais neles constituídos para a finalidade de extrair, ao máximo, aquilo que o meio natural pode disponibilizar, sob importante custo socioambiental.

No Capítulo II, procura-se destacar as diferentes formas discursais sobre as quais importantes projetos governamentais foram ancorados com vistas à consolidação de proposições desenvolvimentistas empresariais, sob conceitos que lhes são peculiares. Assim, o território se constitui em espaço de ações contraditórias, por vezes solidárias, por vezes antagônicas entre os agentes e diferentes agências que atuam sob um espaço amplamente disputado. Logo, os espaços das apropriações, das proposições e das transformações sob viés inovador se constituíram em desafios de diversas ordens, visto que, gradativamente, os atores ditos hegemônicos encontram formas oportunas de estabelecer ambientes favoráveis às suas proposições. Isto se dá por meio de diversos instrumentos de ordem político-econômica e sociocultural, além do elemento técnico, ambos articulados entre si, capazes de quase propor uma nova ordem ambiental, sob uma questão/disputa relativa à região mais favorável para a prática da fruticultura de clima temperado do ponto de vista comercial. Tal disputa ultrapassa fronteiras regionais, estaduais e mesmo nacionais, em que, *a priori*, evidencia embates que se pode considerar como ‘Geopolítica do clima’, nestas discussões em específico.

Por fim, no Capítulo III, são elencados os principais meios pelos quais se constituiu a região do Vale do Rio do Peixe como precursora da fruticultura de clima temperado, nos termos das proposições do PROFIT (OLINGER, 1970). Destaca-se que, com experimentos exaustivos, grande concentração administrativa-operacional, em pessoal, recursos, pesquisas e propriedades rurais disponíveis, neste caso peculiar, sob importantes artifícios técnicos, se faz prevalecer a ideia subjacente na concepção do seu idealizador (OLINGER, 1970). Podendo, inclusive, sobrepujar outras matrizes econômicas viáveis ou possíveis, no período de sua implantação e consolidação. O amplo arcabouço de materiais de fontes governamentais, bem como importantes elaborações teóricas de autores que foram oportunamente discutidos durante a elaboração das pesquisas para os Capítulos I e II, são novamente discutidos para a ampliação das análises. De modo que possibilitou bem conceituar o que se pretendia implantar em Santa

Catarina, a partir da implementação da Fruticultura comercial de clima temperado – isto é, um empreendimento predominantemente empresarial, sob importante viés tecnológico, com particularidade para o estudo de caso, referente à região do Vale do Rio do Peixe, centro irradiador preferencial e privilegiado de tais proposições, em princípio, considerando os casos exemplares nos termos preconizados por Olinger (1970).



## CAPÍTULO I

### 2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Inicia-se a discussão deste processo pelos aspectos históricos do fazer agrícola. Nesta perspectiva, Mazoyer e Roudart (2010)<sup>10</sup>, desenvolvem ampla discussão sobre o desenvolvimento agrícola, a partir das observações desde os comportamentos naturais das espécies, incluindo a espécie humana, no contexto das diversas formas e estratégias de interdependência entre os sistemas vivos. Discutem conceitos, tais como competição entre espécies, formas de autopreservação e mútua preservação entre espécies interdependentes, destacam consistente relação de reciprocidade e trocas entre parte de espécies vegetais e animais, bem como entre as espécies animais, nos casos que foram discutidos (MAZOYER; ROUDART, 2010). Tais autores procuram apresentar percursos históricos, que, em teoria, podem implicar parte da trajetória do desenvolvimento da espécie humana tal como se compreende na atualidade. Portanto, ressalta-se que,

[p]ara esboçar essa teoria, tenhamos em mente, em princípio, que os primeiros sistemas de cultivo e de criação apareceram no período neolítico, há menos de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Originavam-se da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então no mundo habitado. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 45).

Logo, procura-se associar o desenvolvimento da espécie humana ao desenvolvimento das formas agrícolas, de modo a afirmar que,

[f]oi apenas no neolítico — há menos de 10.000 anos — que ele [o humano] começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados por seus cuidados. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.52).

Desta maneira, a noção de formação de pequenos agrupamentos humanos precariamente organizados no período histórico apontado pelos autores supracitados referenda a possibilidade de que o sedentarismo ancestral e disputas territoriais entre pequenos grupos favoreceram

---

<sup>10</sup> Sobre os autores, à época da edição referenciada: MARCEL MAZOYER é professor emérito de agricultura comparada e de desenvolvimento agrícola no Instituto Nacional Agrônômico Paris – Grignon, onde sucedeu o professor René Dumont. LAURENCE ROUDART é mestre de conferências de economia política agrícola e alimentar no Instituto Nacional Agrônômico Paris – Grignon. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

significativos avanços na forma do uso da terra sob critérios que foram se definindo, originando importantes características do fazer agrícola que continuou a se especializar. Cabe destacar a capacidade de predação como importante elemento que pode diferenciar a espécie humana em suas origens de todas as demais espécies de vida presentes no planeta. Entretanto, no transcorrer dos diversos períodos, algumas características da espécie humana que sobrepujaram seu meio natural foram evoluindo (MAZOYER; ROUDART, 2010). Santos (1992), explica da seguinte forma:

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de Natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também novos desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas do grupo. (SANTOS, 1992, p. 96-97).

Nota-se importante conexão entre as afirmações já referidas e o que se pode entender, partindo de outros autores a serem citados, no campo das discussões sobre a história da agricultura, inclusive no caso dos autores em estudo (MAZOYER; ROUDART, 2010). Considera-se como as formas agrícolas assumiram diferentes características sob influência espaço/temporal, quanto ao surgimento e desenvolvimento destas práticas. Pelo que,

[p]artindo dos conhecimentos atuais, já ricos, mas ainda lacunares, confusos e contraditórios, tentamos produzir uma representação compreensível da revolução agrícola neolítica, com seus centros de origem, suas áreas de extensão, suas áreas secundárias de domesticação, seus mecanismos de domesticação de plantas e de animais. Assim concebida, essa imensa aventura da humanidade aparece nos seus primórdios, muito mais como o produto de uma história técnica e cultural que alcançou certo estágio e prosseguiu com novos meios, sob determinadas condições geográficas e ecológicas, do que como o resultado de uma revelação, de um acaso feliz, ou de um livre arbítrio humano exercendo-se fora dessas condições e dessas possibilidades historicamente constituídas e geograficamente definidas. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 127).

Portanto, este estudo traz muitas contribuições para se analisar as diversas possibilidades nas quais a agricultura foi praticada e se desenvolveu, de revoluções em revoluções. Tais reflexões contribuem para a compreensão central das questões no campo agrário, a partir do entendimento de como essa aplicação humana evoluiu em diferentes contextos históricos e geográficos, contribuindo para explicar significativos desafios enfrentados na contemporaneidade no meio rural (LINHARES, 1997; KAGEYAMA, 2008;

MAZOYER; ROUDART, 2010). Pelo que se entende dessas asseverações, pode-se apreender a complexidade do tema sobre conceitos e formas imbricadas na questão do desenvolvimento da agricultura, ou – ‘das Agriculturas’ (MAZOYER; ROUDART, 2010). Tais constatações permitem compreender que reflexões mais amplas sobre as práticas agrárias implicam em considerar a questão do uso do território em suas diversas escalas espaço/temporais. De modo que, “[o] desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos atores e setores produtivos e de apoio” (KAGEYAMA, 2008, p. 10).

Em síntese, neste capítulo, pretendeu-se elaborar reflexões consideradas pertinentes para a discussão das práticas agrícolas, com vistas a compreender formas assumidas pelo meio natural, para os que dele se apropriam.

## 2.1 CONTEXTO DO USO E FIXAÇÃO NO TERRITÓRIO

Partindo-se de diferentes perspectivas, têm-se analisado a história das sociedades, sobretudo a respeito do desenvolvimento das populações e uso do território. Essa discussão se renova de sentido quando se pretende analisar pressupostos que ensejaram preferências do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento agrícola e uso territorial com cultivos privilegiados, particularmente, no caso catarinense. De forma que, a discussão sobre o meio agrícola é considerada, *a priori*, uma questão relacionada ao território (KAGEYAMA, 2008).

Nota-se, em geral, importante relação entre as contribuições da autora supracitada e entendimentos que dialogam com outros autores que se pode discutir (LINHARES, 1997; MAZOYER; ROUDART, 2010). Em relação ao fazer agrícola, cabe importante reflexão sobre o percurso da agricultura no transcorrer do seu desenvolvimento, apontado por Linhares (1997), sua história e sua práxis. Com vistas a desnaturalização dos processos tais como narrados na história tradicional, o autor incorpora em suas considerações especificidades de sujeitos e cotidianos, bem como o modo peculiar de constituírem sua existência. Desse modo, afirma: “Em resumo, a agricultura combina o trabalho, a terra e a tecnologia segundo condições sociais específicas” (LINHARES, 1997, p.170), sobretudo discutindo as relações sociais no mundo rural sob influência dos aspectos político-econômicos. Ao passo que, pelas elaborações de Edward W. Soja (2008), aflora outra possibilidade sobre o surgimento da agricultura. Deste modo, por este autor, o desenvolvimento da agricultura, tal como estudado no percurso histórico, somente foi possível, por razão da sedentarização de sociedades pretéritas. Este fato, de acordo com o autor supracitado, possibilitou condições peculiares para o desenvolvimento da

agricultura com significativo empenho, em que o autor propõe como fato temporal marcante – As Cidades Primeiro (SOJA, 2008, p.51-90), citando diversos exemplos que necessitam ser analisados. Portanto, o autor posiciona as cidades, a partir do contexto temporal remoto que analisa, como indutoras de inovações. Torna-se oportuno discutir contribuições de Kageyama (2008), em que, com base em autores que selecionou, discute sobre precedência entre rural (meio agrícola) e o urbano, bem como em discussões contíguas nas quais se analisa a atribuição do rural como construção social. Entretanto, para a compreensão da realidade contemporânea, Kageyama considera a necessidade de novas concepções que colocam tais discussões sob novas perspectivas.

Estas discussões representam importantes articulações entre si. Pode-se analisar o desenvolvimento da agricultura, em sua complexidade, a partir desse viés do mundo rural articulado como o mundo urbano, visto que se identifica relevante interdependência entre eles (LINHARES, 1997; KAGEYAMA, 2008). Linhares (1997) desenvolve suas elaborações atribuindo importante atenção ao desenvolvimento rural no contexto das apropriações fundiárias, desapropriações, como também das acumulações pré-capitalistas e capitalistas, ocorridas a partir do século XVII, perpassando diversos períodos, projetando-se sobre o século XIX e que se perpetuam. Neste caso, quanto ao impacto desses processos sobre a realidade brasileira, entre as décadas de 1950 a 1970 (Tabela 2), consideremos que, neste período, o Brasil permanecia sendo um país essencialmente rural.

Tabela 2 - Perfil da população brasileira, comparativo urbano x rural – décadas de 1950 a 1980

<b>Abrangência: Brasil   Unidade: percentual</b>				
<b>Período</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>População rural</b>	76,76	67,61	56,77	40,3
<b>População urbana</b>	23,24	32,39	43,23	59,7

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em IBGE, Censo agropecuário (1950/2010)<sup>11</sup>

Sobre o processo de urbanização, observa-se a inversão do perfil populacional referida anteriormente, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970. Tal fato evidenciou a rápida passagem de uma população de maioria rural, para uma população de maioria urbana, em três décadas (Cf. Figuras 4 e 5), cuja tendência se consolidou ao longo da década seguinte (década de 1980).

<sup>11</sup> IBGE – Séries estatísticas. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Considere-se que, neste período, o Brasil possuía uma população rural expressiva, em que pese a transição para a urbanização, ainda em incipiente processo de industrialização que permaneceu incompleto, caracterizado por um “[...] processo de industrialização sem revolução agrícola” (LINHARES, 1997, p. 169). Corroborando as constatações anteriores, em estudo dos processos da acumulação resultantes das atividades aurífera e cafeeira, na região Sudeste do Brasil, se verificou que não houve a alocação desses recursos para atividades de impacto socioeconômico consistentes (KAGEYAMA, 2008). Seguindo essa lógica, pode-se entender que o capital/patrimônio financeiro auferido a partir de atividades de grade monta, pode constituir-se em capital especulativo. Ocorre como afirma Tamás Szmrecsányi:

A economia e a sociedade escravocratas desencorajavam a entrada maciça de imigrantes, dificultando, de um lado, a oferta de mão-de-obra mais qualificada e, do outro, o surgimento e a expansão de um mercado consumidor de bens-salário. Elas tendiam também a promover a concentração dos recursos financeiros disponíveis num pequeno número de atividades voltadas para o comércio exterior. Os poucos capitais disponíveis tendiam a ser aplicados nas atividades agroexportadoras ou na intermediação comercial e financeira.

[...]

Praticamente nada, ou muito pouco, acabava sobrando para a indústria de transformação, a qual não era vista com muito entusiasmo e confiança pelos possíveis investidores, os quais, num "país essencialmente agrícola", preferiam aplicar seus recursos supérfluos em outros negócios ou, na pior das hipóteses, em papéis do governo (então como hoje sempre necessitado de dinheiro). (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 65).

Logo, constatam-se possibilidades de diálogo entre as reflexões de Linhares (1997) e as elaborações de outro autor que pretendemos destacar, a saber, Ponting (1995), pertinentes para ampliar nossa digressão. Ponting contribui para as discussões da relação entre a produção agrícola e o agravamento das interações humanidade/natureza, bem como da relação entre os próprios humanos, como no caso das práticas de exploração de mão de obra perpetrada pelas ações imperialistas dos países hegemônicos europeus, a seu tempo, bem como associa a opção pelas monoculturas com o surgimento de diversas pestilências agrícolas. Nos termos propostos pelo autor (1995), pode-se conceber como as características gerais deste macroprocesso podem ter contribuído para o desflorestamento das matas tropicais, dentre outras ocorrências. Como dito, formalizou-se a condição de subordinação a que ficaram submetidas as ex-colônias europeias, condição peculiar atribuída ao, dito, terceiro mundo, sob a forma de regiões fragmentadas, fontes perenes de matéria-prima e produtos básicos, pelos quais ficam encarecidos, neste processo, os bens de consumo nos próprios mercados internos de origem; se não encarecidos nos mercados de origem, sobretudo nas áreas urbanas, podem provocar o êxodo

rural dos pequenos produtores, incapazes de competir em escala e preços rebaixados pela competição em nível internacional (PONTING, 1995; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Corroborando as constatações de Ponting (1995), Santos (2017), oportuniza refletir sobre este fenômeno sobre o viés da divisão territorial do trabalho, o que pressupõe a divisão social do trabalho, como fenômeno de internacionalização dos territórios historicamente e socialmente constituídos. Com base em Santos (2017), por divisão territorial do trabalho compreende-se como o processo que define onde e como as coisas ocorrem em determinado momento oportuno sob o ponto de vista dos atores hegemônicos mundiais. Há relação intrínseca entre as elaborações de Santos e as constatações de Ponting quanto à forma e intencionalidade desse processo de fragmentação continuado. Tal interferência tem, como alguns dos seus resultados, o estabelecimento de localidades diferenciadas entre si, pela concentração ou rarefação dos recursos nelas investidos para delas se extrair os benefícios dos rendimentos próprios do mundo capitalista (SANTOS, 2017).

Isto posto, se pode perceber que emergem das constatações desde Ponting (1995), Linhares (1997) e Santos (2017), a compreensão da brutalidade que tal processo acarretou para a depreciação da condição de vida, de parcela significativa da sociedade contemporânea. Por outro lado, ocorre como afirma Ponting (1995, p. 408): "No total, existe no mundo alimento suficiente para alimentar todos em níveis adequados - o problema é a sua distribuição desigual". De modo que, parte das preocupações de Ponting, corrobora a ideia do constante risco à segurança alimentar por diversos fatores relacionados ao risco ambiental e à produção de alimentos em escala que proporcione segurança alimentar às populações, questão que se coaduna com apontamentos de outros autores (GREGG, 2010; UPHOFF, 2007; MAZOYER; ROUDART, 2010). Estabelece-se, portanto, em princípio, que as ações que implicam sobre o ambiente natural sob o viés da agricultura possuem diversas interconexões; entre estas, pode-se destacar questões de esferas decisórias relacionadas com aspectos comerciais, bem como questões geopolítica e risco alimentar sob diversas escalas geográficas e diferentes contextos socioespaciais.

Por estas constatações, pode-se conceber, em princípio, que as ações com implicações sobre o ambiente natural sob o viés da agricultura, possuem diversas interconexões relacionando-se, entre outros aspectos, com questões político-econômicas, de geopolítica e risco alimentar sob diversos contextos socioespaciais e escalas geográficas (PONTING, 1997; UPHOFF, 2007; GREGG, 2010; MAZOYER; ROUDART, 2010). Assim, considera-se que os processos ocorridos no estado de Santa Catarina, no caso da pomicultura, estão imbricados com

a história do desenvolvimento agrícola e suas discussões, tal como foi analisada. O caso objeto precípua deste estudo permite capturar aspectos peculiares em relação ao modo das práticas e desenvolvimento agrícola pretendidos, bem como a forma como se incorporou a questão da agricultura na agenda política, como parte das proposições das frentes político-econômicas hegemônicas operantes desde meados do século XX (GOULARTI FILHO, 2001), tanto na economia catarinense quanto na economia nacional.

Até meados dos anos de 1960, sem desvincular-se completamente do contexto nacional, ou da relação público-privado, o estado catarinense foi encontrando seus próprios meios de se firmar como economia dinâmica (GONÇALVES NETO, 1997; GOULARTI FILHO, 2001; SILVA; HASS, 2017). O caso do Oeste catarinense, a partir da década de 1960, destaca a fruticultura de clima temperado e a agroindústria (LAGO, 1988; KLANOVICZ, 2019; MORETTO; BRANDT, 2019). No contexto das discussões dos autores supracitados, pode-se constatar que tais fatores e opções político-econômicos contribuíram para que o Oeste catarinense alcançasse relativo protagonismo na prática de uma agricultura moderna, articulada com setores industriais. Portanto, o, dito, dinamismo econômico catarinense, em última análise, pode se consolidar, sob práticas relacionadas às atividades básicas, como as manufatureiras/artesanais e agrícolas, de baixa intensidade, nas regiões onde as frentes pioneiras de colonização se iniciaram. Sob este viés, percebe-se que, em momento mais favorável havia capital acumulado do mercantilismo capaz de impulsionar atividades industriais, ainda que incipientes, caracterizando o que se considera a diversidade e representatividade econômica catarinense, de acordo com demonstrativos da Tabela 3. Destacam-se os supostos setores sob a pretendida inovação – agropecuário e industrial (LOHN, 1997).

Tabela 3 - Participação de Santa Catarina no PIB nacional 1959-1990 (em %)

<b>Ano</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>
<b>Total</b>	2,4	2,8	3,3	3,7
Agropecuário	4,1	5,4	5,2	4,1
Industrial	2,4	2,6	3,9	3,3
Terciário	1,8	2,1	2,2	2,8

Fonte: Adaptado pelo autor (2022) com base em Goularti Filho (2001, p. 279).

Os dados indicados na Tabela 3 contribuem para o estudo das características de uso e ocupação privilegiados do território catarinense de forma crescente, sob a influência da vertente da integração capitalista do estado de Santa Catarina ao cenário brasileiro e mundial. Nota-se a constante hegemonia e protagonismo dos setores industrial e agropecuário no período da série histórica. Pelos estudos de Goularti Filho (2001), pode-se entender a forma e momento que constitui Santa Catarina como uma unidade da federação com importante relevância econômica, bem como o peso crescente da matriz desenvolvimentista catarinense no contexto do Brasil. Nesta reflexão, cabe considerar sua extensão geográfica reduzida (13% do território nacional, aproximadamente) e sua influência sobre a formação do PIB nacional ao percentual de 3,7%, em 1990. Como apontado por Linhares (1997), Kageyama (2008), Santos (2017), Klanovicz (2007; 2016; 2019), e outros autores citados, constata-se, em Goularti Filho (2001), que o elemento técnico constitui fator favorável na implementação de importantes transformações analisadas sob o viés das matrizes econômicas e produtivas de caráter capitalista, como se evidenciou nos estudos do autor.

O estado de Santa Catarina, constituído por seu território, torna-se uma importante unidade da federação supridora de produtos tanto para o mercado interno quanto de produtos de exportação, em particular, entre as décadas de 1970 e 1990. Verifica-se, pela tabela anterior, significativa paridade entre a atividade agropecuária e a atividade industrial e/ou agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2001; ANDRIOLI, 2020), para o desempenho da atividade econômica no estado de Santa Catarina. Tal constatação pode explicar parte da origem do aporte de capital que impulsionou oportunamente o estado para a atividade industrial de grande intensidade e uma agricultura moderna, sem importante mudança na matriz de acumulação capitalista desde os tempos do mercantilismo (GOULARTI FILHO, 2001; RAUPP, 2010).

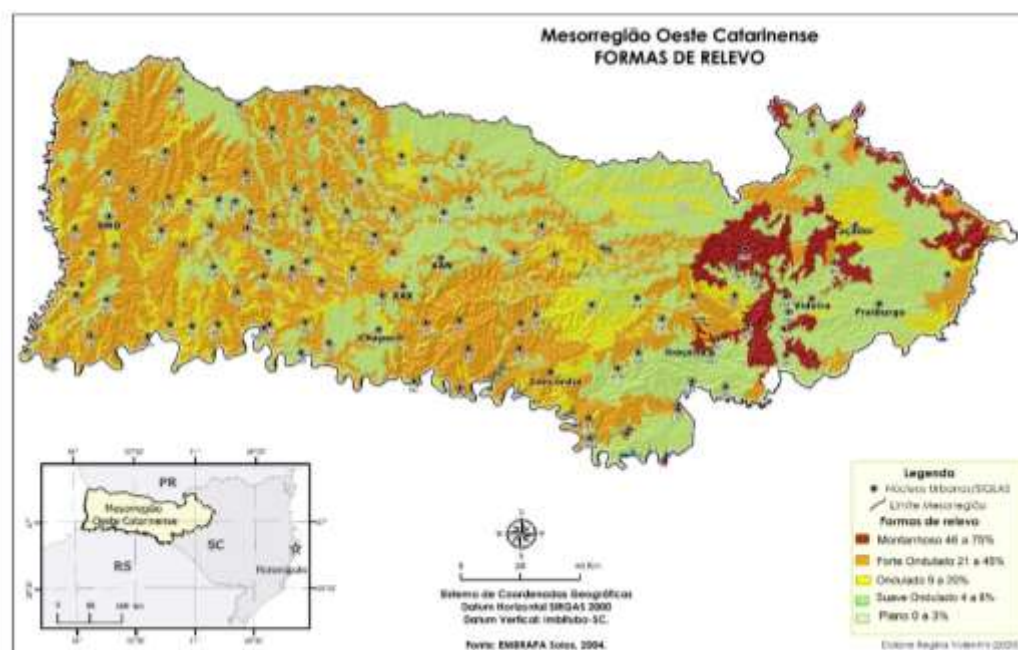
Por fim, tais constatações caracterizam condições em que, em ações de menor risco, foram deslocados recursos privados de atividades de pouco valor agregado e empregados em uma indústria em fase de transição, ao passo que, no contexto de riscos e oportunidades significativos buscava-se articulação governamental para garantir incentivos e fluxo financiador necessários (ICHIKAWA, 2001). Deste modo, conclui-se que, de forma mais consistente, a partir dos grandes projetos federais e estaduais, sob viés da busca pela modernização econômica do Estado brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1960 até finais dos anos de 1980 – é quando ocorrem as ações de fomento mais significativas, particularmente as que favoreceram o estado catarinense, oriundas de aportes e incentivos governamentais, até o surgimento de novas condicionantes político-econômicas em que se destaca tendência de



desregulamentação, sob um Estado nacional menos interventor, sob intensificação a partir da década de 1990 (GOULARTI FILHO, 2001; EMERIQUE, 2008). Logo, as condições do fazer agrícola se caracterizam por situações de tensão e conflitos entre diversos atores e interesses, em contextos específicos, antagônicos e contraditórios, sob importante impacto da engenhosidade humana no contexto da tecnificação do modo de produção (PONTING, 1995; LINHARES, 1997; SANTOS, 2013, 2017; KAGEYAMA, 2008). Salienta-se que o crescimento expressivo das populações, desde o século XIX, contribuiu, em diversos aspectos, para essa pressão sobre a atividade agrícola e o meio natural.

Cabe incluir as condições em que esse fazer agrícola em Santa Catarina se efetivaria, sob importantes fatores naturais que convém destacar, tal como sua constituição de relevo – fator que pode ter representado significativos desafios para a prática da monocultura, particularmente em relação a pomicultura intensiva. Desta forma, são analisadas constatações pertinentes, a partir da ilustração que segue (Figura 2).

Figura 2 - Relevo da Mesorregião Oeste Catarinense



Fonte: EMBRAPA Solos, 2004.

O recorte regional de Santa Catarina, de interesse para a presente reflexão, compreende importante porção do território do estado, integrante da Mesorregião Oeste Catarinense, pela classificação metodológica do IBGE (1990). Importante destacar que, em aspecto geral, o relevo catarinense de característica monoclinal, designa sua tendência de declínio dessas

altitudes (PELUSO JR., 1970, p. 93-95, 118). Constata-se que as feições não são regulares, apresentando características físicas que variam entre áreas de menor declividade, vales e elevações no terreno (BIGARELLA, 1994). Nesse recorte regional estão localizados os municípios de Caçador, Fraiburgo e Videira.

As condições de relevo, representadas na Figura 2, possibilitam entender, com generalização, que se trata de análise das regiões catarinenses e suas condições de relevo, em relação ao nível médio do mar. Sendo assim, a Mesorregião Oeste Catarinense, onde se encontram Fraiburgo e Caçador, é a que possui maior altitude e menores temperaturas médias no Oeste. Logo, sob o ponto de vista de sua constituição física, caracteriza-se por importante parcela do estado sob relevantes altitudes, em ocorrência no território catarinense. Salienta-se que não se trata de feições homogêneas, havendo ocorrência de irregularidades no terreno que explicam o que se considera generalização. Abrange parte do Planalto e se projeta para o Extremo Oeste do estado, correspondendo, em sentido amplo, ao recorte de estudo que Peluso Junior (1986) classificou como Planalto do Oeste. Nessa análise o autor desenvolve seu estudo incluindo observações sobre a origem das composições das rochas, das altitudes dos divisores de águas e variações do nível dos rios regionais. Sobre isso, afirma: "O Planalto do Oeste tem o relevo escalonado típico das áreas cobertas por lençóis de lavas basálticas. Os rios são de perfis longitudinais fortemente irregulares [...]" (PELUSO JR., 1986, p. 27). Desta forma, sobre as características do relevo regional, cabe destacar considerações de Peluso em que este analisa a ocorrência de divisores de águas, do Meio Oeste para o Oeste, com variações de altitude entre 400 e 1000 a 1200m. Deste modo, ressalta-se que se prioriza analisar o caso concreto do Vale do Rio do Peixe, que representa continuidades dos processos regionais no contexto do fato colonizador, sob análise inicial. Compreende-se ser este o contexto histórico-geográfico no qual se inscreve o processo de ocupação dessa porção do território Sul Brasileiro, do atual estado de Santa Catarina.

A ocupação regional do Oeste catarinense é analisada no contexto mais abrangente de ocupação do sul do Brasil, com aspectos peculiares. Pode-se admitir que houve, em menor ou maior intensidade, movimentos de alternância de domínio territorial entre diferentes grupos humanos ancestrais em temporalidades distintas no território catarinense (CARBONERA; SCHMITZ, 2011). Outro caso importante origina-se de estudos que indicam ter existido uma rota percorrida pelos indígenas, em movimentos desde as regiões andinas até a costa atlântica perpassando o atual estado de Santa Catarina (BUENO; DIAS, 2015). Poli (2006) também indica que, historicamente, esse contexto geográfico passou por momentos distintos de

ocupação regional. Apontando essa ocupação em períodos anteriores ao século XIX – cita-se as ocupações por populações indígenas das etnias Kaingang e Guarani; passando por um processo de ocupação das áreas de campos por fazendas de criação de gado e da floresta por sítios independentes, conhecidos na região como caboclos, até a chegada do imigrante de origem teuto e ítalo-brasileira, deslocado do Rio Grande do Sul – evento posterior à resolução do conflito do Contestado (1912-1916) e à criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, atual Joaçaba/SC, em 1917 (PELUSO JR, 1970; FERRARI, 2005; POLI, 2006). A transformação na paisagem que se encontrava em curso desde tempos pretéritos, se agudizou sob o ingresso desses atores, como a população cabocla, que, nas áreas de mata, dedicavam-se a atividades extrativistas relacionadas à erva-mate e à criação de animais soltos, compartilhando a floresta em comum e o uso do solo de característica cabocla. Ocorreu uma transformação radical quanto ao uso e ocupação do solo e seus recursos naturais com ingresso do processo colonizador (BRANDT E NODARI, 2011).

Não obstante serem as atividades de nativos e caboclos de impacto limitado sobre o meio natural, no contexto de suas atividades de subsistência (PONTING, 1995; LINHARES, 1997; DIEGUES, 2008), com a colonização a partir de meados do século XX, intensifica-se a ocupação territorial. Novas atividades econômicas passam a se desenvolver, sobretudo relacionadas à exploração madeireira e à agropecuária imbricada com o mercado, na qual se destacava o binômio milho-porco, bases para o desenvolvimento do setor agroindustrial a partir da década de 1950 (LAGO, 1988).

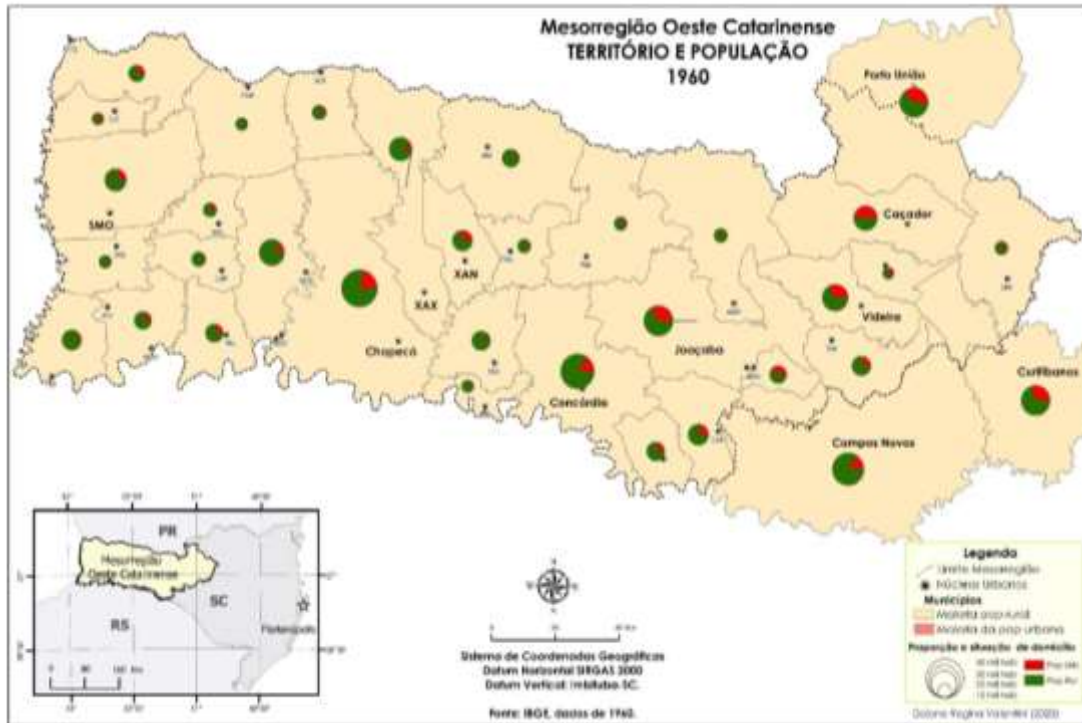
Em relação ao setor madeireiro, é possível tecer reflexões a partir das contribuições de Eunice Nodari e Zephyr Frank (2019) e Moretto (2017), cujos estudos apontam para as transformações da paisagem desde a região de ocorrência da Floresta ombrófila mista (FOM), a partir da exploração madeireira para fins comerciais. Nessa ampla região de domínio da Mata Atlântica, se considerou, ao longo da colonização, haver espécies faunísticas com potenciais madeiráveis. Por isso, houve consistente desmatamento relacionado à exportação de toras de madeira, especialmente para a Argentina. O desenvolvimento de tecnologias e meios como a motosserra, a abertura de estradas e a ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul propiciaram condições favoráveis à aceleração do processo de desmatamento da FOM. O fato constitui continuidade ao que vinha ocorrendo com a mata regional desde o empreendimento *Southern Brazil Lumber and Colonization* (DEAN, 1996; NODARI, 2018). Desmatar, neste momento histórico, poderia valorizar a propriedade e disponibilizar terras, ditas, ociosas para a prática do cultivo e formação de pastagens. Essa constatação permite ponderar a respeito dos resultados

imediatos dessas intervenções sobre a natureza. Deste processo resulta uma natureza alterada de forma significativa, que em diversos aspectos se identifica com o conceito de paisagem utilizado por Simon Schama (1996). De modo que esse ambiente natural, ao longo dessas fases de ocupação intensiva, constitui-se, em dado momento, como receptáculo, já em outros, como estorvo em algumas de suas características originais (THOMAS, 1989), que passa a ser 'objeto' sob importante impacto das sociedades em transformação, resultando numa paisagem artificial sob nova moldura (SCHAMA, 1996). Com importante similaridade, Keith Thomas (1989), analisando a conjuntura do comportamento de parte da sociedade europeia sob o dilema entre preservação e remoção dos ditos obstáculos impostos pelo meio natural ao pretendido progresso – discutiu o período entre os séculos XVI e XIX, particularmente na Inglaterra, quanto às questões relacionadas as áreas sob utilização para a agricultura, em razão das reivindicações ocorridas por espaços limpos/livres de mata selvagem, para a atividade agrícola (THOMAS, 1989).

À vista disso cabe indagar, por exemplo, em que medida o entendimento sobre terras incultas (CORRÊA, 2008; BRANDT, 2012), pode ter relação com a distribuição de posses desta fração do Sul do Brasil a novos ocupantes, vistos como cidadãos representativos dos valores da ordem e do desenvolvimento, favoráveis aos projetos de ocupação destes, ditos, vazios demográficos.

É fato que a legitimação estatal favoreceu processos de colonização que permitiram a apropriação, desapropriação e marginalização de importante parcela da população brasileira sem direito a uso e posse de terras (LINHARES, 1997). Considere-se, no caso em estudo, o período posterior à resolução das diversas questões territoriais catarinenses, internas e externas (FERRARI, 2005; POLI, 2006). Daí decorre as ações mais contundentes da consolidação de parte do Planalto e do Oeste catarinense como importante frente de colonização (BRANDT; NODARI, 2011; BRANDT, 2012; SILVA, BRANDT; CARVALHO 2015; MORETTO, 2017; NODARI, 2018), que incorreram em importantes alterações na ocupação desta porção do território catarinense. Nota-se a predominância percentual das áreas rurais, sobre as áreas ou pequenas manchas urbanas na região de colonização, durante a década de 1960. No mapa ilustrativo da Figura 3, constata-se a forma de ocupação territorial que, em seguida, passaria por novas transformações, no advento da intensificação da produção agrícola, em lavouras de grandes áreas, produzindo constante deslocamento das populações rurais para as os núcleos habitacionais em formação.

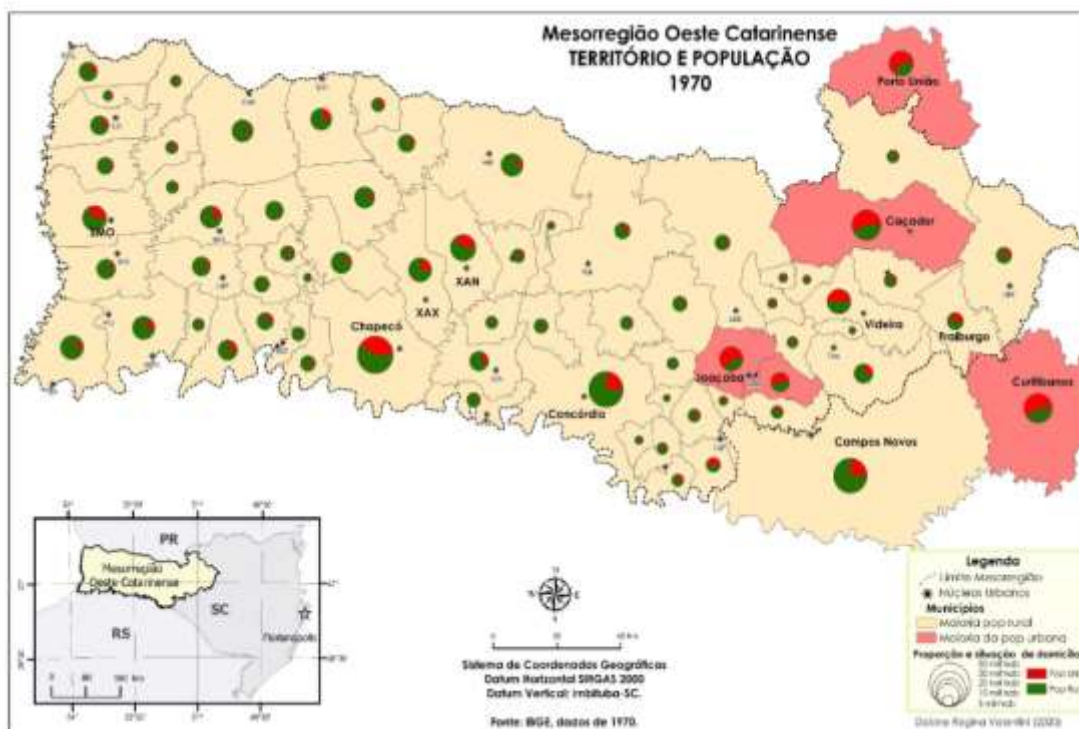
Figura 3 - Ocupação territorial na Mesorregião Oeste Catarinense, entre população rural e urbana (1960)



Fonte: IBGE, dados de 1960.

Logo, sob importante atividade de colonização das áreas anteriormente consideradas vazios demográficos ou sobre ocupação de baixa intensidade, o processo reconhecido como ciclo da madeira começa a demonstrar sinais de esgotamento, sobretudo, a partir dos anos de 1960 (BRANDT, 2004a, 2012; MORETTO, 2016), ensejando importante transformação na paisagem do Oeste catarinense, que cede lugar a outras destinações de uso e ocupação do solo regional. De modo que se pode notar importante redução da população rural, enquanto os núcleos urbanos iniciam sua consolidação, como se observa na ilustração que segue (Figura 4).

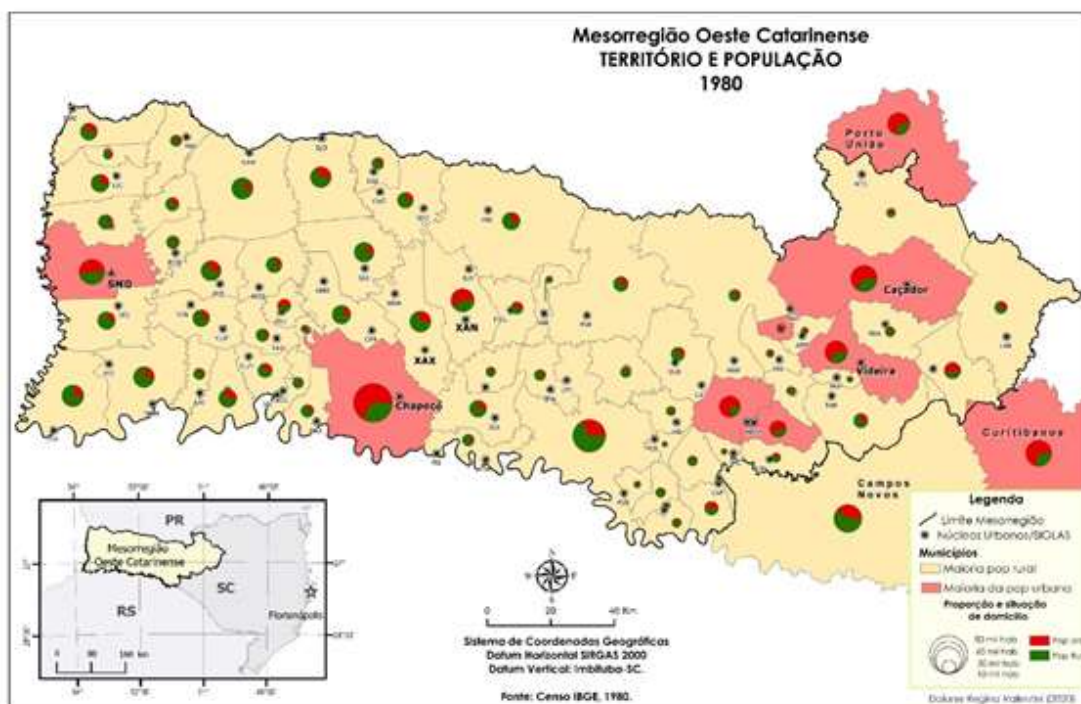
Figura 4 - Evolução do perfil de ocupação do solo, Mesorregião Oeste Catarinense (1970)



Fonte: IBGE, dados de 1970.

Pela ilustração, pode-se perceber que, na região de estudo, cidades como Chapecó e Xanxerê/SC, já se encontram em adiantado processo de urbanização, mais acentuado na cidade de Joaçaba, que neste período se consolidava como importante centro urbano regional, bem como a cidade de Caçador. De modo que as cidades onde a atividade de extração madeireira foi mais acelerada, articulada com a atividade agroindustrial, a urbanização avultou nesse processo mais cedo. A natureza vista anteriormente como indomável ou de “recursos inesgotáveis”, impressionante em contextos específicos (SCHAMA, 1996), no advento do projeto colonizador em território catarinense, oportuniza importante atividade comercial-industrial, permitindo transferência de recursos pela exportação, e posterior formação de elites locais detentoras de consistente capacidade financeira, caracterizando notável desigualdade no interior da sociedade regional (ANDRIOLI, 2020) – processos relacionados foram analisados por Claiton Marcio da Silva, Marlon Brandt e Miguel M. X. Carvalho (2015). Tal situação, acaba por proporcionar diversos núcleos urbanos, característicos centros consumidores de produtos produzidos em grande escala naquele período histórico. A partir dos anos de 1980, essa tendência à urbanização regional se consolida, como se pode notar na Figura 5.

Figura 5 - Ampliação/consolidação da malha urbana, Mesorregião Oeste Catarinense (1980)



Fonte: Censo IBGE, 1980.

Entretanto, a constituição do que corresponde à Mesorregião Oeste Catarinense e entornos como lugar de natureza exuberante, de recursos a serem explorados, decorre de percepções recorrentes, remontando desde os primeiros relatos de naturalistas, excursionistas e políticos que desenvolveram algum entendimento sobre a geografia desses sertões do estado de Santa Catarina. A partir destes encaminhamentos, algum desses empreendimentos exploratórios e/ou de reconhecimento geográficos ou socioespaciais serão mais bem discutidos no próximo tópico. De modo que historicamente foi-se conjecturando formas de ocupação econômica da região, partindo-se do que a própria natureza poderia, em tese, oferecer de vantagem para estimular a ocupação desses espaços geográficos.

## 2.2 AS REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA E SUAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Analisa-se, na sequência, diversos relatos de exploradores, expedicionários e afins, que, de modo significativo, contribuíram, direta ou indiretamente, para destacar a percepção de uma época em relação ao estado de Santa Catarina. Reitera-se o interesse precípuo em apontar

indícios sobre proposições favoráveis à fruticultura, em suas formas discursivas e relatos pertinentes ao presente estudo de caso. Entretanto, se atribui prioridade aos relatos e observações sobre o Oeste catarinense.

As proposições presentes na obra “O espaço rural dos campos do Planalto na Chorographia de Santa Catharina”, de José Vieira da Rosa, datada do ano de 1905, citado por Brandt (2010a), permitem entendimento complementar em relação ao caso catarinense e o interesse pela fruticultura. Os registros de Vieira da Rosa fazem referências à ocorrência de práticas de fruticulturas desenvolvidas para suprir o consumo pelos próprios produtores, sem caráter comercial, no Planalto catarinense. De modo que o autor se inclina a propor a viabilidade comercial de tais cultivos em território catarinense. De acordo com Vieira da Rosa (1905 apud BRANDT, 2010a), constata-se o que se compreendia como possibilidades econômicas regionais em razão das condições climáticas, áreas e solos em condições favoráveis. Entretanto, em se tratando de fruticultura artesanal, possivelmente relacionada aos costumes dos pequenos produtores, assinalava que poderia vir a tornar-se produto de valor comercial sob os incrementos da técnica. Dentre esses cultivos, indicava-se a produção da uva.

Considera-se que, mais ao Oeste, em direção ao Vale do Rio do Peixe e à fronteira, haveria somente descrições ou relatos com mais especificidade ao final do século XIX, fase em que se incluem registros de Vieira da Rosa e dos irmãos Boiteux. Tais fatos pertencentes aos registros históricos, em particular, consideram o período posterior ao Contestado, como se exemplifica no caso de Boiteux (1931).

Dentre os excursionistas que participaram da viagem do então 'Presidente do Estado de Santa Catharina', Adolfo Konder, encontrava-se José A. Boiteux, que fornece importantes relatos para se compreender parte das características de Santa Catarina à época, que podem não estar contidos em outros documentos similares. A partir das contribuições Boiteux (1931), se percebe que o roteiro de viagem foi planejado de acordo com as condições que se previa encontrar. Destaca-se que, em governos anteriores, já se havia iniciado, ainda que precariamente, condições de acesso a localidades que se pode constatar como regiões que compreendiam a parte do estado sob importante esforço de integração aos processos político-econômicos predominantes entre o final da década de 1920 e princípio da década de 1930 (GOULARTI FILHO, 2001; RAUPP, 2010).

Cidades como Itajaí/SC, Blumenau/SC, Porto União/SC, Cruzeiro/SC (atual município de Joaçaba) e Xanxerê – sede inicial da Comarca de Chapecó –, foram percorridas com alguma condição de ligação terrestre previamente estabelecida. Os encontros políticos realizados nessas



localidades demonstram sua importância para o contexto político-econômico daquele período. Sob diversos aspectos, sobretudo, na afirmação do controle territorial, Boiteux (1931) destaca o que se considerava condições de legalidade e prosperidade na visão dos viajantes. Nota-se que se encontravam atuantes na região do Oeste e Extremo Oeste diversas companhias colonizadoras.

Percebe-se que o autor supracitado procura incluir em seus apontamentos a expectativa existente em relação aos colonos teuto e ítalo-brasileiros vindos do Rio Grande do Sul, utilizando-se do termo para caracterizar o Oeste catarinense como "Nova Canaã". Seria logo, um constructo de paraíso para os conquistadores ou "desbravadores" do Oeste catarinense, embora os desafios impostos pelo ambiente natural ao processo de ocupação, sob condições análogas às discussões desenvolvidas por Thomas (1989) e Schama (1996).

No transcorrer da viagem por Palmitos e região, em observação aos feitos dos colonizadores, Boiteux (1931) cita que estariam a constituir seu "favo de ouro". De outro modo, relata o esforço dos colonos em expressar o idioma nacional, ainda carregado de sotaque europeu. Entre seus relatos, o autor menciona a existência de templos religiosos católicos e luteranos, o que poderia ser outro indicativo da chegada da civilidade ao Oeste de Santa Catarina, no entendimento dos excursionistas. Entretanto, houve registros de preocupações em combater as atividades ilícitas e indícios de violência relatados como elementos de instabilidade em parte das localidades visitadas.

Ademais, como se permite compreender dos relatos e impressões deste autor, conforme referências supracitadas, a expedição foi caracterizada por importante conhecimento de aspectos do território catarinense desconhecidos para os governantes catarinenses, até então. O agnome de "Bandeirantes da brasilidade" representa parte desse prestígio auferido aos membros da excursão relatada, de modo que se pode notar, pelo entusiasmo de Boiteux (1931), que a viagem na qual acompanhou o governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, foi considerada satisfatória. Ele ainda destaca a utilização da via férrea de Jaraguá até a estação de Herval, bem como o traslado por via terrestre de automóvel, até o Oeste de Santa Catarina, e outra parte do trajeto, que foi realizado via fluvial, terrestre e a cavalo. Em seu relato, Boiteux afirma que foram percorridos 3.000 km ao todo no percurso de ida e volta. O roteiro da viagem de Adolfo Konder pode ser observado nas linhas em destaque na ilustração a seguir (Figura 6).

Figura 6 - Roteiro da viagem de Adolfo Konder, em 1929



Fonte: CEOM. A viagem de 1929. 2005, p. 22.

Diversas reflexões têm sido desenvolvidas no esforço de entendimento sobre como parte do Planalto Catarinense e o Oeste de Santa Catarina foram compreendidos em suas feições em relação à sua paisagem natural nativa. Neste sentido, destacam-se estudos de pesquisadores, como Nodari E Frank (2019), que, em seus apontamentos, dentre outros aspectos, analisam como a natureza dessas regiões, particularmente, em relação ao Oeste catarinense, foram descritas e percebidas tanto por agentes de Estado, quanto por agências de colonização em suas propagandas para venda de lotes nas áreas de colonização.

Perpassando pelas observações de viajantes, madeireiros e colonos, destacam-se apontamentos realizados por Ferreira da Costa, comentados por Nodari (2009), referindo-se à viagem do Governador Adolfo Konder, por ocasião de sua excursão por Santa Catarina em direção ao Extremo Oeste do estado, em 1929, em que, detalhes são descritos no seguinte teor:

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobra um pedaço de céu [...]. (COSTA, 1929, p. 29).

De fato, registros da viagem expedicionária de Adolfo Konder<sup>12</sup> constituem-se em importantes relatos de viagens, dos mais recentes, como referência para outros estudos, tais como os desenvolvidos por José Carlos Radin e Silva (2018), e Andrioli (2020). Em complemento a essas constatações feitas pelos autores, considere-se como possibilidade concreta que qualquer destes viajantes e excursionistas tenham se deparado com o que se considerou em Jean Delumeau e Yi-Fu Tuan, sobre a paisagem do medo. Em Tuan (2005), o medo pode ser produto do desconhecido, entendido como uma construção mental sobre realidades materiais, expressando-se em forma de ansiedade em contexto de incertezas. Delumeau (2009) demonstra que o medo também é produto do desconhecimento e da incapacidade de entender certos fenômenos e/ou construções humanas. A paisagem, nesse caso, pode impor medo, enquanto insegurança e instabilidade que ameaça a percepção e valor original do lugar (TUAN, 2005). Tais elaborações convergem com os relatos das impressões registradas sobre a densa floresta, a presença dos indígenas e de animais considerados ferozes (SAINT-HILAIRE, 1936; AVÉ-LALLEMANT, 1995).

Corroborando para a presente discussão, Nodari (2009) faz referência à percepção de moradores que se instalaram na região, em que a natureza fora vista como de muita riqueza, pela presença de madeiras-de-lei, utilizadas para a edificação de suas propriedades. De modo que, todos esses apontamentos corroboram para o entendimento de que havia expectativas de que os empreendimentos colonizadores, sob importantes desafios, alcançariam o sucesso pretendido.

Concluindo essa abordagem inicial relacionada às diversas formas como o território catarinense foi compreendido, com importante destaque para o Oeste catarinense, se constata haver convergência entre os diversos relatos destes pesquisadores e viajantes. Há muito por discutir sobre as diversas impressões, suas razões, motivações, sobretudo, sobre suas contribuições para a pesquisa sobre o estado de Santa Catarina, especialmente, quanto ao recorte espacial de interesse desta pesquisa. O que foi discutido até o presente momento, no limite, importa para se constatar que, de modo geral, estas regiões em estudo foram compreendidas como regiões ricas em recursos naturais abundantes e inesgotáveis.

Em síntese, o território de Santa Catarina, entre meados do século XIX e início do século XX, compreendia um território cuja integração ao espaço brasileiro enfrentava obstáculos. Contribuía para esta situação fatores tais como as distâncias a serem percorridas e condições de

---

<sup>12</sup> CEOM/Centro de Memória do Oeste (Org). A Viagem 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. 2005.

deslocamento, além de fragilidades nas expectativas econômicas que a região poderia representar (GONÇALVES NETO, 1997; GOULARTI FILHO, 2001; RAUPP, 2010). Embora predomine nos relatos dos viajantes, excursionistas e pesquisadores o entendimento, em relação a Santa Catarina, e em particular ao Oeste catarinense, de ser território de fartura em relação aos meios naturais ofertados, pressupunha-se que demandaria projeto de ocupação peculiar em relação a outros contextos da realidade brasileira, desde o período colonial até o regime imperial. Não foram encontradas pedras preciosas ou quaisquer tipos de especiarias que pudessem integrar de imediato o atual estado de Santa Catarina ao cenário mercantil-econômico nacional, sendo que o fato promissor demandaria um esforço e direcionamento específico. Chapecó, por exemplo, à época da viagem de Adolfo Konder, abrangia uma área de 13.958 km<sup>2</sup> <sup>13</sup>, de modo que, como todo o Oeste catarinense à época, representava uma região com baixa densidade demográfica e pouca integração territorial.

Prefigurava-se, dadas as condições de aparente isolamento em relação ao restante do território nacional, em parte, estes sertões do Oeste catarinense como região de violência e banditismo, pelo fato de que a presença reguladora do Estado poderia ser imperceptível ou com eficiência restrita. Pode ser por esses motivos que importantes aspectos dos esforços por tomar conhecimento da realidade desses espaços de Santa Catarina foram implementados sob viés significativo de missões de garantir controle sobre o território, em particular, característica das que partiram de ações governamentais. O fato ensejou concentrar esforços governamentais em implementar frentes de colonização durante o século XX, buscando novas formas de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais, como destacado oportunamente. Entretanto, como citado introdutoriamente, a região do Vale do Rio do Peixe, desde meados do século XX, demonstrava relevante atuação no cultivo de frutíferas, particularmente de uvas, constituindo, em princípio, uma forma tradicional de uso e ocupação do solo regional. em que se relata existência de diversas vinícolas, particularmente entre as décadas de 1930 e 1940, como se demonstra na Figura 7.

---

<sup>13</sup> COSTA, 1929, p. 33.

Figura 7 - Adega Leoni - de Cezar Leoni e Filhos. Iniciou - 1943. R do Comércio - atual R. Saul Brandalise (atual município de Videira)



Fonte: Museu do Vinho, em Videira

Cabe destacar que a região do Vale do Rio do Peixe possuía importante projeção estadual, na produção de uvas e derivados, conforme os censos agropecuários elaborados pelo IBGE, desde os registros de importância singular, a partir da década de 1970. De modo que a ilustração a seguir, confirma parte essa constatação, pela instalação de uma vinícola, desde o ano de 1939, no município de Perdizes, atual cidade de Videira (Figura 8).

Figura 8 – Cantina da Soc. Vinícola Catarinense-Perdizes 1939



Fonte: Museu do Vinho, em Videira

Existem trabalhos e pesquisas que indicam esse pioneirismo regional (NODARI; FRANK, 2019), no plantio e processamento de uvas a representar a presença do colonizador, incluindo a região do Vale do Rio do Peixe, como importante fator cultural dos imigrantes ítalo-brasileiros (NODARI; TERRERI; VELASCO, 2022). De forma que, no capítulo que segue, se pretende discutir algumas das formas como diferentes descrições e relatos assumiram na intensificação do processo desenvolvimentista e colonizador a que foi submetido o recorte regional em estudo.

## CAPÍTULO II

### 3 A CONSTRUÇÃO DA “VOCAÇÃO AGRÍCOLA” CATARINENSE

Constata-se que parte das afirmações sobre as características e vantagens regionais se consolidaram somente pelas iniciativas discursivas e pelas articulações políticas. Oportunamente, a tecnificação favoreceu os discursos e conceitos previamente elaborados, tal como discutidos nos estudos de Klanovicz (2007; 2019) e Andrioli (2020), nos casos que tais autores analisaram. O processo de construção de identidades, tal como situa conceitualmente Andrioli parte de sua análise (2020) – no caso da vocação agrícola [catarinense], constitui importante oportunidade para se discutir a finalidade do conceito de uma "vocação" em favorecimento a determinadas práticas que se intentou empreender ou consolidar em diversos espaços ou recortes geográficos, no território catarinense. Entretanto, a discussão mais aprofundada sobre esse panorama geral escapa ao objetivo da presente reflexão.

Partindo dessa ideia da construção de uma “vocação regional” (ANDRIOLI, 2020), a temática sobre ‘construção social’ possui diversas possibilidades teórico-analíticas. Por essa razão, se pretende priorizar o estudo das práticas ou formas nas quais nota-se a materialização dos discursos que trazem esse viés. De modo geral, precisa-se considerar a existência de um conjunto de concepções que se intercomunicam trazendo o sentido de propor, categorizar, hierarquizar, pré-definir ou redefinir as localidades ou regionalidades (CORRÊA, 2007; GARCIA JUNIOR, 2002).

Nos estudos de Edgar Garcia Junior (2002), discute-se como as regionalizações foram propostas a partir de percepções deterministas socio-geográficas, bem como por razões de atribuir funcionalidade aos espaços constituídos socioculturalmente (GARCIA JUNIOR, 2002, p.19-55). A partir das análises do autor, constata-se que tais proposições procuravam integrar possíveis heterogeneidades, caracterizadas por condições peculiares entre os lugares, procurando construir um tecido regional integrado, dadas as grandes distâncias entre as regiões do território nacional (GARCIA JUNIOR, 2002).

Haesbaert (2010) oferece subsídios significativos para discutir outras questões que permeiam o debate em torno das formas de regionalizações pensadas sob diferentes aspectos como moldura ou para moldurar determinados espaços geográficos constituídos – não como *locus* acabados ou dados prontos. Desse modo, o autor desenvolve análise epistemológica em torno dos conceitos que, *a priori*, procuram conceber regiões como meros recortes espaciais,

dados-prontos ou propostos de forma racional. De modo que ele identifica que, no contexto da globalização, o mundo procura se homogeneizar, ao mesmo tempo em que se estabelecem diferenciações pela fragmentação dos espaços.

Haesbaert (2010) propõe compreender região, *a priori*, a partir de movimentos de interações que fazem dela, produto e produtora do global - *locus* de demandas e experiências diferentes, por vezes, concorrentes/conflitantes, que se pode considerar, sujeitas a sobreposições importantes de ações, de modo a atribuir determinadas funcionalidades representativas de interesses específicos. Logo, evidencia-se que a fragmentação pode atuar como instrumento de exclusão e segmentação das próprias sociedades que usufruem do lugar-interferindo na experiência do regional em interação com o global. Para a presente discussão, tal contribuição traz clareza sobre os processos que ficam escamoteados, enquanto projetos e proposições específicas afloram e sobrepujam qualquer possibilidade de contraposição ao que se preconiza sob consenso e hegemonia – em relações de poder, sobretudo, poder fazer (HAESBAERT, 2010). Visto por esse ângulo de análise, pode-se apontar importante componente de artificialidade como ambiguidade nas proposições de prática da fruticultura de clima temperado, em Santa Catarina. Tal pode-se notar, a exemplo, pelos desafios vislumbrados à frente, que, sob certo aspecto, foram oportunamente deixados de lado, como que a prever soluções por demanda. Constitui-se, em parte, efemeridade, aproximando o debate em torno da pomicultura comercial catarinense com as constatações de Haesbaert (2010), em que, o conhecimento e a técnica podem constituir certas peculiaridades sobre as espacialidades, sobre determinadas condições, pela interação entre diversos atores e fatores (HAESBAERT, 2010).

Retomando a reflexão anterior, instigada Garcia Júnior (2002), ao discutir sobre o vocábulo "vocação" no contexto que analisou, destacou como, no sentido das palavras utilizadas na metáfora de ser "sal da terra e luz do mundo"<sup>14</sup> – se firmava expressiva parte das elabora es sobre a identidades para Santa Catarina, por diversos autores que discutiu (GARCIA JUNIOR, 2002). Tais elabora es possibilitaram a aplica o conceitual em referência aos recortes geográficos, referindo-se a condi es pré-estabelecidas culturalmente, como que imutáveis – endógenas, a determinados grupos ou coletividades (GARCIA JUNIOR, 2002).

No contexto das discussões relativas às análises das condi es político-econômicas ou socio-geográficas das realidades catarinenses, elege-se os estudos dos fatores relacionados, a

---

<sup>14</sup> Cf.: GARCIA JUNIOR, ao discutir vertentes sobre a concep o de voca o (GARCIA JUNIOR, 2002, p.100).



partir das contribuições de Gonçalves Neto (1997). Entretanto, destacam-se contribuições de Latour (1994; 2001) que auxiliam a compreender mais propriamente os fundamentos teóricos dessa construção social, nos limites do objeto de interesse deste estudo, que visa analisar o fator histórico-geográfico em si.

Pela articulação dos saberes entre os autores citados, pretende-se percorrer os caminhos para, no todo dessas contribuições, entender a forma mais geral com que tal prática discursiva se consolidou em Santa Catarina - preferências socioespaciais específicas, partindo de: enaltecimento de determinadas características étnicas de um povo; das condições de clima e geografia; das qualidades de solo e áreas disponíveis; em legitimação e práxis a encaminhar alterações no cenário político-econômico regional. Sobre esses aspectos se discutirá mais adiante, no contexto das considerações sobre tais implementações (OLINGER, 1970).

Não obstante, considera-se o fato de que houve recortes pretéritos sob diversos discursos que engendraram uma identidade para Santa Catarina, sob vieses dos mais diversos que se pode discutir. Entretanto, reconhece-se que essa temática não constitui objeto de interesse precípua para a presente dissertação; embora careça de melhores estudos, pode contribuir para explicar, em parte, o que mais tarde se destacou ou se enfatizou em torno dos discursos e práticas favoráveis à fruticultura (GARCIA JUNIOR, 2002). De forma que, na presente análise, que se atém à experiência catarinense nas práticas com fruticultura, pode-se perceber um divisor de águas entre o antes e o após: o ingresso de metodologias mais avançadas ditadas pelo domínio da técnica a contribuir com significativa importância para o sucesso pretendido no campo da implementação, confirmação e legitimação das, ditas, identidades ou vocações regionais. Para exemplificar, destaca-se que o Planalto, foi enfatizado quanto às suas qualidades climáticas para o cultivo de espécies como o trigo e frutas de clima temperado (BRANDT, 2012).

No Oeste de Santa Catarina, avultou o desenvolvimento da atividade agroindustrial, sob a narrativa do Oeste enquanto “Celeiro Catarinense” (ANDRIOLI, 2020). Tal atividade, inicialmente incipiente, foi-se desenvolvendo no ritmo da colonização ítalo-germânica. Sobretudo, a partir do loteamento de áreas que, na medida que a ocupação avançava, foram desflorestadas – em que tais loteamentos caracterizaram a pequena propriedade com dimensões aproximadas de 24,2 ha (MORETTO; BRANDT, 2019).

O contexto da legitimação de conceitos de vocações regionais – relacionadas às características socioespaciais, impôs necessidade de conformidades. O projeto para impor à região o destino ensejado, implicou em propor o abandono de práticas consideradas de baixo rendimento e a adoção daquelas que, sob a perspectiva dos discursos dominantes, fossem

consideradas eficazes (ANDRIOLI, 2020). Ao passo que a análise das implementações técnicas associadas às proposições políticas, bem como suas implicações econômico-sociais, possibilita entender importantes crises no sistema e convulsões sociais, que se mostraram desafiadoras sob condições específicas (SILVA; HASS, 2017).

Entretanto, pretende-se destacar como o desenvolvimento dos meios técnicos materiais e de domínio do conhecimento sobre a agricultura foram, sob importante aspecto, precursores de parte dos discursos sobre a, dita, vocação agrícola. Nesse sentido, discutir sobre esses fatores que viabilizaram o chamado progresso de parte do Oeste catarinense sob a óptica dos estudos de diversos autores, incluindo Andrioli (2020), implica em identificar elementos que convergiram direta ou indiretamente para que, oportunamente, fosse pensada a necessidade de dinamização de outras áreas geográficas contíguas sob aparente estagnação. Além disso, considere-se o fato de que o processo agroindustrial empresarial que se destacava na região do Vale do Rio do Peixe, em certa medida, representou em tempo, a possibilidade de diversificação capitalista de outros setores da economia regional, a partir da fruticultura (BRANDT, 2005; KLANOVICZ, 2019). Por esse motivo, seguir-se-á essa ordem de abordagem, como no próximo tópico do presente capítulo.

### 3.1 DOS CAMPOS EXPERIMENTAIS ÀS PRÁTICAS DA AGRICULTURA CATARINENSE

Gradativa e progressivamente, entre continuidades e rupturas, o que era intenção por viabilizar práticas agrícolas e superação de obstáculos humanos, financeiros e imposições do ambiente natural geograficamente estabelecidos, torna-se, de algum modo, princípio onipresente, que passa a permear diversas esferas decisórias em favor da proposição tecnicista (ICHIKAWA, 2001; GREGG, 2009; PECQUEUR, 2009; KLANOVICZ, 2019). Tecnicista, nessa perspectiva, não impõe desprezo pelas ciências. Sendo, logo, uma constatação de metodologias que permitiram de forma audaz, a superação dos supostos obstáculos impostos pelo meio natural ao avanço da apropriação e uso dos recursos da natureza.

Como parte dessa trajetória da implementação técnica, pode-se identificar como uma das primeiras proposições, a iniciativa que resultou na criação da Estação Agronômica e Veterinária, em 1895 (EPAGRI, 2005), em localidade conhecida por Rio do Cedro (na atual cidade de Blumenau/SC). Em que pese ser essa uma medida governamental, instrumentalizada pela Lei nº 166, de 28 de setembro de 1895, nota-se que atendeu a interesses classistas, solidários com outras iniciativas locais. Desta forma, evidenciou-se a convergência de

interesses semelhantes, materializados tanto na existência da Sociedade Agrícola do Cedro, quanto nas iniciativas de Hermann Blumenau, idealizador da colônia Blumenau (DOS SANTOS, 1997). A Estação Agronômica servia como um campo experimental, sob a direção do agrônomo italiano Giovanni Rossi, com vistas a apoiar a cultura do fumo (EPAGRI, 2005). Logo, a despeito do deslocamento da Estação Agronômica e Veterinária para outras localidades, como o foi para Florianópolis, em 1905, a existência das estações experimentais assume importante protagonismo.

De acordo com Lucy Woellner dos Santos (1997), órgãos e ações de governo na esfera federal, praticamente desvinculadas do governo estadual, convergiram na elaboração de novas estações experimentais em Santa Catarina, sob o pressuposto de viabilizar as atividades da lavoura, assim como favorecer a atividade primária baseada em produtos agrícolas considerados lucrativos (DOS SANTOS, 1997). Cita-se, por exemplo, o caso da criação das estações de Lages/SC, em 1905, Perdizes/SC e de Rio Caçador/SC, a partir do ano de 1934/1936, em que, a Estação de Caçador se incumbia das proposições com cultivo do trigo, e a Estação de Videira voltava-se para o cultivo de uvas. Portanto, a Estação Experimental de Videira, criada em 1936, bem como a sua congênere de Caçador, criada em 1938, *a priori*, materializam a concepção de uma vocação regional atribuída às respectivas localidades favoráveis ao cultivo de fruticultura de clima temperado (EPAGRI, 2016) – no caso, e em princípio, a videira.

A Estação Experimental de Videira representa importante aspecto do recorte espacial a partir do que se pode refletir sobre o tema central da presente pesquisa. Mantém-se interesse por reflexões que se iniciam nas perspectivas das ideias, dos textos e das fontes às quais se pode recorrer oportunamente. Cabe lembrar que a cidade de Videira, conforme se discutirá, foi constituída como espécie de ponto de partida para a implantação do PROFIT (OLINGER, 1970). No Oeste de Santa Catarina destaca-se a cidade de Chapecó, como importante concentração urbana, e marco significativo do empreendimento colonizador catarinense. Portanto, torna-se necessário considerar os processos que ocorreram no Planalto catarinense com reflexo sobre esta importante região do estado catarinense no contexto da pesquisa sobre a fruticultura.

Chapecó, na região Oeste de Santa Catarina, se insere no contexto das iniciativas governamentais em pesquisas agrícolas. Registra-se que a Estação Experimental de Chapecó foi instituída como Posto Agropecuário de Chapecó, em 1948, subordinado à época, ao Ministério da Agricultura (DOS SANTOS, 1997; EPAGRI, 2016). Com a criação dessa Unidade de pesquisa em Chapecó se pretendia atender a demandas relacionadas em atendimento aos interesses governamentais em pesquisas agropecuárias no Sul do Brasil.

A partir de 1968, esta unidade de pesquisa recebe a denominação de Estação Experimental, com a incumbência de praticar experimentos com soja, feijão, trigo, milho, arroz de sequeiro e cevada, conforme apontamentos de Dos Santos (1997), e posteriormente, a partir de 1983, subordinada à Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC, desde 1975, recebe a atribuição de CPPP – Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade. Sendo dessa forma que a Unidade de Chapecó permaneceu arrolada na estrutura organizacional da Epagri/SC durante o período abarcado pela presente dissertação.

Para efeitos práticos, essas Unidades da Epagri – Caçador, Videira e Chapecó, serão consideradas como Estações experimentais, pela natureza essencial de suas práticas predominantes: continuidade da atividade ensejada historicamente no campo da agricultura catarinense, desde os experimentos na partir da Colônia Blumenau.

Entre as décadas de 1950 e 1970, as ações de Estado no campo político-econômico se concentravam em promover a superação do que considerava ser a condição de atraso brasileira, em relação à sua condição de nação inserida no contexto do capitalismo mundial (GOULARTI FILHO, 2001; RAUPP, 2010). O discurso do nacional-desenvolvimentismo, bem como sua influência sobre os planos governamentais, marcou esse período (ANDRIOLI, 2020), numa constante obsessão pelo crescimento econômico, como se pode compreender pelos estudos de Lohn (1997).

Entre os anos de 1962/1964, com vista ao interesse do governo federal em deixar parte do seu protagonismo regional a cargo dos agentes locais (DOS SANTOS, 1997), o governo catarinense procurou se organizar em torno do objetivo de desempenhar papel intermediário, ora como gestor de órgãos de pesquisa e desenvolvimento – no que podia compartilhar suas ações com iniciativas do Ministério da Agricultura – ora como mediador na mobilização de recursos entre entidades privadas regionais e o governo federal. Neste contexto, destaca-se as políticas públicas direcionadas para este implícito pacto, pelo que se pretendia em avanços das práticas agrícolas catarinenses.

Cabe, no momento, destacar que programas estaduais como foi o PLAMEG – Plano de Metas do Governo (I e II) –, bem como a criação da ACARESC e a proposição e implementação com pomicultura (OLINGER, 1970), prefiguram como comprovação dessa convergência entre políticas públicas Federal/Estadual, em Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2001; EMERIQUE, 2008; RAUPP, 2010). Essa significativa integração de propósitos, suficientemente caracterizada, assume importante representatividade do que seria nos próximos

anos a pomicultura catarinense, particularmente, organizada em torno de uma agenda de caráter tecnicista gerencial-estatal.

Em continuidade a tais reflexões, se discutirá sobre como o Oeste catarinense foi ‘objeto’ de proposição sensitiva, intuitiva, na promoção de um projeto de ocupação e uso do território regional. Desta forma, serão destacados os mecanismos que articularam discursivamente o pensamento vigente com as práticas elaboradas, com vistas ao pretendido progresso regional.

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DO OESTE COMO CELEIRO CATARINENSE

A partir destas considerações iniciais se pretende analisar a construção sensitiva da implícita vantagem regional às pretensões agrícolas – agroindustriais, em razão de clima frio, qualidade do solo e excedente de áreas e o enaltecimento das qualidades das populações colonizadoras. Analisa-se como se manifestavam esses conceitos nas representações em Latour (1994; 2001), em relação aos pressupostos pensados para o Oeste catarinense, quanto ao que se considerou ser um grande produtor de alimentos para diferentes escalas espaciais de mercados.

#### 3.2.1 Construindo funcionalidades para o Oeste Catarinense

Neste mesmo contexto de análise, são apresentadas as elaborações dos estudos de autores e pesquisadores citados em momento oportuno, que representam continuada contribuição em relação às próximas discussões. Considera-se que tais construções sociais, em parte, contribuíram com o interesse manifesto pelo estado e órgãos governamentais em iniciar e perenizar investimento nas pesquisas – conforme discutido nas fases iniciais deste capítulo, considerando o papel representado pelas estações experimentais em regiões estaduais pioneiras. Estas iniciativas foram, posteriormente, continuadas em outros locais, tais como no surgimento das novas estações, em Caçador, Videira e Chapecó (DOS SANTOS, 1997).

Cabe refletir sobre as análises de Latour (1994) em torno das negações no pensamento humanista, no contexto da modernidade. Torna-se importante compreender o modo híbrido como o discurso e as práticas estão intrinsecamente ligados, pois reconhecer esta imbricação oferece a possibilidade de utilização da chave interpretativa, ou espécie de lei geral, que pode se aplicar tanto na tentativa de se compreender o comportamento social quanto as elaborações do aparente pragmatismo do fazer científico (LATOURE, 1994). Permite aplicar a noção de não isolamento dos fenômenos como que se fossem elementos dissociados nas formas elementares, por vezes pré-existentes, como na discussão que o autor elabora em torno da separação dicotômica entre sujeito e objeto como parte do método da modernidade (LATOURE, 2001).

Pode-se pensar no fator moderno-não-moderno em que, em dado momento, os objetos estão carregados de sentidos, podendo não trazer/representar fato novo, se não, noções que sempre constituíram determinadas fórmulas e *modus operandi* implícitos e dirigidos a determinados propósitos (LATOURE, 1994, 2001). No limite, sob importantes aspectos, podem constituir novas aplicações, que se materializam no campo das ações humanas em interação com o campo das ações/agências não humanas, particularmente, pela possibilidade das proposições técnicas, pelo que um prende-se ao outro.

Nota-se consistente relação entre os discursos e suas formas de operacionalização e engendramentos. Tal como se pode pensar as funcionalidades dos campos experimentais, bem como dos discursos e das práticas operacionalizadas em implementações levadas a cabo. Destacam-se diversos modos de elaborações discursivas – sejam verbais, não-verbais, visuais e/ou folclóricas –, particularmente na utilização de veículos de comunicação, publicidade e mobilizações festivas, tal como foi constituída com o propósito de conceber a maçã como fruta singular, e o vinho como bebida indispensável, nas publicidades recorrentes nas mídias a partir do empresariado da cidade de Fraiburgo (KLANOVICZ, 2019), na promoção da fruticultura de clima temperado, a partir do contexto regional em estudo. De modo que, tal como discutido no início deste Capítulo 2, se percebe importante convergência entre as reflexões de Andrioli (2020) e as elaborações de Latour (1994, 2001), considerando, novamente, que discurso e prática não são necessariamente entidades dissociadas pela dicotomia, mas antes, parte de um mesmo complexo de elaborações conceitualmente intrínsecas, sob importante interação. Desta forma, mesmo a ideia de ‘Celeiro catarinense’ pode constituir ou escamotear a percepção subjetiva de ser lugar de provisão de alimentos diversos para Santa Catarina, para o Brasil, quiçá, para parte do mundo consumidor dessa produção, tal como o destaque na matéria da Revista Catarinense, como segue:

O arroz, produto de menor expressividade no Estado, talvez por falta de financiamento, assim mesmo aumentou-se a produção na ordem de 4% ao ano. A fruticultura vem recebendo impulso do Estado, principalmente uvas de cascas finas, maçãs, nectarinas, pêssegos, ameixas e outras, com financiamentos expressivos. Em 1975, o Estado terá 6.600 hectares plantados com frutas diversas dentro da tecnologia mais avançada. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [11]).

Em relação a essa matéria jornalística, convém destacar que possui importante reprodução da ideia predominante sobre a possibilidade de ocupação de área de 6.600 hectare com pomicultura, considerando que, pelas análises de Olinger (1970), se previa área plantada

de 6.300 hectares com espécies frutíferas, estipulando o ano de 1975 como referência (OLINGER, 1970). Apontando-se dados complementares, o autor faz a seguinte consideração:

Conforme se verifica no quadro 4.1.9, em 1975 teremos plantados 6.300 hectares de árvores frutíferas que, a partir de 1982 estarão produzindo 149.550 toneladas no valor, não inflacionado de NCR\$ 149.550.000,00 ou seja, US\$ 35.600,00 (US\$=4,20, anualmente. (OLINGER, 1970, p. 100).

Logo, pode-se inferir que havia consenso de parte das expectativas regionais em relação ao Projeto elaborado por Olinger (1970); ao passo que o tema ‘fruticultura’, ao longo do período após a divulgação e início da implantação da pomicultura comercial, permitiu aflorar locuções sob viés semelhante, de modo a incentivar a fruticultura com a finalidade de dar destinação às áreas que se consideravam suscetíveis a essa prática agrícola. Tal indicação aparece na matéria veiculada na Revista Celeiro Catarinense, pressupondo ocupação massiva de toda a região passível de incremento de utilidade agrícola, supostamente, de caráter comercial, de modo que,

Na pecuária está formando seu plantel, possuindo 120 cabeças de gado de corte em boas condições. A Agrícola Tobiki, com seus 680 há de terras, está aproveitando as áreas menos acidentadas para a cultura de cereais, e as encostas da serra do Uruguai para a formação de pastagens, incrementando a criação de gado de corte e ainda está em estudo um projeto para formação de culturas permanentes: como fruticultura em áreas menos próprias à mecanização da lavoura. Toda a área será aproveitada numa ou noutra cultura e para isto conta a Agrícola Tobiki com financiamentos de vulto. (CELEIRO CATARINENSE, 1973, p. [28]).

O destaque da notícia anterior relaciona-se ao fato de que ser estimulada a ocupação de expressivas áreas agrícolas regionais; o que leva a pressupor que o ideário da época era ocupar o máximo das superfícies agrícolas disponíveis com o tipo de prática agrícola com inclinação favorável à lavoura permanente – no caso, pode-se entender, formação de pomares. O trabalho insistente com a prática da fruticultura, em que, dado o contexto histórico, se pressupôs a prática da fruticultura de clima temperado de caráter comercial, a partir da região do Vale do Rio do Peixe, tal como será discutido posteriormente, se constata já haver mobilização de empresas do ramo agrícola regional a oferecer seus serviços em disseminação da fruticultura. Isso se evidencia na matéria da Revista Celeiro Catarinense citada anteriormente, em que a Empresa Tobiki (CELEIRO CATARINENSE, 1973, p. [28]), oferece seus serviços agrícolas com a finalidade de promover a agricultura regional, com destaque para a fruticultura.

### 3.2.2 Elaboração de sentidos e apropriações na fruticultura regional: feiras e eventos

Pelo que se analisou até o presente momento, pode-se depreender a importância dos meios de mobilização e comunicação de massa de modo a produzir efervescência em favor de proposições de interesse comum entre atores hegemônicos. Nota-se que tais instrumentalizações foram conduzidas a efeito por meios midiáticos e pelo incentivo a festividades relacionadas a cultivos e colheitas (ANDRIOLI, 2020; NODARI; FRANK, 2019; NODARI et al., 2022). Fato semelhante foi apontado na emergência de superar importante crise no seio da sociedade chapecoense, em razão de conflitos sociais e aparente desarmonia entre atores políticos do Oeste catarinense, representado por oligarquias setoriais (SILVA; HASS, 2017). Frases de importante impacto tal como “O Oeste Catarinense não pode parar aqui” (SILVA; HASS, 2017), bem como o evento da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial - EFAPI, em 1967, exemplificam as formas surpreendentes como os elementos do discurso encampam eventos oportunos para avançar rumo a determinados objetivos e legitimar ações de consolidação de projetos sob importante grau de consenso, ainda que sob notáveis fragilidades (SILVA; HASS, 2022). A EFAPI não se constitui um caso único, em que ocorre a apropriação de uma feira de exposição, de modo a constitui-la como instrumento de legitimação ou de expressão de vontades e interesses emergentes.

Vania Beatriz Merlotti Herédia et al. (2018, p. 178) ao citar o caso da colônia gaúcha de Caxias do Sul, no ano de 1890, destacam que,

[...] quando a Colônia Caxias torna-se município em 1890, organiza uma “Exposição Agrícola Industrial” para expor os produtos fabricados na Colônia, a fim de mostrar seu potencial. Constata-se que, a partir da criação do município, várias medidas por parte do Estado são providenciadas, o que ajudou o fortalecimento da colônia em uma inserção mais efetiva no mercado.

Em seu estudo, Herédia et al. (2018), analisam, entre outras questões, a consolidação da região de colonização italiana no Sul do Brasil e sua relação com a industrialização na região da Serra gaúcha. Discutem como foi oportuno que, pela atividade inicialmente manufatureira/artesanal, operacionalizou-se, de forma significativa, importante complexo industrial, pela confluência de diversos fatores. Entre esses fatores pode-se apontar a apropriação da produção artesanal por grupos empresariais, bem como pelas formas recorrentes de financiamentos estatais, corroborando o importante esforço de elites locais na consolidação de um projeto regional (HERÉDIA et al., 2018). De modo que o caso de Caxias do Sul/RS, e sua influência sobre a industrialização do Rio Grande do Sul constitui um caso em que, eventos,



exposições e outras funcionalidades podem operar como aspectos favoráveis, disseminando, de forma atrativa, proposições locais ou regionais. Essa é mais uma peça do complexo de condicionantes que se manifestam sobre diferentes territórios, cuja finalidade é, em suma, uma ação de caráter acumulativo-capitalista, que alcança pequena parcela de beneficiários, fazendo emergir uma forma/ambiência temporária de euforia visando consolidar uma estratégia de comunicação de médio e longo prazos, favorável a um projeto hegemônico, por meio de feiras e grandes eventos (HERÉDIA et al., 2018; SILVA; HASS, 2017).

Nodari et al. (2022) apontam a contribuição de eventos relacionados ao cultivo e processamento da uva como formas/expressão da importância local/regional, de modo que, a partir da contribuição de outros autores, os autores apontam outros elementos implícitos em festividades e eventos assemelhados, a saber:

[...] as festas também são palcos para disputas hierárquicas e de lugares sociais, além de confronto de prestígios, privilégios e poderes. Também é comum políticos aproveitarem a sociedade local reunida nas festas populares para realizarem discursos e campanhas. Desta forma, ao representar um momento importante socialmente na vida coletiva, as festas podem agrupar ou separar indivíduos de acordo com a participação e presença, assim como auxiliar na percepção de “pertencimento” a determinados grupos. (NODARI et al., 2022, p. 31).

Nesta perspectiva, em relação ao município de Videira, NODARI et al., (2022, p. 35) destacam que

[a] história do município de Videira e a história da vitivinicultura no meio-oeste catarinense estão cruzadas. Na década de 1940 a produção da uva já se destacava ao lado do milho e do trigo. Este entrelaçamento pode ser observado de várias formas, e uma delas é a celebração da colheita da uva. Essas celebrações, comumente chamadas de vindima, remontam a uma longa tradição existente em várias partes do mundo. Os festivais acontecem no período da colheita da uva com a intenção de comemorar o sucesso de mais uma safra. A vindima é motivo de festa para produtores, colonos, apreciadores de vinho e toda a comunidade. Essas comemorações assumem diferentes formas e tamanhos, indo desde uma festa meramente familiar ou comunitária até um evento de nível estadual ou nacional.

Assim, Nodari et al. (2022) situam a ocorrência das primeiras festividades relacionadas à atividade de viticultura entre 01 e 08 de março de 1942. Após este evento no Vale do Rio do Peixe, foram promovidos outros festivais, de modo que se perenizaram como prática cultural a partir da cidade de Videira. Pavilhões foram edificadas, museus, apresentações, eleições de rainhas das festividades, com o propósito, entre outros, de divulgar valores e a tradição italiana, implicitamente, a bravura dos pioneiros da região colonial citada, como base no biotipo étnico italiano (NODARI et al., 2022), tal como aflora em outros casos citados, quanto ao

enaltecimento dos colonos do Vale do Rio do Peixe, *a priori*. No caso das comemorações em relação à maçã, tal como já discutido, também contribuíram para reafirmar a cultura regional, bem como divulgar o pujante empreendimento macieiro, que a partir da região do Vale do Rio do Peixe, alçou presença em diferentes contextos socioculturais e geográficos, particularmente, no estado de Santa Catarina. Em princípio, o conjunto desses elementos socioculturais materializados no espaço pode contribuir tanto para a construção de uma identidade socioeconômica em dado lugar ou região quanto para mobilização da sociedade acessível, disseminação de proposições político-econômicas, que procuram se projetar em e a partir de determinadas regiões, aproveitando-se disso, sobretudo, aqueles que possuem a prerrogativa de impor e construir formas consensuais favoráveis a um projeto relacionado a setores específicos da economia nacional (SILVA; HASS, 2017; HERÉDIA et al., 2018; ANDRIOLI, 2020; NODARI et al., 2022), contribuindo, em última análise, para a construção de sentidos (LATOURETTE, 1994, 2001; NODARI et al., 2022).

O Caso de Fraiburgo apresenta certas peculiaridades. Precisa-se retomar a transição que vai de “butiá verde” à “Capital Brasileira da Maçã” (Figura 9); aliás, prerrogativa que, em tese, é pleiteada tanto pela cidade de São Joaquim quanto por Veranópolis/RS – dita “Berço Nacional da Maçã” ou “Capital Nacional da Maçã” – como questão de semânticas sob viés político.

Figura 9 - Fraiburgo no início da década de 1960



Fonte: Museu Agrícola Fraiburgo.

Nota-se, pela ilustração anterior, que a localidade de Butiá Verde, em transição para chamar-se município de Fraiburgo, constituía-se numa localidade com população pouco densa em que, face às diversas atividades comerciais e industriais de pequeno porte que se avultavam pelas iniciativas dos irmãos Frey, pode ensejar sua emancipação, que ocorreu no ano seguinte (BRANDT, 2005; FREY, 2004). O processo de consolidação da cidade de Fraiburgo como importante núcleo urbano, entre as décadas de 1970 e 1980, se evidencia na ilustração que segue (Figura 10).

Figura 10 - Fraiburgo, atribuída ao período entre os anos de 1979/1980



Fonte: Facebook, FRAIBURGO – FOTOS E FATOS!<sup>15</sup>

Considera-se de significativo valor histórico citar os comentários do autor desta postagem, que afirma:

Onde hoje está o Centro de Eventos (Banhadão) já tinha o prédio da Rádio Rural, hoje Rádio Fraiburgo, que iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1978. O Hotel Renar, inaugurado em 1981, parece que está em construção. O terreno onde está a Prefeitura e o Forum ainda era um terreno baldio, possivelmente estava recebendo serviços de terraplanagem. As Quadras da Praça da Chaminé e a localizada entre o

---

<sup>15</sup> BATAGELO, Rui Vidal. **Esta foto deve ser do ano de 1979/1980**. Fraiburgo/SC, 9 ago., 2015. Facebook: Fraiburgo - Fotos e Fatos! Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/1642951382592433/search/?q=1980>. Acesso em: 09 set. 2022.

Terminal de ônibus urbanos e o Clube Fraiburguense ainda estavam ocupadas pelas serrarias da Família Frey. (BATAGELO, 2015).

Entretanto, tais discussões prefiguram, *a priori*, em relação a Fraiburgo, um tipo de versão contemporânea de pertencimento sob o manto de aparente sentimento paternalista, nos anos finais do século XX (FREY, 2004). Essa transição propositiva permite compreender o modo pelo qual as expressões “Aqui dos Frai” ou “Lá nos Frai”, bem como poderia ser “FREY”, faz sentido no contexto das proposições socioculturais que possuem a capacidade de incutir nas ações subliminares dos indivíduos e coletividades um sentimento de apropriação do lugar que, de outra forma, dificilmente seria alcançado com expressivo êxito (KLANOVICZ, 2012a). Constitui-se, em princípio, de paternalismo assumido coletivamente a compor nova redação para a história de Fraiburgo; logo, o elemento cultural contemporâneo constrói sentidos e identidade a determinado lugar. Vale destacar que os eventos culturais se constituíram como elemento perene de mobilização popular, que teve início no ano de 1978, dez anos após a primeira colheita de maçã registrada na cidade de Fraiburgo (Figura 11). Entretanto, para Frey (2004a), a primeira colheita comercial de maçã em Fraiburgo, viria a ocorrer em 1975.

Figura 11 - Primeira colheita de maçãs no ano de 1966



Fonte: Museu da Agrícola Fraiburgo

Para ilustrar parte dessa associação entre a cidade de Fraiburgo e eventos de grande público, buscou-se imagem que caracteriza de forma significativa a Feira da maçã de Fraiburgo, ocorrida entre os anos de 1991/1992 (Figura 12).

À parte do recorte temporal sob prioridade, vale destacar que a celebração citada em data de 1991/1992, com a presença das candidatas a rainha do evento, permite pensar que, ao longo do período, desde 1978, podem ter sido incorporados novos eventos de impacto regional na promoção do cultivo da maçã e demais associações simbólicas.

Figura 12 - Candidatas a Rainha da Maçã 1991-1992, Fraiburgo/SC



Fonte: Facebook, FRAIBURGO – FOTOS E FATOS!<sup>16</sup>

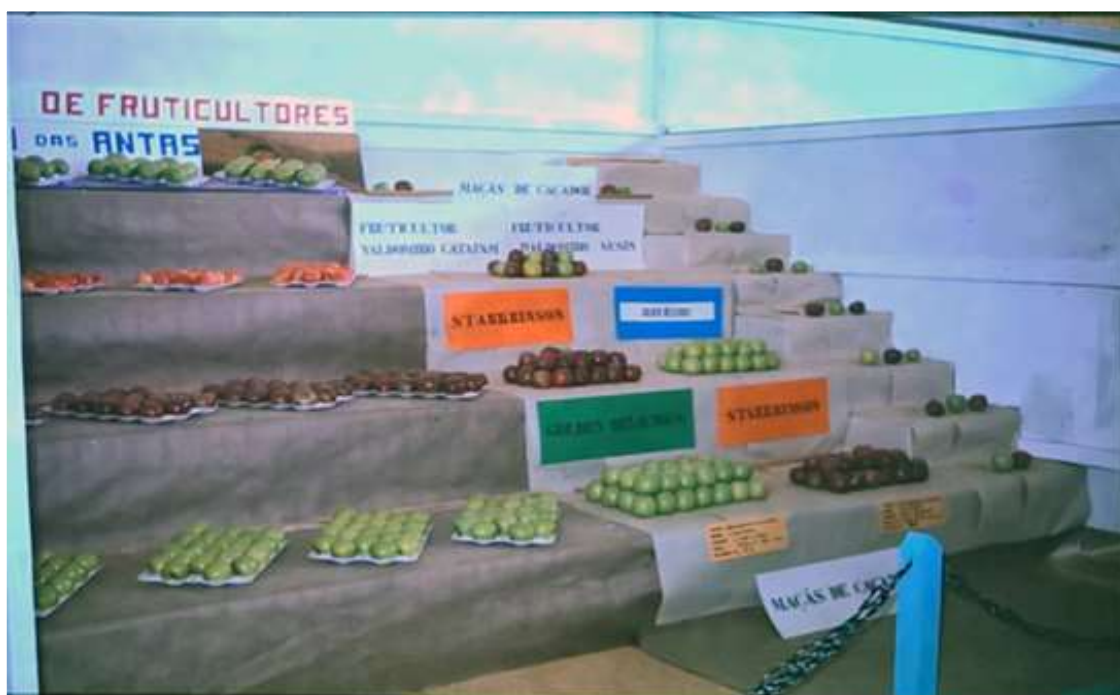
Tal registro representa elemento de particular importância, visto que o discurso em favor da proeminência de Fraiburgo no cultivo/produção de maçãs, pretende-se que seja assimilado em caráter regional. De fato, a Feira se intitula “1ª Festa Regional da maçã”. Pela ilustração anterior supõe-se que as candidatas à rainha desses eventos também eram representantes de

---

<sup>16</sup> LAZZARI, Viviane Da Rosa. **Candidatas a Rainha da Maçã 1991/1992**. Fraiburgo/SC, 2 abr., 2015. Facebook: FRAIBURGO - FOTOS E FATOS! Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=831288983612450&set=gm.1656816814539223&id=1642951382592433>. Acesso em: 11 set. 2022.

segmentos empresariais produtivos do setor macieiro de Fraiburgo e seu entorno, o que atribui significado singular, associando senso estético e a importância da feira para o público participante, do festival da maçã. De modo que Fraiburgo promove a 1ª Festa da maçã, desde 1978, como “1ª Festa Regional da Maçã”. Entretanto, no ano de 1986, foi comemorado o evento sob o tema/título “[...]Festa Estadual da Maçã” (KLANOVICZ, 2012a, p.132), o que pode representar o ensejo por uma nova expressividade, como tentativa de assumir protagonismo definitivo na representatividade do setor macieiro estadual. Encaminhando-se para a década seguinte, promove evento de verão intitulado ‘OLIFRAY’<sup>17</sup> – desde a década de 1990, ocorre seleção de rainhas a partir de uma série de torneios envolvendo cidades adjacentes, que possuem o potencial de promover a cidade como um importante centro regional. Um dos exemplos é caracterizado pela festa da maçã (Figura 13).

Figura 13 - Expositor, na 1ª Festa Regional da Maçã de Fraiburgo, mar. 1978



Fonte: Facebook, FRAIBURGO – FOTOS E FATOS!<sup>18</sup>

<sup>17</sup> OLIFRAY – Olimpíada de Verão de Fraiburgo

<sup>18</sup> JULIO, Modena. **Fotografia 22 de 38. 18 de Março de 1978.** Fraiburgo/SC, 8 dez., 2017. Facebook: FRAIBURGO - FOTOS E FATOS. Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/1642951382592433/posts/2106959156191651>. Acesso em: 09 set. 2022.

A ilustração anterior, de um pequeno expositor, constitui importante contribuição para se perceber que a exposição de Fraiburgo, desde seu início, procura atrair a participação dos produtores regionais de maçã, como aparecesse vê em uma das etiquetas que indica produtos de Rio das Antas/SC. Isso confirma, em parte, o ideal de ser uma feira de amplitude regional a reunir e divulgar os produtores de maçã. Cabe destacar, portanto, que um conjunto de fatores diferencia o peso das atividades culturais festivas e eventos que ocorrem em Videira em relação aos expedientes semelhantes em relação à Fraiburgo. A nomeação antiga tem sua força sociocultural e de pertencimento natural, e pode ter inspirado a continuação de seu valor a partir do cultivo da macieira, pela família Frey, incorporando o slogan de cidade de referência na produção da maçã brasileira, neste “novo” contexto. Tais elementos permitem pensar na possibilidade de auxiliarem, em parte, na forma diferenciada com que a cidade de Fraiburgo constrói sua cidadania.

A localidade conhecida anteriormente como Butiá Verde, pertencente, à época, à jurisdição de Curitibanos, discutida no contexto de viés coronelista, do Campo da dúvida (BRANDT, 2007), se chamaria, como se supõe, fazendas/localidades – Liberata e Butiá Verde, com indefinição de limites entre elas, em que pese haver discordâncias sobre o motivo da nomeação alternativa de “Campo da dúvida” à região que, por fim, como Butiá Verde, ao incorporar outras localidades no entorno, pleiteou e configurou-se como a atual cidade de Fraiburgo (BRANDT, 2007), constituída como município no ano de 1961 (BRANDT, 2004a).

## CAPÍTULO III

### 4 AS PRÁTICAS DA FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE

Em busca de compreender a gênese da fruticultura moderna de clima temperado de caráter econômico-comercial catarinense, procurou-se analisar documentos governamentais que representassem importantes registros dessa trajetória, constituídos como fontes históricas, bem como de orientação de procedimentos para a época em que foram elaborados. Foi nesse percurso que se encontrou relatos que apontam estudos técnicos nos quais estão contidas análises sobre possibilidades e impossibilidades a respeito da prática da fruticultura de clima temperado catarinense, além de recomendações gerais sobre zoneamentos climáticos e métodos de manejo de cultivos, tais como ameixeiras, videiras e macieiras, entre outros cultivos.

Percebe-se, portanto, nas proposições por uma fruticultura comercial de grandes áreas em Santa Catarina sob o estímulo estatal, que ela se caracterizou, sob importantes aspectos, por direcionamentos técnicos específicos relacionados à agricultura catarinense, como generalidade. Deste modo, por diversas razões, implementou-se incentivos à pomicultura para o estado catarinense, como prática agrícola promissora. A análise de parte desse processo se aplica ao que se pretende discutir sobre a prática da fruticultura de clima temperado, em particular, sob viés comercial, tal como se formou e se perenizou no Vale do Rio do Peixe.

#### 4.1 PRESSUPOSTOS PARA UMA FRUTICULTURA COMERCIAL NO VALE DO RIO DO PEIXE

As raízes da fruticultura comercial intensiva praticada no Vale do Rio do Peixe se inscrevem nas iniciativas por dinamizar a economia brasileira, num horizonte mais amplo, com reflexos sobre as atividades político-econômicas catarinenses, entre as décadas de 1960/1970 (GONÇALVES NETO, 1997; GARCIA JÚNIOR 2002; BRANDT, 2005; RAUPP, 2010). O estado de Santa Catarina, em casos específicos, constituiu peculiaridades, como discutido na em capítulos anteriores. Sob este ponto de partida, a busca por dinamismo econômico, articulada com oportunidade representada pela fruticultura, contribuiu, ainda que indiretamente, por mútuo convencimento entre estado, colonizadores e empresários – pela constatação prévia de ser possível praticar fruticultura de clima temperado em determinadas regiões do estado. Consiste em importante observação, como se pretende destacar mais adiante, durante a presente digressão, o fato de que a fruticultura de clima temperado já era praticada em parte, como hábito



cultural, pelos primeiros ocupantes europeus em diversas partes do território do estado de Santa Catarina, anterior às proposições de caráter intensivo-comercial, pela implementação da monocultura com frutíferas (BRANDT, 2005; MORETTO, 2016; NODARI; FRANK, 2019).

Parte das características que se supõe originárias desses cultivos, bem como suas rigorosas exigências em relação a determinado grau de estabilidades ou previsibilidades climáticas localizadas, contribuíram para compor desafios adicionais aos processos pretendidos. Condições de solo e relevo e outras implicações foram entendidos como desafios técnicos/tecnológicos (BRANDT, 2005, 2012; KLANOVICZ, 2018, 2019) – em razão da confluência de interesse em classificar zonas privilegiadas como propícias ou favoráveis a “cultivos de clima temperado”. Tais iniciativas podem ter contribuído para o que se observou nas pesquisas, sobre o importante descompasso entre as condições predominantes no meio natural e as implementações pretendidas, no caso a fruticultura, dados a fatores físico-geográficos citados. O tema da fruticultura de clima temperado sob viés comercial pode ter se constituído como desapontamento inicial, em razão do que se destaca por Schmidt (1990), em suas considerações sobre cultivo de macieiras em Santa Catarina, a exemplo, partindo-se de que,

[e]m 1965, dentro do objetivo do então Governo Militar, que desejava diminuir a dependência externa do País, o Ministro do Planejamento, Dr. Roberto Campos, solicitou aos Estados Unidos e a França, apoio técnico para a implantação da pomicultura no Brasil. O Governo Americano enviou em 1965 uma missão técnica formada por especialistas do Departamento de Agricultura, que visitaram as Regiões de Valinhos (SP), São Joaquim (SC), Vacaria, Veranópolis e Pelotas (RS), concluindo que, segundo eles, o Brasil não tinha condições climáticas para a cultura da macieira em bases comerciais. (SCHMIDT, 1990, p. 86).

Essa emergência em favor da prática da pomicultura impôs a necessidade de pensar a prática da fruticultura de clima temperado em território catarinense sob condicionantes adicionais àquelas praticadas em países do Hemisfério Norte (PEREIRA et al., 2010; LOSSO, 2010). O fato é que, tanto no cultivo de macieiras, quanto de videiras-viticulturas, necessitou-se de estudos concentrados, diversas pesquisas e experimentos (USHIROSAWA, 1978; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; SANTA CATARINA, 1978; 1981b; 1985; KLANOVICZ, 2018, 2019), drenando um esforço técnico-científico pouco comum na história recente da agricultura brasileira (BRANDT, 2010c; MORETTO, 2014, 2018; KLANOVICZ, 2018). Foi negada à natureza sua própria e espontânea regeneração para uma relação negociada ou “amigável” entre humanos e não humanos, ainda que mediada pela técnica. Cabe compreender estes aspectos no contexto das contribuições de diversos autores

que analisaram essas questões de semântica, ou conceitual, e das práxis (LATOURE, 1994; GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2018, 2019). Isto, de fato caracterizou importante precedente, um divisor de águas, nos processos no campo da agricultura nacional moderna.

Nos termos de Gregg (2010), as relações de troca entre os humanos e o meio natural se manifestam mais notadamente quando analisadas sob o viés das práticas agrícolas. As análises da autora permitem considerações que apontam o campo agrícola como *locus* importante do embate entre as proposições humanas e o meio natural, em que essas duas agências podem atuar sob relevante divergência (GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019). Logo, constituem-se em ações de troca negociadas, mediadas pela tecnologia. Partindo-se da compreensão de que os humanos possuem importante protagonismo, em razão do seu *modus operandi*, o aprimoramento técnico e o desenvolvimento tecnológico podem representar oportunidade de ações sustentáveis, visto sob a óptica da história agroambiental americana, tal como analisada por Gregg (2010), que destaca, a partir de estudos articulados com outros autores e pesquisadores, a possibilidade de que os colonos euramericanos tenham praticado o uso sustentável dos meios da natureza, em aspectos particulares de suas práticas, no caso da história agrícola dos EUA, durante o período colonial.

Em que pese as particularidades de caso, para a presente discussão, engloba-se a questão da perene negociação entre práticas agrícolas e o comportamento do meio natural. Compreende-se que as possibilidades de progresso no campo agrícola e a natureza não necessitam ser mutuamente excludentes (GREGG, 2010; MAZOYER; ROUDART, 2010). Embora se constate tais possibilidades, há experiências e registros pelos quais se pode afirmar que a técnica não possui poder consolidado para “harmonizar” o comportamento natural, em que se reconheçam os desafios e tentativas em diversos estudos de caso (GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019). Houve episódios de abandono de práticas locais forçada pela reação de agentes patógenos persistentes, bem como posterior disseminação destes agentes biológicos, infestando outras regiões com práticas de cultivos semelhantes, em situações da história pretérita, repetindo-se na história mais recente (PONTING, 1997; GREGG, 2010). Gregg (2010) aponta, em seu estudo, a ocorrência de substituição de cultivos em razão de crises fitossanitárias que, direta ou indiretamente, impuseram e oportunizaram a transferência de cultivos de espécies de cafezais praticados na Ásia para outras partes do mundo, no seu estudo de caso sobre o Ceilão e a cafeicultura. De modo que este fator também contribuiu com processos de substituição de cultivos em determinadas regiões na emergência provocada pelo esgotamento dos recursos do meio natural, no contexto de práticas com monoculturas extensivas. Semelhantemente, os

pressupostos iniciais favoráveis à prática da fruticultura catarinense não permitiram controle absoluto sobre o processo ou resultados imediatos desejados.

Antecipando-se às discussões sobre a questão das condicionantes climáticas que, *a priori*, possuem relação direta ou indireta com a proposição de fruticultura que se discute nesta abordagem, cabe destacar, sem aprofundamento, as contribuições de Edmon Nimer (1990). Ainda que a região do Sul do Brasil tenha sido considerada como pertencente a zona subtropical, Nimer (1990) destaca condições diferentes para essa conceituação, quando afirma que,

[d]aí decorre que se pode distinguir na zona temperada uma área com Inverno pouco intenso e uma área com Inverno acentuado. A primeira área é subtropical e corresponde, do ponto de vista climático, mais ou menos às latitudes de 30° a 40°, enquanto que a segunda se estende até cerca do paralelo de 55°. (NIMER, 1990, p. 168).

Quanto ao fator mesotérmico, superúmido, sujeito a chuvas o ano todo – sob importante influência dos fatores e elementos climáticos, dada sua posição geográfica e condições de relevos<sup>19</sup>, – constata-se relevante regularidade em certas características de ocorrência de fenômenos climáticos associados à sua localização. De modo geral, entre as principais constatações apontadas por Nimer em relação a região Sul do Brasil, com repercussão sobre as características da região em estudo, ocorre que:

[d]as regiões geográficas do Globo, bem regadas por chuvas, o Sul do Brasil é a que apresenta distribuição espacial deste fenômeno de forma mais uniforme. Com efeito, ao longo de quase todo seu território a altura média da precipitação anual varia de 1250 a 2 000 mm. Portanto, não há no Sul do Brasil nenhum lugar caracterizado por carência de chuva. (NIMER, 1990, p. 157).

De fato, concluiu o autor nas seguintes afirmações,

[v]iu-se que em quase todo o território regional do Sul do Brasil o ritmo estacional da precipitação caracteriza-se pela distribuição relativamente equitativa. Entretanto, esta distribuição é equitativa apenas em termos de normais. Ao observar a maneira pela qual a pluviosidade se apresenta ao longo de cada ano, verifica-se que ela não é tão equitativa. De fato, em certos anos existe importante concentração estacional, porém é praticamente impossível prever a época ou trimestre do ano em que as máximas ou mínimas concentrações irão se verificar. Esta distribuição normalmente equitativa, porém sujeita a concentrações estacionais extremamente irregulares em determinados anos, é típica das regiões de clima temperado.  
[...]

---

<sup>19</sup> Conforme Nimer, Edmon. Clima. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geografia do Brasil: região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2, p. 151-187.

O Sul do Brasil é uma vasta região das mais uniformes e de maior grau de unidade climática. Sua uniformidade é expressa pelo predomínio de clima mesotérmico superúmido sem estação seca, e sua unidade, pelo ritmo climático característico de regiões temperadas. (NIMER et al., 1990, p. 186).

Portanto, nota-se, pelas contribuições de Nimer (1990), certas peculiaridades da região em discussão, em relação a outros contextos geográficos que o autor analisou, porém, esta discussão permanece no limite de interesse que se desperta por melhor compreender aspectos climáticos peculiares, afetos ao objeto de estudo dessa pesquisa referente ao recorte temporal entre as décadas de 1970 e 1980. Logo, há importante convergência com o período em que o autor supracitado publica seu estudo, que traz importante contribuição para a presente análise, por priorizar a região do Vale do Rio do Peixe, entendida, em princípio, como região de clima temperado, conforme discutido inicialmente.

No caso catarinense em discussão, a combinação entre altitude e latitude, pelas proposições com fruticultura de origem de zonas temperadas, necessitou de adaptações operacionais específicas. Isto se torna notório particularmente em comparação aos contextos geoclimáticos nos quais tais cultivos são praticados preferencialmente nos países do Hemisfério Norte, produzindo, no caso catarinense, emergências de ordem prática no trato com a pomicultura. Como exemplo, cita-se que parte dos locais enquadrados nos zoneamentos climáticos recomendados eram naturalmente sujeitos à condição de incidência de ventos relevantes, características de solo ou relevo que dificultava a mecanização (PEREIRA et al., 2010).

Em suma, a constatação sob possível contextualização reducionista que considerou, *a priori*, o fator “zona climática” como elemento de referência inicial, considerando-se a latitude geográfica nesta questão, pode ter contribuído para o custo total do empreendimento “fruticultura de clima temperado” no caso catarinense. Estes podem ser apontamentos significativos sobre os desafios adicionais impostos à natureza desses cultivos, como videiras e macieiras, próprios de clima temperado (PEREIRA et al., 2010; LOSSO, 2010). Em certa medida, ocorreu o que se pode compreender que, pelo “poder da palavra” e da técnica, manifestos e articulados no discurso da modernização (LOHN, 1997), viabilizou-se projetos humanos arrojados e audaciosos (PEREIRA et al., 2010; PECQUEUR, 2009; GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019). Pelo encontro entre a inovação conceitual e técnica, o meio natural sob condições peculiares, pôde ser suplantado, como que em aparente resignação humana que deu certo, sob aparente sucesso. De outro modo, tem-se que o discurso discordante em relação ao

comportamento do meio natural, mas surpreendente para elaboração de consenso, operacionalizou-se (LOHN, 1997; PECQUEUR, 2009; KLANOVICZ, 2019).

O logro se manifestou viável por repetidos experimentos e processos adaptativos impostos aos cultivos ao longo de minuciosa e morosa seleção de espécies e resultados favoráveis, tal como discutido anteriormente (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; SANTA CATARINA, 1978; 1981b; 1985; USHIROSAWA, 1978). Não é objetivo precípua desta pesquisa elencar todos os desafios enfrentados pelos precursores da pomicultura de clima temperado catarinense. Entretanto, nota-se que, no conjunto, percalços apontados nesta reflexão constituíram-se desafios perenes durante o período em que a ideia da fruticultura moderna de clima temperado foi amadurecendo no estado de Santa Catarina, em particular, a partir de meados da década de 1960 (WERNER, 1975; SANTA CATARINA, 1978; 1981b; KLANOVICZ, 2019).

A partir de algumas considerações, pode-se ponderar sobre o encontro de identidade entre o Planalto e o Oeste catarinense, na prática da fruticultura, preconizada como de clima temperado, incluindo a conceituação climática ampliada para fins específicos, em parte tornada válida para toda uma vasta região geográfica, a saber, o Oeste catarinense e Planalto catarinense, prefigurando como parte de um mesmo território geoeconômico. Sob estas constatações emergem alguns dos elementos que, no limite dessa discussão, podem ser considerados essenciais para a proposição de uma análise que procure explicar o fenômeno dessa identificação socioeconômica, entre estas duas regiões supracitadas, sob viés da fruticultura, em específico. Em particular, destacam-se: a questão cultural, associada à questão climática – com suas implicações anteriormente discutidas; a questão do oportunismo empresarial; bem como o suporte do aparato de Estado em planos e proposições políticas, tanto em nível estadual quanto federal.

Em princípio, constata-se nessa reflexão, como se articularam na prática de cultivos de clima temperado no Oeste catarinense (com repercussão sobre o Planalto) os seguintes fatores associados: o afluxo da imigração europeia tardia, no contexto da colonização, principalmente de italianos e alemães para essas regiões mais frias, trazendo consigo costumes e habilidades tradicionais como parte do arcabouço sociocultural desses povos imigrantes. Esses elementos, oportunamente, permitiram ou encorajaram as primeiras iniciativas com fruticultura, incluindo a maçã, tal como aparece em diversos relatos<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> FREY, Willy. 83 anos. Depoimento, 19 de outubro de 2009. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do entrevistador.

Pesquisas realizadas por Nodari e Frank (2019) permitem considerar o fator cultural como importante elemento na difusão dos cultivos tradicionais em questão, nos quais se enquadra a prática da viticultura. Baseado neste aspecto, mesmo não sendo destacado como único elemento relacionado ao estímulo da prática e/ou disseminação dos cultivos em questão, dentre outras prerrogativas, as constatações dos autores supracitados corroboram para considerar a importância do elemento cultural trazido na bagagem dos pioneiros ocupantes colonizadores na região do Vale do Rio do Peixe, também compreendido como região integrante do Oeste catarinense (IBGE, 1990; LOSSO, 2010; NODARI; FRANK, 2019). Nota-se que havia um entendimento primário sobre o que se considerava importante na colonização da região de Videira, em termo de tipo étnico, como afirma Frey (2009) “[...] ia buscar gente na Europa. Veio muito alemão aqui, italiano também”. Esse entendimento que se presume empírico/subjetivo, caracterizando possível preferência implícita sobre o tipo trabalhador competente para lidar na lavoura, destaca-se no relato de um empresário da região quando afirma: “[...] nós tínhamos rendimento de mão-de-obra bem maior que dos Estados Unidos, naquela época, [...] tudo era italiano, alemão [...] esse povo que está aqui era um povo para trabalhar extraordinário”<sup>21</sup> (texto não publicado). Vale lembrar que tais comentários possuem respaldo material, capaz de ser quantificado em forma de privilégios financeiros, ao se dispor de mercado ávido pelo consumo de frutas, de maçã – no caso; mão de obra qualificada por baixo preço por hora trabalhada, como foram comparadas entre a realidade francesa e brasileira, caracterizando significativa vantagem pelo custo/benefício. De modo que, em termos apropriados, destaca-se que,

[...] aqui tinha um mercado fabuloso, o Brasil importava não sei quanta quantidade de maçã da Argentina e não tinha produção nenhuma e brasileiro gostava de comer maçã [...] poucos podiam comer uma maçã. Na França precisavam de 10 kg de maçã para pagar uma hora de empregado né, e aqui precisava de 1kg de maçã para pagar 10h de trabalho [...] essa diferença é tão grande que era o melhor incentivo para pagar maçã, porque o preço da maçã lá, você podia naquela época plantar maçã conforme o custo ganhar facilmente 50% de lucro naquela época (texto não publicado).<sup>22</sup>

Abre-se uma oportunidade para um comentário do autor desta dissertação: nos anos de 1970, tínhamos a maçã como uma espécie de dieta para doente. Naquela época não era comum haver supermercados nos moldes atuais, e mercadorias de consumo diário eram compradas nos

---

<sup>21</sup> EVRARD, Henri. 74 anos. Depoimento, novembro 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do entrevistador.

<sup>22</sup> EVRARD, Henri. Entrevista. *Op. Cit.*

ditos armazéns. Quando era enviado ao armazém, ficava atraído por umas caixas de maçãs que traziam no rótulo de origem com a escrita “manzanas veroneses”, algo assim. Eu comi maçã poucas vezes, mas, na ocasião que fiquei hospitalizado por causa diversa, durante uma semana, minha mãe trazia consigo uma maçã durante a visita. Então, não era incomum “torcer” para ficar doente a fim de ganhar uma maçã, naquele período. Nota-se que, entre os anos de 1960 até os anos de 1970, o consumo de maçã no Brasil caracterizava-se por baixa procura e preços inacessíveis para a maioria da população. Sobre o consumo de maçã no Brasil, no período apontado, pode-se observar a tabela seguinte (Tabela 4):

Tabela 4 - Consumo de maçãs per capita no Brasil (1960 – 1970)

Anos	Índice de consumo <i>per capita</i> (kg/hab.)
1960	0,65
1965	0,75
1970	1,45

Fonte: A cultura da maçã, ACARESC, apud SEZERINO, Maria Lurdes (1982. p. 88).

Deste modo, pode-se pensar que a maçã era consumida a índices bem inferiores aos constatados nos países tradicionalmente cultivadores de macieiras. Entretanto, sob a óptica empresarial, poderia se constituir em fator de estímulo, visto que se importava do exterior o que se consumia no país.

Seguindo o caminho da presente discussão sobre o contexto cultural da fruticultura catarinense, sobretudo, no Vale do Rio do Peixe, constata-se uma complexa lógica na mentalidade do empresariado local, fazendo-se os necessários encaminhamentos para a opção pelo biotipo de origem europeia. O aspecto cultural ou sociocultural – como entendido, pela característica da colonização teuto e ítalo-brasileira – está imbricado com o que foi dito anteriormente, na discussão sobre os primórdios da fruticultura, em que se acrescentou como importante fator de identidade entre essa colonização e a pretendida prática de fruticultura de clima temperado como atividade econômica macrorregional.

Outro fator que pode ter contribuído para essa associação de identidade em discussão, ocorre no oportunismo empresarial (BRANDT, 2005, 2012, MORETTO, 2016). A lógica simplificada do empresariado, neste aspecto, se traduz na seguinte afirmação de um dos empresários envolvidos pioneiros da fruticultura de clima temperado sob viés comercial concluiu: “[...] agora vou plantar incentivo fiscal com macieira, porque maçã também é uma

árvore”<sup>23</sup> (texto não publicado), em favor do reflorestamento com fruticultura, no contexto de novos marcos legais sobre manejo florestal, a partir do ano de 1965<sup>24</sup> (EMERIQUE, 2008; MORETTO, 2016).

Contudo, convém destacar a obra do historiador ambiental Dean Warren (1996), em que, pesquisando sobre a história da Mata Atlântica, um dos biomas característicos do Brasil, percebeu que, a partir de diversos estágios de intervenção humana, essa formação natural foi sendo degradada. Percebe-se que, no incremento de técnicas mais eficazes, o processo se acelera, sobretudo, partindo-se do avanço das frentes de ocupação humana, desde meados do século XX. Destaca-se em sua obra o interesse por conscientizar a sociedade tanto para a importância da preservação como da possibilidade de reverter parte desse processo que considera devastação sob larga escala (DEAN, 1996). De modo que se pode perceber assertivas nas considerações de Dean, pelo fato de implícita euforia que a floresta regional despertou, no recorte de estudo, até chegar-se à exaustão desses recursos. Sendo parte do bioma ‘Mata Atlântica’, os posicionamentos discursivos e propagandísticos, à época que antecede imediatamente o recorte temporal dessa análise, e mesmo entre as décadas de 1960 e 1970, foram repercutidos, como na estampa publicitária na Revista Celeiro Catarinense, como mostra a ilustração que segue (Figura 14).

Figura 14 - Propaganda: implantação de fruticultura com incentivos fiscais



Fonte: Celeiro Catarinense, Chapecó: n. 9, p. [2], out.1972.

<sup>23</sup> FREY, Willy. Entrevista. *Op. Cit.*

<sup>24</sup> Cf.: Código Florestal de 1965. Lei Nº 4.771. (BRASIL, 1965).



De modo que, tal como discutido por Moretto (2016), a lei conhecida como Lei de Incentivos Fiscais para replantio, Lei 5.106/66 (BRASIL, 1966), com retificações que se considerou pertinentes, acabou por ser utilizada como instrumento de incentivo ao desmatamento e plantio de espécies não nativas ou de espécies de valor comercial, estimulando, em parte, a iminente implantação da lavoura permanente com pomicultura, *a priori*, em razão da renúncia fiscal no âmbito federal.

Constatam-se condições de favorecimento proveitosas em formas de subvenções/renúncias fiscais, no contexto do esgotamento do ciclo da madeira, tal como aflora na entrevista do empresário ligado à produção de maçã, em Fraiburgo (FREY, 2009). Possibilidade que foi utilizada oportunamente por empresas do ramo agrícola regional, ao se propor a utilização dos incentivos fiscais para a implantação da fruticultura, como no caso da publicidade exposta pela ilustração anterior. Pode-se entender que a articulação das iniciativas público-privadas estabelecendo importante relação entre a Agricultura e a Agroindústria (EMERIQUE, 2008), pela possibilidade da produção e do beneficiamento de frutas em processos industriais (BRANDT, 2004a, 2005; LOSSO, 2010) logrou importante êxito inicial. Esse fator alvorou tempos auspiciosos como contraponto à improdutividade e ao atraso (LOHN, 1997).

Observa-se, portanto, que se proporcionou a oportunidade de compartilhamento de diversos instrumentos de financiamento, que, em sua origem, estavam direcionados para outros setores econômicos considerados produtivos, nos quais jazia preponderância regional protagonizada pelo Oeste catarinense como a atividade de suinocultura e plantio de milho para sustento dos animais de criação (LOSSO, 2010; ANDRIOLI, 2020; BRANDT, 2012; BRANDT; MORETTO, 2019; KLANOVICZ, 2019), caracterizando a formação de importante complexo agroindustrial.

Entretanto, a discussão sobre o papel das políticas e planos em favorecimento ao setor de fruticultura será objeto de análise no tópico subsequente, dada sua necessidade de detalhamento. As análises empreendidas até aqui, norteadas pelo subtítulo dessa seção, permitem indicar alguns dos fatores que afloram como essenciais para o interesse deste estudo. De fato, há um complexo entrelaçamento de fatores, tais como a necessidade de dinamização da economia, acirrada a partir dos primeiros anos da década de 1960; o oportunismo empresarial; a constatação prévia sobre o zoneamento climático favorável, articulados ao importante aparato de investimentos técnico-científico e de pesquisa agrícolas (DOS SANTOS, 1997;

GONÇALVES NETO, 1997; ICHIKAWA, 2001; PECQUEUR, 2009; EMERIQUE, 2008; GREGG, 2010), em que, tais fatores articulados entre si, constituem parte importante desse processo.

Outro elemento, a proximidade geográfica ou “geoclimática”, também necessita ser considerado na análise desse encontro de identidade, forjado no contexto das seletividades impostas sobre determinadas regiões e regionalidades, ou condições socioespaciais específicas, em benefício da acumulação capitalista (GOULATI FILHO, 2001, 2012; GARCIA JUNIOR, 2002; PECQUEUR, 2009; RAUPP, 2010). Assim sendo, pode-se considerar que importantes aspectos que oportunizaram a ideia da prática da fruticultura de clima temperado no Oeste catarinense, bem como no Planalto catarinense, também ensejaram um encontro de identidade, proporcionando aproximação dessas regiões, sob oportuno contexto político-econômico específico (GONÇALVES NETO, 1997; EMERIQUE, 2008; RAUPP, 2010; GOULATI FILHO, 2012).

Na sequência, analisam-se as oportunizações/favorecimentos implementados pelo Estado – por meio de instrumentos de legislação, programas e projetos governamentais, articulados com iniciativas privadas, constituindo-se como outro fator importante favorável a fruticultura catarinense de clima temperado de caráter comercial (BRANDT, 2005; ICHIKAWA, 2001; LOSSO, 2010; KLANOVICZ, 2019).

#### 4.2 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E POSSIBILIDADES PARA a FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE

Cabe destacar o papel das políticas de Estado que favoreceram oportunamente o desenvolvimento da pretendida fruticultura de clima temperado em Santa Catarina, pela pertinência à presente análise para apreensão do processo, em suas causas gerais. Deste modo, se pretende analisar a opção governamental por incluir na prática da monocultura regional o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, dos pomares, dos parreirais, caracterizados pelo cultivo em larga escala de lavouras, ditas, permanentes, no que tange à pomicultura.

Há diversos autores que podem auxiliar no desenvolvimento de tais análises. Pretende-se salientar aspectos gerais do impacto dessas políticas públicas específicas sobre setores econômicos, priorizando observar a formação de uma matriz econômica privilegiada em dado período histórico, no caso da fruticultura. Pretende-se eleger reflexões sobre dois dos principais instrumentos estatais que refletiram direta ou indiretamente sobre a fruticultura de clima

temperado em Santa Catarina, com destaque para os seguintes projetos e programas: Projeto de Fruticultura de Clima Temperado Para o estado de Santa Catarina – PROFIT<sup>25</sup>; o Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD (1971), bem com ações correspondentes à esfera federal, em planejamentos, projetos e planos de ação.

Torna-se oportuno atentar para as evidências teóricas de caráter conceitual que, em suas particularidades, contribuíram para mobilizar as agendas de Estado favoráveis à fruticultura, a seu tempo. Trata-se de conceitos que ensejaram compreensões favoráveis a inovações (LOHN, 1997; PECQUEUR, 2009), como ancoragens para os processos de planejamento governamental, na dinamização de setores econômicos privilegiados pelas políticas e regulamentos pelos agentes públicos (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

No campo teórico das discussões, elencam-se alguns dos elementos da lógica predominante no contexto das proposições políticas, que caracterizaram o Estado como importante agente de proposições e transformações, na medida e alcance do seu interesse em momento histórico próprio (GONÇALVES NETO, 1997; EMERIQUE, 2008; BRANDT, 2012; MORETTO, 2014, 2018; GOULARTI FILHO, 2012). A razão para essa análise se funda em importante semelhança entre as proposições estatais e as formas como foram operacionalizadas de forma solidária, precedentes ou convergentes às iniciativas privadas. Na prática, tais proposições, originaram-se sob um viés econômico-empresarial (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

Ressalta-se o paradigma da produtividade, articulado com a ideia de dinamismo e inovação dos setores considerados promissores, inicialmente relacionados à economia brasileira, mas que obtiveram impacto sobre as práticas agrícolas que se pretende analisar no estudo de caso, no estado de Santa Catarina (GONÇALVES NETO, 1997; LOHN, 1997; GARCIA JUNIOR, 2002; PECQUEUR, 2009; GOULARTI FILHO, 2012).

Desta forma, diversos autores (NETTO; MELO; MAIA, 2010) discutem como engendramentos, motivações e formulações teóricas originaram planos governamentais e planejamentos estratégicos, com vistas ao cumprimento de parte do papel do Estado, como ente de regulação e produção de equilíbrio entre os diversos atores da sociedade, com vistas a consolidação de objetivos entendidos como de interesse comum, entre os agentes que convergiram com tais esforços. Pode-se entender que durante três décadas, notoriamente entre 1960 e 1980, houve iniciativas específicas entre continuidades e rupturas, que mesmo durante

---

<sup>25</sup> Lei nº 4.263, de 31 de dezembro de 1968. *Op. Cit.*

a alternância entre períodos de governos, particularmente federais, procuraram sustentar a metodologia que modernizaria o Estado brasileiro (GONÇALVES NETO, 1997; GOULARTI FILHO, 2005, 2012; LOHN, 1997; RAUPP, 2009). Buscou-se implementar, no Brasil, uma economia capitalista sob parâmetros internacionais, a partir de instrumentos como substituição de importações, diversificação de produção, aumento de produção de bens de consumo, manutenção de equilíbrio fiscal/balço de pagamento, objetivando o crescimento econômico sob o viés desenvolvimentista (GONÇALVES NETO, 1997; LOSSO, 2010; GOULARTI FILHO, 2012). Como parte das proposições, estava a busca pelo aumento da produtividade; entretanto, o aumento da produção agrícola nos casos em que se confirmou, produziu uma deformação não desejada, *a priori*, pela ampliação das fronteiras agrícolas e das áreas de cultivo, agravando o déficit em infraestrutura de transporte, pelo distanciamento, armazenamento/conservação da produção (NETTO; MELO; MAIA, 2010). Além da distorção apontada, o pretendido desenvolvimento econômico preconizava diminuir a pressão sobre o meio ambiente ou agravamento da questão agrária (condição social no campo), conforme os autores supracitados, com ligeira distinção entre a realidade agrícola e a realidade agrária. Em síntese, apontava-se que,

[a]s ações do governo brasileiro no sentido de fomentar o desenvolvimento da agricultura enquanto atividade econômica e/ou associá-la à economia do país determinaram os planos de políticas dos diversos governos e foram influenciadas tanto pela visão do que é a questão agrária quanto pela conjuntura internacional. (NETTO; MELO; MAIA, 2010, p. 46).

Corroborando o que se verificou anteriormente, constata-se, pelos estudos de Gonçalves Neto (1997), articulados com os estudos de Goularti Filho (2001, 2005, 2012), que tais proposições necessitavam de correspondência entre as esferas de governo federal e estaduais, em interação com demais instâncias decisórias da sociedade, mobilizando a iniciativa privada. Com isto, o Estado se caracterizava por uma visão desenvolvimentista, alinhada com noções empresariais, a permear diversos setores entendidos como preferenciais, nesse sentido, deixando sob segundo plano o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, em que pese tentativas em mitigar esse hiato (NETTO; MELO; MAIA, 2010). Parte da explicação para justificar esse protagonismo estatal inicial, reside no fato de que,

[d]ada a acumulação horizontal e a falta de comando, somente o Estado, tanto em âmbito nacional como estadual, dispunha de capital suficiente e capacidade de articulação para comandar os investimentos perseguidos pelo capital industrial. (GOULARTI FILHO, 2012, p. 124).

De fato, a partir das contribuições dos autores supracitados, entende-se que, no contexto histórico inicial do desenvolvimentismo brasileiro, os recursos necessários para capitalizar crescimento econômico ainda eram precários/desarticulados, pouco desenvolvidos, ou inexistentes, na forma que seriam favoráveis (GOULARTI FILHO, 2012). Nesta perspectiva, nota-se importante imbricação com as contribuições de outros autores que discutiram esta inter-relação público/privada inaugurada no contexto de leis, projetos, planos e proposições que beneficiaram a fruticultura catarinense, sobretudo, a partir da década de 1960, sob diversos aspectos que necessitam serem estudados (BRANDT, 2005; BRANDT, 2012; MORETTO, 2016). Com efeito, a fruticultura de clima temperado em Santa Catarina, tal como já discutida, caracterizou o que essencialmente tipifica a atribuição da agricultura moderna (LOSSO, 2010; KLANOVIZ, 2019), aspirada no contexto das proposições de modernização do Estado brasileiro (GONÇALVES NETO, 1997; LOHN, 1997) e concretizada, em parte, em território catarinense.

Partindo-se das constatações e noções apontadas anteriormente no presente estudo, evidencia-se que o Estado assume posição na economia empresarial, visto que as primeiras ações com cultivos de clima temperado intensivos principiaram como iniciativa privada/empresariais em meados da década de 1960 (BRANDT, 2005; BRANDT, 2012; KLANOVICZ, 2019), bem como sob incentivos fiscais subsequentes, com relevante impacto, como a lei do reflorestamento (GOULARTI FILHO, 2012; EMERIQUE, 2008; MORETTO, 2016). A lógica baseada na produtividade/lucratividade (SALLES, 1971; ABREU, 2012), evidenciou um estado sob viés da expansão e diversificação produtiva, bem como ações do governo federal replicadas pelas esferas federativas, particularmente no caso catarinense, na tentativa de ruptura com o clientelismo, entre outras deformações sistêmicas (GONALVES NETO, 1997; RAUPP, 2010; GOULARTI FILHO, 2012). A exemplo, consideram-se projetos setoriais que incluíram a fruticultura, como foi o caso do PROFIT, de 1968 (OLINGER, 1970; EMERIQUE, 2008; LOSSO, 2010; NODARI, 2017).

Oportunamente, as atividades estatais evoluíram como ações solidárias sob aspectos significativos, em pesquisa com importante participação dos campos experimentais (DOS SANTOS, 1997; ICHIKAWA, 2001), como instrumentos disseminadores de inovação (PECQUEUR, 2009). Assim, em dado momento favorável, o estado, através de implementações político-econômicas, abarca em seu portfólio a agenda de característica empresarial sob viés da produtividade, lucratividade e modernização da agricultura, com significativo impacto na fruticultura (LOHN, 1997; ICHIKAWA, 2001; LOSSO, 2010).

Para discutir especificamente essa questão relacionada à prática da fruticultura imbricada com ações governamentais, se priorizará neste trabalho o período de abrangência a partir da instituição do Projeto de Olinger (1970), visto que tal projeto teve repercussão nas décadas subsequentes. Deste modo, esta pesquisa limita-se ao estudo das proposições governamentais que orbitaram em torno da fruticultura de caráter comercial, no período entre as décadas de 1970 e 1980.

Diversas pesquisas foram realizadas versando sobre o tema das políticas governamentais, sob diversos aspectos, dirigidas a analisar as ações governamentais que direcionaram os rumos econômicos brasileiros, particularmente, abarcando o período entre meados da década de 1970 e final da década de 1990 (GONÇALVES NETO, 1997; GOULARTI FILHO, 2005, 2012; EMERIQUE, 2008). Estes estudos trazem importante contribuição para o entendimento da forma como o Estado-nação atuou sob diversos governos, sobre questões político-econômicas, sob o viés desenvolvimentista. Parte dessas políticas foram exitosas, outras sequer foram postas em prática (GOULARTI FILHO, 2012). As políticas, planos e ações propuseram, a seu tempo, transformações estruturais nos setores considerados produtivos, em que, o sucesso pretendido estava sujeito tanto a fatores internos relacionados a questões políticas e estruturais, quanto a fatores externos.

O autor supracitado subdivide em quatro grupos, entre planos governamentais com planejamento, e aqueles sem planejamento correspondente. Destacam-se os planos articulados com as esferas dos governos estaduais, com prioridade para o caso catarinense. De modo que, mediante a metodologia em questão (GOULARTI FILHO, 2012), são discutidas questões sobre crédito, planos e planejamentos em Santa Catarina, desenvolvem-se estudos que abarcam importantes aspectos da relação dessas proposições com a prática da agricultura, de modo a permitir compreender como foram articuladas as ações entre os governos federal e estadual, no caso de Santa Catarina. Portanto, estas análises do autor, dentre outras (GOULARTI GILHO, 2001) foram expressas de modo que, os planos executados em Santa Catarina, divididos em quatro grupos, expressam-se em objetivos e resultados, quais sejam:

O POE foi uma aproximação do planejamento econômico em Santa Catarina, tinha várias metas, porém poucas foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e de um aparato institucional. O PLAMEG, o PLAMEG II, o PCD e o PG de 1961 a 1979 podem ser classificados como planos com objetivos e resultados concretos, afinados com os objetivos nacionais. (GOULARTI FILHO, 2001, p. 260-261).

Nota-se que nessa distinção metodológica entre planos e seus resultados, a prioridade se faz na análise dos planos e projetos entre as décadas de 1960 e 1970. Em continuidade às suas reflexões, o autor (2012) considera que os planos propostos no período da década de 1980 sofreram contingenciamento, em razão do endividamento. O aparato estatal que viabilizou, no início do processo do crescimento econômico, o caráter desenvolvimentista do Estado brasileiro articulado com correspondentes implementações do governo catarinense, entrou em crise estrutural/fiscal (EMERIQUE, 2008; GOULARTI FILHO, 2012). Cabe destacar que Goularti Filho (2012) propõe diferenciar as características operacionais das ações governamentais. Segundo ele,

[...] fazemos uma distinção entre plano e planejamento. O plano se constitui num documento, podendo ser de caráter mais objetivo, como metas físicas de crescimento e previsão de gastos; ou subjetivo, que esboça, apenas, intenções e programas, sem definir metas e gastos. O planejamento se constitui na intervenção do Estado, executando as metas definidas nos planos de caráter objetivo. (GOULARTI FILHO, 2012, p. 123).

O Estado, por meio dos governos federal e estadual, manifesta intrínseco e mútuo comprometimento com o pretendido crescimento econômico brasileiro, e, por correspondência, neste estudo de caso, crescimento econômico catarinense (RAUPP, 2010). Essa aliança tácita, peculiar, se destaca, por exemplo, na imbricação entre o Plano Nacional de Desenvolvimento (1971) – PND (1), e o Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD (1), justificada pelo governador de Santa Catarina, Colombo Machado Salles (1971-1975), pela seguinte declaração:

Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento. Tem que haver o Projeto Catarinense. Estas duas frases eu as disse muitas vezes. Repito-as agora. O Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici presidiu, juntamente com as contribuições recolhidas nas 12 (doze) microrregiões homogêneas, a elaboração final do Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Cria-se assim, o documento de ação do governo, mediante a formulação de projetos deduzidos a nível de execução [...]. (SALLES, 1971, p. 5-6).

A partir do final da década de 1970 e meados da década de 1980, prefigurou-se um período de transição, entre o Estado regulador e a desregulamentação estatal, com a progressiva abertura econômica para o mercado externo, em princípio, como resultado do endividamento das décadas anteriores (EMERIQUE, 2008; RAUPP, 2010; GOULARTI FILHO, 2012). Desta forma, em relação à tendência de desregulamentação econômica nacional a partir da década de 1980 (EMERIQUE, 2008; GOULARTI FILHO, 2012) como reflexo importante sobre a fruticultura, em específico, sobre o cultivo de maçã, ocorre como apontado pelos estudos supracitados. Neste sentido, a abertura econômica proposta, impôs desafio complementar à

questão da relação entre importação/exportação, visto que os incentivos e financiamentos não representavam a capilaridade inicial para sustentar políticas de ampliação e expansão da produção, ou estavam limitados por conta das políticas governamentais em relação às relações comerciais internacionais (EMERIQUE, 2008; PECQUEUR, 2009; GOULARTI FILHO, 2012).

Sobre a atividade agrícola catarinense, de modo geral, foi discutida por alguns autores como uma atividade considerada retrógrada (LOHN, 1997), em relação a outras atividades selecionadas pelo Estado brasileiro para compor com prioridade a matriz produtiva (NETTO; MELO; MAIA, 2010). No contexto da ideia de modernização agrícola (LOHN, 1997), também em estudo de caso em relação ao Oeste catarinense, o setor passa a receber importante fluxo de recursos (ANDRIOLI, 2020). No entanto, o atraso no campo – tal como discutido por diversos autores oportunamente citados, pelas contribuições de Lohn (1997) – pode-se entender por falta de infraestrutura de Estado favoráveis, desarticulações produtivas caracterizadas por produção de baixa escala, baseada em conhecimentos empíricos, demandando pouco ou nenhum insumo no enfrentamento às condições edafoclimáticas. Sem elementos de enfrentamento aos reveses próprios da atividade com agricultura, pensada a partir da constituição de um Estado moderno. Esse discurso, que se acentuou a partir da década de 1970, assumiu significativa importância pela implantação de projetos de extensão rural. Pelo que afirma Lohn (1997, p. 191-192):

O extensionismo catarinense também não deixou de estabelecer essa vinculação entre tecnologia e mudanças de comportamentos culturais. Num artigo publicado em 1971, Glauco Olinger manifestava o entusiasmo com a possibilidade de transformar o agricultor em “super-homem”, através das novas técnicas que estariam à sua disposição. Inspirado em uma publicação norte-americana, o autor vislumbrava que o homem do campo do “ano 2000” produziria “uma abundância duas a cinco vezes mais do que hoje”, com a ajuda de “uma estação de controle equipada com uma ampla variedade de maravilhas eletrônicas e ferramentas superiores”.

Partindo-se do que representaram os PCDs, articulados às proposições de Olinger (1970), afloram fatores em favorecimento à fruticultura catarinense. Iniciativas governamentais oportunizaram, *a priori*, o desenvolvimento da pomicultura no Vale do Rio do Peixe, sobretudo, pelo incremento técnico. Pode-se analisar, a partir desta relação, a atividade agrícola com fruticultura, sob o viés das proposições público/privadas articuladas em comum interesse, representadas pelo PROFIT, de Santa Catarina, em que se torna oportuno tal discussão.

As proposições de Olinger (1970) constituem um caso concreto do apoio governamental catarinense à fruticultura de clima temperado, criado pela Lei nº 4.263, de 31 de dezembro de 1968 (ICHIKAWA, 2001, p. 92). À época, o secretário da agricultura era Luís Gabriel,



agrônomo, historicamente relacionado ao empresariado do ramo agroindustrial, a quem se atribui a iniciativa de incluir em um projeto inicial de fruticultura, a prática da fruticultura de clima temperado catarinense (ICHIKAWA, 2001; BRANDT, 2005; EMERIQUE, 2008), oportunizando a inclusão do cultivo da maçã com incrementos financeiros do Projeto de fruticultura proposto. Deste modo, os produtores interessados por esse cultivo foram beneficiados de forma significativa, bem como a produção de uva e seus derivados (LOSSO, 2010). É oportuno lembrar que a lei que instituiu o PROFIT, promulgada em 1968, transformase em um projeto cuja publicação ocorre em 1970 (OLINGER, 1970).

Em razão dos dados obtidos em anos anteriores em relação a importações brasileiras de frutas de clima temperado, comparadas com as exportações frutíferas de clima tropical, o cenário analisado pelos proponentes (OLINGER, 1970) se apresentava favorável ao incremento da produção interna. Destacam-se justificativas e necessidades em ampliar a prática de cultivos de clima temperado, a partir do final da década de 1960 (OLINGER, 1970). Sob os argumentos expostos nas proposições, constituía-se a fruticultura de clima temperado como uma prática que impunha a necessidade de tecnologia e investimentos de longo prazo, até atingir a condição de cultivo em condições e quantidade de comercialização. Esse apontamento sobre a importância de aporte financeiro significativo para a monocultura, neste caso, da fruticultura, vem ao encontro dos estudos destacados pelos diversos autores que analisaram o período de importantes investimentos na agricultura, a partir das décadas de 1960/1970, seja por linhas de crédito ou por renúncia fiscal por parte do Estado (SZMRECSÁNYI, 1990; ICHIKAWA, 20001; BRANDT, 2005; EMERIQUE, 2008; GOULARTI FILHO, 2012; MORETTO, 2016).

Nas considerações do autor do projeto (OLINGER, 1970), em sua elaboração original, chama atenção alguns fatores que permitem analisá-lo quanto aos seus aspectos propositivos, bem como os regramentos norteadores da implantação do empreendimento proposto. Destacam-se as origens inspirativas, suas metas, seu esforço por enquadramento de um perfil de elementos individuais socioespaciais específicos, bem como período de vigência do projeto, seus desafios. Cabe destacar que foram estabelecidas condições específicas, pelas quais indivíduos ligados à atividade agrícola poderiam ingressar no projeto, de modo que, parte dessas condições podem ser comparadas a condições características próprias de um projeto empresarial, para além de uma iniciativa estatal com vistas à promoção do agricultor colono. Desta forma, se propõe discutir a possibilidade de atribuir o conjunto da técnica como instrumento de mediação entre a humanidade e a natureza. Associado ao complexo de condições de financiamento sob normas do sistema financeiro e articulado com o viés da

lucratividade da formação de dividendos para o Estado nacional, representam condições empresariais, convergindo com o que foi exposto por Olinger (1970), quando afirma que

[o] Brasil, com seu imenso território, não possui muitas regiões aptas para o cultivo de frutíferas de clima temperado, em bases econômicas. [...] O ótimo ecológico para estabelecer uma indústria frutícola capaz de produzir maçãs, pêras, ameixas, pêssegos, nectarinas, cerejas e outras frutas para abastecer o mercado interno brasileiro, está, sem dúvida, no Estado de Santa Catarina, e mais especificamente, nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe e dos Campos de Lages. (OLINGER, 1970, p. [?]).

Tais fatores constituem, sob diversos aspectos, importantes vinculações com uma ótica político-empresarial, pelas condições de subordinação a serem aceitas pelos pleiteadores a ingressar na fruticultura (OLINGER, 1970; SZMRECSÁNYI, 1990), tal como se configurou *a posteriori*. Em relação às suas aspirações, pode-se notar que o PROFIT (OLINGER, 1970), estabelecia importante interlocução com as experiências da empresa Sociedade Agrícola Fraiburgo (SAFRA), em atividade no Vale do Rio do Peixe (OLINGER, 1970; ICHIKAWA, 2001; BRANDT, 2005; EMERIQUE, 2008; MORETTO, 2016). A cidade de Videira foi escolhida como polo irradiador das proposições com fruticultura para as regiões do Vale do Rio do Peixe (OLINGER, 1970; ICHIKAWA, 2001), bem como para as demais localidades, como se referiu aos ‘Campos de Lages’ (OLINGER, 1970, p.68). Neste sentido, pode-se pensar no aproveitamento da experiência regional com fruticultura, que induziria ao aproveitamento das condicionantes socioespaciais de modo que,

[a] Zona Fisiográfica do Vale do Rio do Peixe se caracteriza pela exploração agrícola em pequenas empresas, do tipo familiar. Encontramos nessa região o agricultor cuja descendência é europeia com predominância de elementos de origem italiana e que se dedicam a atividade agrícola em geral e a exploração de suínos. Em maior ou menor escala mantêm em suas propriedades pomares de uvas e frutas de clima temperado, cuja exploração é empírica utilizando técnicas primitivas. (OLINGER, 1970, p. 32).

E ainda, nas palavras de Olinger (1970, p. 32-33), “Constatamos na Região do Vale do Rio do Peixe um elemento humano de qualidades excepcionais, dedicado ao seu trabalho e capaz de executar um programa de fruticultura, desde que receba assistência técnica e financeira”. Pode-se apontar que o projeto em si, foi pensado em minúcias, detalhado, como no caso da previsão e assistência técnica pelas seguintes competências profissionais: engenheiros agrônomos; agrotécnicos ou técnicos agrícolas; técnicos em fruticultura (OLINGER, 1970). De acordo com os pressupostos do autor, os recursos técnicos humanos de campo necessitavam atuar a partir de Escritório de Extensão Rural, localizados/distribuídos na área de abrangência

do projeto, junto aos municípios participantes do PROFIT (OLINGER, 1970). Segue a relação de municípios considerados como pertencentes à região de abrangência do Vale do Rio do Peixe à época, totalizando 29 (vinte e nove) municípios:

Quadro 2 - Relação prévia de municípios da região do Vale do Rio do Peixe

1. Água Doce	12. Irani	21. Ponte Serrada
2. Arroio Trinta	13. Itá	22. Pres. Castelo Branco
3. Caçador	14. Jaborá	23. Rio das Antas
4. Capinzal	15. Joaçaba	24. Salto Veloso
5. Catanduvas	16. Lacerdópolis	25. Seara
6. Concórdia	17. Ouro	26. Tangará
7. Fraiburgo	18. Pinheiro Preto	27. Treze Tílias
8. Herval d'Oeste	19. Piratuba	28. Videira
9. Ibicaré	20. Peritiba	29. Xavantina
10. Ipira		
11. Ipumirim		

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Olinger (1970, p. 11).

Este esforço técnico pode ser sintetizado dentro da prerrogativa, tal que “[e]m cada município de atuação do Projeto haverá um Escritório Local de extensão [...]” (OLINGER, 1970, p.55). De modo que a relação total dos municípios a serem atendidos podem ser observados na ilustração seguinte (Figura 15).

Figura 15 - Total de municípios de abrangência do PROFIF, nas duas regiões fisiográficas



Fonte: Olinger, 1970, p.30.

Nota-se que o desafio regional demandaria esforço financeiro e logístico considerável, somados ao conjunto das demais providências do inventário do projeto (OLINGER, 1970), no sentido de oportunizar a todos os municípios serem selecionados e aderentes a ele. Portanto, as medidas de caráter operacional previstas podem ser pensadas tanto pela necessidade de aproximação entre a assistência técnica e o produtor fruticultor, quanto pelo fato de haver um recorte regional a ser atendido, considerando que neste estudo de caso o interesse precípua constitui-se em analisar as atividades com fruticultura que se operacionalizaram no Vale do Rio do Peixe. Vale ressaltar o fato de que a abrangência das propostas de Glauco Olinger, como já referido, se projetava sobre os Campos de Lages. Atenta-se para o fato de que constava no portfólio de implantação do projeto diversas variedades frutíferas tais como ameixa, pera, pêssago e uva.

No texto do PROFIT aflora o propósito de atrair para o empreendimento, preferencialmente, indivíduos com determinado perfil socioeconômico, para que pudesse oferecer contrapartidas como garantias de acesso a crédito, tais como penhor, hipoteca, entre outras formas (OLINGER, 1970). Procurou-se distinguir entre o empresário e o produtor/proprietário-colono a ser incorporado no projeto com a fruticultura, de acordo com as propostas de Olinger (1970). Desta forma, em termos de perfil pessoal de pequenos e médios proprietários, dentre outras características, era desejável que o indivíduo estivesse sob as seguintes condicionantes:

[...]

e – estar satisfeito com a vida de agricultor, desejoso de progredir e não ter desejo de sair da área ou vender a propriedade;

f – desejável que possuía, pelo menos, um filho que possa, no futuro, assegurar a continuidade e expansão da empresa;

[...]. (OLINGER, 1970, p. 72).

Logo, pode-se depreender que haveria mais vantagem para o projeto, à época da década de 1970, que fosse indivíduo que, se supõe, possuísse algum vínculo familiar, fosse agricultor e proprietário de sua(s) terra(s). Enfim, um perfil que pudesse acrescentar certo grau de estabilidade e continuidade aos ideários do autor (OLINGER, 1970). Nota-se necessária capilaridade básica financeira do indivíduo proprietário, ou empresário, o que poderia implicar que desenvolvesse atividade paralela para poder suprir as demandas fiduciárias a serem assumidas sob o que se pode avaliar, médio prazo, além da possibilidade de contar com prerrogativas de contrapartidas fiscais (OLINGER, 1970). No caso considerado, tempo de retorno financeiro do empreendimento, bem como o fator ‘economia’ de sustento próprio

poderia assumir relevante importância. Na experiência na região do Vale do Rio do Peixe, os acontecimentos convergem, *a priori*, com as contribuições de Emerique (2008), de acordo com as quais se constatou que,

[e]ntre 1970 e 1974 o maior desenvolvimento dos plantios se deu na região do Vale do Rio do Peixe - SC, especialmente nos municípios de Fraiburgo e Videira. Metade dos plantios utilizou incentivos fiscais e foram implantados pela Reflorestamento Fraiburgo; a outra metade estava dividida em pequenos pomares diversificados (maçã, ameixa, pêssego e nectarina). (EMERIQUE, 2008, p. 63).

Considere-se que a atividade agrícola depende de condicionantes climáticas favoráveis, bem como de preços competitivos, entre outros diversos aspectos. Aspectos desses desafios não foram expostos de forma clara, de modo a estabelecer contrapartidas compensatórias nos termos iniciais da descrição do projeto (OLINGER, 1970). Destacam-se as garantias creditícias exigidas pelos principais órgãos credores. Cita-se, neste caso, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BDE; Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE; assim como o Banco do Brasil – BB, tal como discutido por diversos autores (ICHIKAWA, 2001; GOULARTI FILHO, 2005, 2012; EMERIQUE, 2008). Dentre os tipos de garantias exigidas para acesso ao crédito, destacam-se o penhor ou bens de propriedade, que podem ser considerados como elementos próprios de um projeto sob importante característica empresarial. Logo, em parte, contraditório em seus aspectos de interesse, suscita, face a constituir provisão alimentar e geração de ocupação da força de trabalho, elementos que, no uso/disponibilização da propriedade do produtor estariam a serviço das demandas próprias do Estado (GOULARTI FILHO, 2001, 2005). De modo implícito, o texto do projeto reconhece parte dessas lacunas (OLINGER, 1970).

Inicialmente, o projeto de Olinger (1970) estava planejado para vigência e engajamento nos anos de 1970 a 1975, em que se previa sua atuação até 1982, o que pode estar relacionado aos prazos previstos para implantação da pomicultura, do plantio de mudas até ser atividade comercial final (OLINGER, 1970; ICHIKAWA, 2001; EMERIQUE, 2008). Pode-se pensar no PROFIT com uma das molas propulsoras, juntamente com o ordenamento legal favorável ao reflorestamento com incentivos fiscais (BRANDT, 2004a; BRANDT, 2005; MORETTO, 2016), indutores de importantes transformações no meio rural em vasta área geográfica, do Vale do Rio do Peixe até o Planalto de Lages, conforme a Figura 16, a partir do cultivo de maçãs, bem como de outros cultivos. Entretanto, dentro deste contexto de discussão, cabe refletir sobre o fato de que,

[a]s lavouras de árvores frutíferas, no caso as parreiras e pomares cultivados pela Safra, de acordo com Arthur Stinchcombe, requerem um longo investimento para a colheita e para oferecer seus rendimentos, devido ao prazo em que os resultados aparecem. Portanto, tendem a ser cultivadas em grandes propriedades capitalistas. A seu ver, “o principal fator econômico que parece dar origem à grande agricultura capitalista é a necessidade de investimentos em capital em longo prazo em culturas ou maquinaria, combinada com um custo relativamente baixo de terra” (STINCHCOMBE, 1975:22) Os empresários seriam assim aqueles capazes de implementar esses projetos. (BRANDT, 2005, p. 29).

Vale lembrar que, oportunamente, se discute o vínculo entre a Empresa SAFRA e o Projeto de Olinger (1970). Considere-se que se conjecturou, no âmbito das proposições no documento elaborado (OLINGER, 1970), a alteração ou incremento da atividade produtiva nestas regiões com destaque para a possibilidade de alternativa à pecuária do Planalto catarinense, bem como a superação das dificuldades enfrentadas naquele período histórico, na prática da lavoura temporária no Vale do Rio do Peixe. Sendo que afirma:

Estabelecemos as regiões prioritárias em face de dados conclusivos já obtidos, os quais asseguram o sucesso no empreendimento. [...] Reconhecemos as dificuldades que encontraremos para intensificar a fruticultura na região de São Joaquim face ao elemento humano local e sua tradição para a atividade pecuária. [...] Por outro lado, as más perspectivas crescentes para o cultivo de cereais, especialmente no Vale do Rio do Peixe, impõem ao Governo a missão de orientar e assistir a iniciativa privada, para alterar a estrutura econômica regional, permitindo, de forma progressiva e dinâmica, criar novas riquezas, ampliar o mercado de trabalho, aumentar a renda "per capita" e propiciar ao homem da região as condições para a prosperidade e bem estar social. (OLINGER, 1970, p. [s/n])<sup>26</sup>.

Destaca-se dentre as metas do projeto, que se destinaria a promover a implantação da fruticultura em 6.300 hectares até o ano de 1975 (OLINGER, 1970), pelo cultivo das seguintes espécies citadas: macieiras, ameixeiras, pereiras, pessegueiros, nectarinas, marmeleiros, damasqueiros e videiras (OLINGER, 1970).

Constituindo-se caso peculiar na história da fruticultura comercial brasileira, o projeto de Olinger (1970) avultou sua influência sobre os três estados do Sul do Brasil, tal como destacado por diversas pesquisas e trabalhos (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019). Um fato importante a apontar é o volume de capital mobilizado, entre os anos de 1970 e 1978, de acordo com os dados levantados na pesquisa de Emerique (2008), de acordo com a Tabela 5.

---

<sup>26</sup> Cf.: Introdução (OLINGER, 1970).

Tabela 5 - Valor dos Financiamentos para a fruticultura no período 1970 – 78, em Cr\$ 1.000,00. (resumo)

Ano	Nº de Empréstimos	Valor 1.000,00 Cr\$
1970	s.d.	1.024
1971	s.d.	3.417
1972	256	6.810
1973	239	9.705
1974	237	7.703
1975	237	41.122
1976	344	43.141
1977	540	60.288
1978	449	77.834

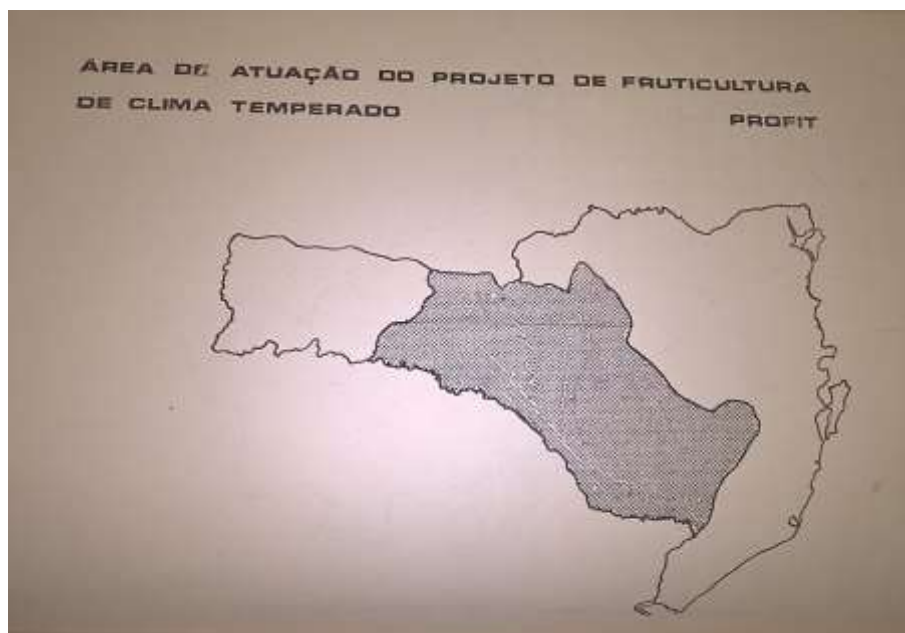
Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em ACARESC/ PROFIT; SCHIMIDT, 1990; Conjuntura Econômica. Apud EMERIQUE (2008, p. 59).

A dinâmica apresentada na Tabela 5, pode ser discutida nas seguintes situações possíveis: a começar pela possibilidade de que o aumento dos investimentos tenha representado intensificação da produção nas áreas já consolidadas, bem como ampliação sobre outras áreas ainda a serem exploradas (KLANOVICZ, 2019), pela oferta a novos ou aos mesmos produtores. Constata-se relação entre esta ocorrência com o que se preconizava no texto de Olinger (1970), segundo o qual,

[c]umpre acrescentar, que o govêrno, certamente, estabelecerá uma política de crédito, que venha realmente estimular os produtores para o desenvolvimento do Projeto, o que propiciaria, a prazos não muito distantes, não só ocorrência de vultosas somas de divisas, como também, e principalmente, possibilitaria a elevação dos níveis nutricionais da população brasileira. (OLINGER, 1970, p. 89).

Logo, pelas previsões e expectativas governamentais, o projeto deveria se tornar importante como fonte de receitas para produtores e para o estado de Santa Catarina, bem como a prover fontes nutricionais para a dieta brasileira. Nota-se que nas simulações de créditos executadas pelos planejadores, previa-se que a tomada de empréstimo seria menos necessária à medida que as produções aumentassem, como pressuposto de progressiva autonomia e autossustentação (OLINGER, 1970). Constata-se que a liberação de recursos via crédito se ampliou para os cultivos do PROFIT nos anos finais, tal como constatou Emerique (2008) em sua pesquisa e análise no estudo de caso sobre o cultivo de maçã, em parte da região de abrangência do projeto (Figura 16).

Figura 16 - Recorte geográfico da região de implantação do PROFIT



Fonte: Olinger, 1970, p. [70].

Por outro lado, em regiões com tradicional presença empresarial, como no caso da região do Vale do Rio do Peixe, incluindo a experiência a partir da cidade de Fraiburgo (BRANDT, 2005; MORETTO, 2016; KLANOVICZ, 2019), pode ter ocorrido, como apontado por ICHIKAWA (2001), pelo que se supõe rarefação/encarecimento do crédito, no contexto da desregulamentação estatal da década de 1980, podendo ter acarretado que o maior beneficiário tenha se constituído pelo empresariado da fruticultura. De forma que, embora o PROFIT possa ter sido pensado em benefício dos produtores não empresários como possibilidade, aponta-se que os maiores beneficiários neste período de rarefação dos recursos foram aqueles capazes de implementar grandes projetos empresariais (ICHIKAWA, 2001; BRANDT, 2005).

As ideias de Olinger (1970) oportunizaram importante papel reservado para a participação da empresa SAFRA, Sociedade entre a família Frey e o Grupo Franco-Argelino, sociedade que perdurou entre os anos de 1962 e 1975; com o fim da sociedade, as atividades empresariais continuaram, sob diferentes razões sociais (BRANDT, 2004a; 2005; FREY, 2004). Cabe destacar o fato anterior, representado pela aproximação entre o presidente da ACARES e posterior Secretário da Agricultura de Santa Catarina, aos pomares da SAFRA, tal como se confirma na ilustração seguinte (Figura 17).



Figura 17 - Visita de Luiz Gabriel aos pomares da Safra no ano de 1968



Fonte: Museu da Agrícola Fraiburgo.

O despontar de Luiz Gabriel no período da década de 1960, foi discutido por Brandt (2004a; 2005), que analisou a influência exercida pelo empresariado de Fraiburgo e região em intervenções sobre as esferas políticas, entre outras questões. Luiz Gabriel, tal como discutido pelo autor referido, antes de assumir o mandato político de Secretário da Agricultura de Santa Catarina, foi um dos executivos do Grupo Perdigão, entidade empresarial com importante atuação no ramo agroindustrial regional, também relacionada com o início da fruticultura de clima temperado comercial. Por outro lado, no mesmo período, destaca-se importante proeminência de Olinger, com significativa carreira em atuação junto ao extensionismo rural catarinense, com notável facilidade de circulação entre agências e esferas do Poder federal, como se pode entender a partir de sua obra (OLINGER, 2020). Tal confluência que oportunizou o encontro entre Luiz Gabriel e Olinger pode auxiliar na compreensão de parte dos fatores que facilitaram a incursão do interesse empresarial em esferas decisórias governamentais catarinenses, entre as décadas de 1960 e 1970, particularmente, a partir da iniciativa do empresariado da região do Vale do Rio do Peixe (BRANDT, 2004a; 2005; KLANOVICZ, 2019). Historicamente, em 29 de fevereiro de 1956, foi fundado em Santa Catarina o Escritório Técnico Rural (ETA) - entidade antecessora da ACARESC, para tratar de assuntos relacionados à extensão rural em Santa Catarina (KLANOVICZ, 2019; OLINGER, 2020), cuja diretoria era chefiada por Glauco Olinger. Com a fundação da ACARES, em 21 de junho de 1957, Olinger

foi nomeado Secretário Executivo desta autarquia (OLINGER, 2020). Pela opção por Olinger no planejamento e execução do PROFIT, projeto inicialmente sob a responsabilidade da ACARESC, como indicado no PCD (SALLES, 1970), pode-se perceber a ocorrência de relação de favoritismo, conveniência e preferência, visto que, nesta ocasião, a ACARESC era dirigida por Olinger. Para analisar a proeminência avultada por Olinger, sobretudo, a partir da implementação do projeto de fruticultura de clima temperado, pode-se apontar como causa inicial a confluência de fatores adicionais, tal como o período histórico nacional sob o viés pragmático do Governo Militar, como se aponta oportunamente neste estudo, atuando a partir de concepções seletivas prévias. Considere-se singular trajetória tecnocrata de Olinger (OLINGER, 2020), um técnico atuando na esfera governamental, cuja característica mais marcante pode ter sido o percurso que se supõe autogerencial-autodidata, possivelmente conferido pelas noções dos agentes do extensionismo rural, *a priori*. De outro modo, Glauco Olinger tipifica um personagem histórico relacionado a atividades públicas no campo agrícola, com importante capacidade de abstração, que possibilitou a elaboração de um projeto de características empresariais de caráter comercial, englobando extensa área do território de Santa Catarina, a saber, a região do Vale do Rio do Peixe e a região do Planalto de Lajes (OLINGER, 1970). Sob este aspecto, em período de excepcionalidade, representou a possibilidade de projeção da tecnocracia sobre contexto socioeconômico específico ensejando suplantar obstáculos físicos e humanos aos ideários do PROFIT – superação de tendências socioculturais, como o desafio na lida com pecuaristas dos Campos de Lages. De modo que, na figura de um tipo específico de pedagogo do setor agrícola/agropecuário catarinense, alinhado com pensamento estratégico, articulando conhecimentos técnicos e capacidade surpreendente de propor consenso, aflora um personagem capaz de mobilizar pessoas em torno de uma ideia, o que pode caracterizar ‘o extensionismo’, nos termos da origem tecnocrática de Olinger. Desta forma, pode-se aventar que o PROFIT estaria em “boas mãos”, sob os cuidados de Luiz Gabriel e de seu parceiro no assunto de fruticultura de clima temperado, Eng. Agrônomo Glauco Olinger.

Cabe destacar algumas particularidades desse processo de fruticultura de clima temperado, que até o presente momento não foram discutidas, sobre parte da história da SAFRA e o que se chamaria ‘gênese’ em essência. Constituída inicialmente por grupo empresarial relacionado ao plantio de pinos, com incentivos de reflorestamento, cuja finalidade precípua era prover matéria-prima para a indústria de móveis e papel/celulose, foi implantada a Reflorestamento Fraiburgo Ltda. – REFLOR. A REFLOR, criada por Willy Frey, assumiu papel preponderante nesta questão quando obteve liberação para plantar macieiras com incentivos

fiscais. Daí, com o *know-how* adquirido em lida com pomares e cultivo de mudas, inicia atividades em serviços de projetos para outros grupos ou empresariais oriundos de diferentes setores produtivos, interessados em expandir seu capital. Logo, pela oportunidade de encontro entre empresários franco-argelinos, em negócios com uma sociedade empresarial suíça com os irmãos Frey (BRANDT, 2005), em 1950, criam-se elementos favoráveis para a posterior criação da REFLOR (1967). Esta trama remete a diversas análises, colocando sob discussão como as ações privadas possuem importante capacidade, sob interesses convergentes, de sobrepujar, usurpar ou usufruir importantes prerrogativas estatais. O que o grupo suíço fazia no Brasil é, em parte, apontado por Brandt (2005) e como essa articulação dos anos de 1950 ocorreu:

Os Evrard possuíam como sócios em sua propriedade um empresário francês chamado Albert Mahler e um grupo suíço chamado Shenk, que também possuía negócios em São Paulo, atuando na compra de uvas e produção de vinhos no país. Foi através desse grupo e da possibilidade de formar uma Sociedade no país que os Evrard conheceram o Brasil.<sup>27</sup> (BRANDT, 2005, p. 29).

Pela Empresa REFLOR, a partir de sua atuação mencionada anteriormente, até meados dos anos de 1980, atuaram grandes projetos empresariais de pomares de maçãs, por diversas empresas imbricadas com a noção de acumulação capitalista na região de Fraiburgo (BRANDT, 2004a; EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019). Dentre estas empresas, pode-se citar: SAFRA, EGON FREITAG; PERDIGÃO; FISCHER; PORTO BELO; AGRÍCOLA FRAIBURGO e POMIFRAY, que obtiveram importante destaque no ramo macieiro, neste período (EMERIQUE, 2008; FREY, 2004). Pode-se considerar que, o conjunto destas articulações empresariais favoreceu e ampliou a influência dos agentes privados regionais sobre decisões políticas em diferentes escalas decisórias governamentais, tal como se observa pelas contribuições de diversos autores (GOULARTI FILHO, 2001; BRANDT, 2004a; EMERIQUE, 2008; RAUPP, 2010; DIAS et al., 2021). Leila Christina Dias, Vitor Santarosa e Taís Augusta (2021), apontam para diversos fatores que convergem com as análises sobre o fenômeno da formação e inter-relação entre as empresas catarinenses, no contexto da prática da fruticultura de clima temperado. Discute-se sobre os mecanismos da formação de redes, ou seja, redes de negócios, no Brasil, métodos de implementação e coordenação das ações, suas configurações espaciais e métodos de acumulação capitalista/financeira, as autoras desvendam o que se pode

---

<sup>27</sup> Sobre Henri Evrard e irmão: empresários franco-argelinos que, em associação com os negócios dos irmãos Frey, oportunizou posteriormente a criação da SAFRA, em 1962. (KLANOVICZ, 2019).

considerar parte do processo de mundialização do capital, operantes a partir de determinados territórios (DIAS et al., 2021).

Logo, cabe apontar que “rede” se constitui como termo polissêmico, operacionalizado em discussões sob diferentes vieses e conceitos epistemológicos. Deste modo, pode-se afirmar que “[...] as redes são, a um só tempo, produto e circunstância social, suporte material e condição normativa da mobilidade espacial [...]” (RAFFESTIN, 1993; apud Castillo, 2010, p.19). O caso em estudo, considerando-se a região do Vale do Rio do Peixe, pode representar articulações com importantes ganhos de capital, tendo como resultado a formação de redes político-empresariais que, pela aplicação do conceito de rede/redes, nos termos do seu enunciado, são compatíveis com as noções de Claude Raffestin (1993, apud Castillo, 2010).

Dias et al. (2021) discutem diversos contextos nos quais se verificou a formação de redes, que permitem perceber a relação entre a formação de redes de associações e a lógica do capital especulativo. Cita-se, como exemplo, a participação de capital acionário comum nessas configurações empresariais, cujo aspecto da produção ou da mercadoria, fica sob plano secundário. Parte desta ocorrência se explica em razão de que os empreendimentos com tais características possuem como objetivo precípuo multiplicar e/ou aglutinar ganhos de atividades comerciais, industriais, por vezes articuladas com operações financeiras, constituindo atividades de mercado relativamente atípicas. Ainda que o fato em estudo pelos autores supracitados, em certa medida, remeta ao século XXI, permite compreender que a gênese do processo de formação de grandes grupos empresariais a partir de associações convenientes, e estrategicamente localizadas, constitui objeto de pesquisa desde a década de 1970/1980, no contexto das desregulamentações dos mercados em escala mundial (DIAS et al., 2021). Tal se evidencia pelo que os autores destacam, com base nas contribuições de diversos pesquisadores, tais como Helena Kohn Cordeiro (1987), Milton Santos (1996), Reinaldo Gonçalves (1991) e François Chesnais (1998) – (DIAS et al., 2021).

Em síntese, um dos principais resultados apontados nestas análises caracteriza-se pelo modo como se estabelece importante relação de controle sobre os territórios, pela formação de grupos capitalistas articulados com o sistema financeiro, o que possibilita ações coordenadas sobre a cadeia produtiva em escala abrangente. Diversos setores e operações necessárias, estrategicamente localizadas em pontos do entorno geográfico ou mesmo afastados dos polos de onde emanam os aspectos decisórios, operam no sentido da ampliação dos lucros cujos rendimentos podem ser aplicados para além do espaço geográfico em que atuam essas aglutinações/articulações empresariais. pode-se considerar o capital transnacional resultante

destes processos, sem nacionalidade, mas fortemente calcado numa relação de troca entre agentes detentores de grande concentração de capital, capazes de impor uma agenda em nível global em benefício da concentração capitalista e capacidade de interferir em decisões estatais-governamentais (DIAS et al., 2021). Pode-se pensar serem estas as condicionantes para a formação dos oligopólios e carteis em escala macrorregional, estabelecendo peculiar sistema de hierarquia e diferenciação entre as regiões, bem como pode ocorrer tais distorções no interior destas regiões protagonistas de tal capacidade de projeção político-econômicas localizadas, como no caso da região do Vale do Rio do Peixe.

Vale destacar, no âmbito das discussões em curso, que parte destes elementos discutidos por Dias et al. (2021), representam similaridades com o que foi discutido a partir da contribuição e apontamentos de outros autores. Cita-se o caso do grupo suíço SHENK, tal como já mencionado (BRANDT, 2004a), constituído como um dos operadores com as características em análise, em que, a partir de São Paulo, possibilitou a convergência entre ideias capitalistas, pelo encontro entre o grupo franco-argelino, Georges Delbard e a família Frey (BRANDT, 2004a; KLANOVICZ, 2019). Fato que posteriormente culminou com a formação da SAFRA, empresa que obteve importante protagonismo na implementação do projeto de Olinger (1970).

De modo que se torna relevante estabelecer que nos primórdios da fruticultura de clima temperado comercial em Santa Catarina houve essa convergência econômica macrorregional que permitiu, como um embrião, a composição de importantes configurações empresariais em Fraiburgo e entorno regional, originando importantes conglomerados agroindustriais.

Aponta-se a significativa atuação de grupos político-empresariais do Vale do Rio do Peixe naquele período, marcado pela mobilização do empresariado, de forma peculiar, atingindo importante status e proeminência junto à esfera de governo estadual, como no caso de Luiz Gabriel. Natural do município de Videira, anteriormente diretor do Grupo Perdigão (BRANDT, 2004a), em momento oportuno alçou ao posto de Secretário da Agricultura de Santa Catarina, no governo de Ivo Silveira (1966-1971). Tal fato pode ter representado importante vantagem para a mobilização da esfera pública em favor dos projetos privados, beneficiando os demais grupos empresariais e empresas do ramo agroindustrial, em particular, da região do Vale do Rio do Peixe, quiçá, da Mesorregião Oeste Catarinense. Luiz Gabriel também possuía um contato próximo com os empresários da SAFRA, de modo que sua gestão na pasta da Agricultura catarinense no período de implantação do projeto de Olinger (1970) constitui-se fato relevante, face à importante atenção dedicada pelo Secretário da Agricultura de Santa Catarina, visitando pessoalmente os pomares de macieiras da Empresa SAFRA.

Luiz Gabriel, como consta, foi o Secretário de agricultura, durante as proposições e implantação do projeto (OLINGER, 1970). Nesse tempo do compromisso entre o projeto de Olinger e a Empresa SAFRA, ela se constituía como fornecedora de tecnologia, conhecimento e projetos testados no ramo pretendido. Postula-se que, oportunamente, foi fornecedora de mudas ao PROFIT, uma vez que suas atividades com viveiros foram citadas no documento de Olinger (1970). Prevendo-se formas de suporte, ainda que indireto, da empresa SAFRA para o projeto de fruticultura comercial catarinense (OLINGER, 1970; FREY, 2003), pode-se conceber o aspecto de reafirmação/legitimação da fruticultura como experiência válida, pelo fato de a Sociedade Agrícola de Fraiburgo possuir conhecimento acumulado, a partir de seus experimentos. Nestes termos, a SAFRA funcionou como uma espécie de “âncora” para o projeto pretendido com a fruticultura de clima temperado, iniciada em Videira<sup>28</sup>, em andamento avançado desde os anos de 1960, em Fraiburgo (BRANDT, 2004a). Exemplo dessa relação entre o PROFIT e a empresa SAFRA, transparece, em diversas oportunidades no âmbito das proposições de Olinger, como nas seguintes declarações:

Deve-se ressaltar a audaciosa iniciativa da Sociedade Agrícola de Fraiburgo Ltda - SAFRA, que há alguns anos atrás iniciou a instalação, no município de Fraiburgo, de um pomar de frutas de clima temperado dentro das mais modernas orientações técnicas. [...] O trabalho desenvolvido pela SAFRA, merece aplausos de todos nós e foi sobejamente realçado pelo viveirista e fruticultor francês, de renome internacional, Geoges Delbard, por ocasião de sua viagem de estudos ao Brasil realizada em fevereiro de 1967. (OLINGER, 1970, p. 17).

Entretanto, de acordo com o desenrolar do discurso, nota-se que a participação da empresa SAFRA transparece como parte dos fatores decisivos para o sucesso pretendido nas expectativas, de modo que Olinger aponta nos seguintes termos:

[...] Inicialmente, o Projeto baseará sua tecnologia nos trabalhos executados pela SAFRA (Sociedade Agrícola de Fraiburgo Ltda) porque segundo Delbard, um dos maiores viveiristas do mundo, a exploração de vanguarda de Fraiburgo, o cômputo dos resultados promissores, permite-nos antever duas ações diametralmente opostas, dependendo essencialmente de uma decisão de orientação da Sociedade Agrícola de Fraiburgo Ltda - SAFRA -:

- 1) o fechamento de suas portas permitirá que a empresa aproveite ao máximo, o resultado do seu avanço tecnológico face aos seus conhecimentos adquiridos;
- 2) a abertura dos pomares da SAFRA permitirá aos novos fruticultores e técnicos aproveitarem o acervo científico e a experiência bem sucedida daquela empresa, em favor da economia do Estado e do país. E, a empresa já decidiu que suas portas estão abertas aos técnicos do Projeto de Fruticultura. (OLINGER, 1970, p. 34-35).

---

<sup>28</sup> FREY, Willy. Entrevista. *Op. Cit.*

É fato que cultivar maçãs com incentivo fiscal, como foi dito pelo entrevistado Willy Frey<sup>29</sup> (texto não publicado), adicionado à oportunidade de participar de forma direta ou indireta no PROFIT (OLINGER, 1970), constituía dupla oportunidade de lucro, tanto pelo recebimento de incentivos fiscais para reflorestamento (BRANDT, 2004a; MORETTO, 2016) quanto pela oportunidade de ingressar na rede de financiamentos previstos para o projeto, com acesso a recursos subsidiados pelo governo. Deste modo, a SAFRA pode se recapitalizar e ampliar seus investimentos, constituindo singular acumulação de capitalistas com importante participação do ente estatal.

Para finalizar a presente digressão sobre o papel e importância o PROFIT, elaborado por Olinger (1970), no limite do objetivo precípuo do interesse desta pesquisa, destaca-se que o foco foi tentar trazer elementos para discutir a fruticultura de clima temperado na região do Vale do Rio do Peixe. Entretanto, nota-se importante projeção da fruticultura de clima temperado no estado de Santa Catarina, e como ela se projeta, se espraia, para outras regiões adjacentes, e outras mais distantes geograficamente, que acabaram por ser incorporadas aos conceitos que revolucionariam importantes aspectos do fazer agrícola sob proposições estatais. Converte a presente discussão para o próximo tópico em que se analisa parte dos aspectos práticos da fruticultura de clima temperado em Santa Catarina, no caso de estudo de sua prática na região do Vale do Rio do Peixe, como segue.

#### 4.3 PRÁTICAS COM FRUTICULTURA NO VALE DO RIO DO PEIXE

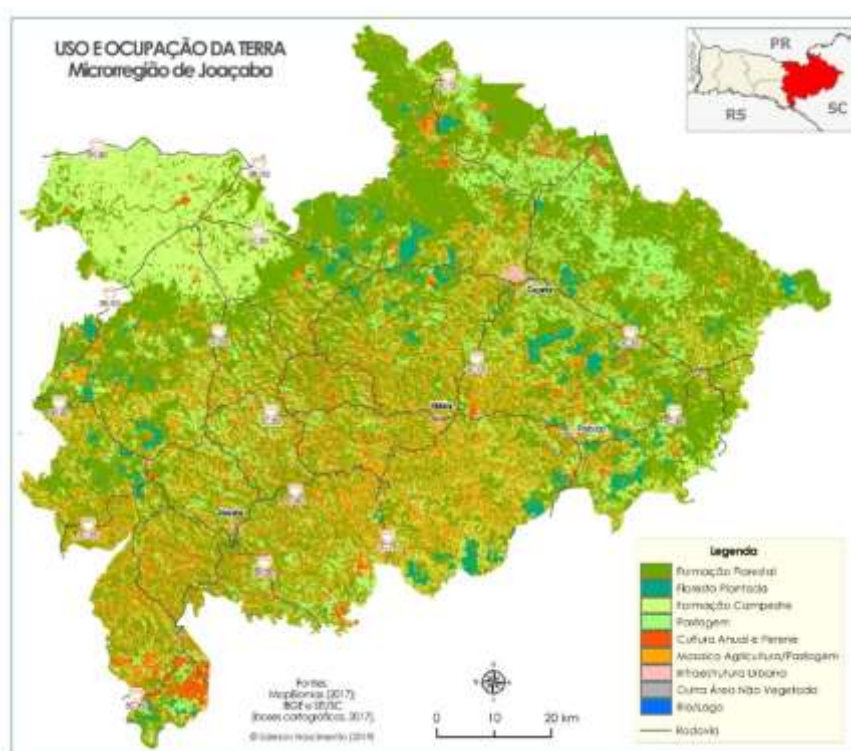
Pelas discussões elaboradas até o presente aqui, é possível compreender a importância da região do Vale do Rio do Peixe para as atividades com fruticultura de clima temperado, de grande escala comercial, no estado de Santa Catarina. Durante a pesquisa evidenciou-se como a cidade de Videira foi escolhida como polo irradiador dessa prática agrícola, inclusive, sob a oportunidade de substituir outros cultivos considerados lavouras temporárias, pela possibilidade de formação de pomares e parreirais, com importante significado para as discussões desenvolvidas a partir de diversos autores destacados no transcorrer das discussões (PONTING, 1997; GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019). O fato é que tais proposições e correspondentes alterações no meio natural, constituídos pela monocultura, entre outros aspectos, sob o viés da pomicultura, implicam em importante exemplo para pesquisa e reflexão sobre a fruticultura de clima temperado, tal como foi pensada para o caso catarinense.

---

<sup>29</sup> FREY, Willy. Entrevista. *Op. Cit.*

Cabe continuar discutindo importantes intercorrências constatadas no campo do estudo da práxis, que podem compor particularidades dessa região em relação aos demais contextos geográficos ou fisiogeográficos em que a fruticultura de clima temperado foi implementada. Deste modo serão discutidos aqueles elementos que caracterizam aspectos dignos de análise, no contexto da discussão proposta no último tópico deste capítulo, conforme segue. Ressalta-se que nas experiências com fruticultura de clima temperado na região de estudo, as cidades de Caçador, Videira e Fraiburgo obtiveram importante protagonismo (OLINGER, 1970; BRANDT, 2005; KLANOVICZ, 2019). A localização das cidades de Videira, Caçador e Fraiburgo, no contexto da seleção regional destacada no documento proposto por Olinger (1970), seguir é ilustrada na Figura 18.

Figura 18 - Recorte da Mesorregião Oeste Catarinense, com implicação para o PROFIT<sup>30</sup>



Fonte: MapBiomás (2017); IBGE e SEI/SC.

<sup>30</sup> Em que se considere ser uma elaboração cartográfica privilegiando o estudo do uso e ocupação do solo a partir de dados de 2017 na Microrregião de Joaçaba, por desse mapa se pode localizar três das principais cidades, a saber, Videira, Caçador e Fraiburgo, nas quais o PROFIT desempenhou entre as décadas de 1970 e 1980, importante papel como vetor de transformação das formas de uso e ocupação do solo, no período de sua vigência e a posterior.



Desta forma, a principiar-se pela discussão sobre o cultivo da ameixa, estudos apontam que essa espécie é cultivada tradicionalmente na região do Vale do Rio do Peixe, trazida por imigrantes colonizadores de origem italiana, nos primórdios dessa colonização (SANTA CATARINA, 1978). Aponta-se a existência de diversos genótipos dessa cultivar, sendo que se constata diferentes graus de exigência em relação a temperaturas mínimas de frio durante o inverno para assegurar período de dormência, floração e brotação próprios, de modo a atingir o novo ciclo vegetativo, na primavera, após o período de hibernação (SANTA CATARINA, 1978). No vale do Rio do Peixe, de acordo com o estudo citado (SANTA CATARINA, 1978), predominam cultivos de ameixa de origem japonesa, visto que as de origem europeia são mais exigentes em relação ao frio, necessitando de temperaturas mínimas médias abaixo das que ocorrem na região em estudo. Destaca-se que na época desses experimentos havia uma coleção de diversos cultivos de ameixa na estação experimental de Videira, coleção iniciada em 1972 (SANTA CATARINA, 1978). A ausência de frio suficiente, que pode causar anormalidades no ciclo desse cultivar, está associada a uma das doenças que pode atingir sua planta, incidente nos cultivos do Vale do Rio do Peixe – classificada como *xanthomonas pruni*. Constitui-se de um agente patógeno causador de bacteriose em frutas de caroço, disseminado em diversas regiões, em que determinadas condições climáticas favorecem seu desenvolvimento (SANTA CATARINA, 1978; PASA et al., 2016).

Deste modo, as condicionantes climáticas podem contribuir ou não para desenvolvimento de diversos cultivos, tais como o cultivo da ameixeira. Em que pese ser cultivo de clima temperado, mas que se caracteriza por um nível de exigência que pode estar associado às condições climáticas em que constitui espécie nativa (PEREIRA et al., 2010; LOSSO, 2010). Considere-se que uma das principais condicionantes climáticas com implicância para a fruticultura, no Vale do Rio do Peixe, se caracteriza por temperaturas médias de frio igual ou inferior a 7,2 °C, com total de horas de frio que normalmente não ultrapassam 650 horas/ano (PASQUAL, 1978; BRANDT, 2005; KLANOVICZ, 2019). A tolerância a geadas e chuvas também constitui fator importante que influi na prática da fruticultura de clima temperado, que caracteriza eventos climáticos significativos para disseminação dessa monocultura sob o viés intensivo-comercial, na região de estudo (OLINGER, 1970; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; SANTA CATARINA, 1978; 1981a; 1981b).

De acordo com os estudos da ACARESC (SANTA CATARINA, 1985), entre as frutas de caroço, a ameixa possuía melhor desempenho, em relação ao consumo *in natura* e preços no mercado. Considera-se que o risco de enfermidades nas plantações cooperou para o cultivo

moderado de ameixeiras, com redução de oferta da produção, o que pode ter contribuído para os melhores preços de comercialização (SANTA CATARINA, 1985). Registra-se de forma importante a produção, comercialização e consumo, sob intensidade moderada, no período entre as safras de 1983-1985 (SANTA CATARINA, 1985). Diferente de outras frutíferas, os registros de processamento industrial de ameixas são esparsos. Entretanto, Emerique (2008) destaca essa atividade como uma das atribuições da Cooperativa Agropecuária Videirense – COOPERVIL, na década de 1970.

No contexto da presente discussão, cabe analisar a prática do cultivo de videiras, que representa importante cultivar, dada sua associação tanto com a produção tradicional na região do Vale do Rio do Peixe quanto por sua importância industrial, pelas possibilidades do processamento da uva. Oportunamente foi destacado a produção de aguardente, vinhos e vinagres, partindo da produção em escala de menor monta<sup>31</sup>. De acordo com Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1981b), desenvolvidos sobre o cultivo da uva no estado de Santa Catarina, destaca-se que, “[a] maior concentração desta cultura no Estado está localizada na região colonial do Alto Rio do Peixe, composta pelos municípios de Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará, Rio das Antas, Salto Veloso, Arroio Trinta, Fraiburgo e Lebon Régis” (SANTA CATARINA, 1981b, p. 9). Desta forma, no zoneamento climático para o estado de Santa Catarina, aponta-se que o recorte regional selecionado para o Projeto de Olinger (1970) relacionado à região do Vale do Rio do Peixe, correspondia a uma das regiões consideradas preferenciais para esse cultivo. Embora esse fato, o mesmo estudo destaca que a prática com videiras possui grande amplitude geográfica no estado catarinense (SANTA CATARINA, 1981b). No contexto do Projeto de pomicultura (OLINGER, 1970) o cultivo de uvas foi, em princípio, pensado basicamente para o consumo *in natura*, bem como para produção de vinhos brancos e tintos, a partir de cultivos predominantes de origem americana e europeia (SANTA CATARINA, 1981b; ICHIKAWA, 2001; LOSSO, 2010).

Salienta-se que condicionantes climáticas apontadas no caso do cultivo da ameixa caracterizam parte dos desafios no cultivo de videiras, em que se destacam, como no caso anterior, a necessidade de selecionar cultivos mais resistentes aos fatores e elementos climáticos predominantes, enfrentados na prática do cultivo de videiras na região de estudo (SANTA CATARINA, 1981b). Destaca-se como parte das ocorrências relacionadas ao clima regional, a incidência de chuvas e calor, bem como umidade relativa do ar acima das médias/condições

---

<sup>31</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos agropecuários. *Op. Cit.*

preconizadas para as videiras. Aponta-se que nas pesquisas conduzidas pela Estação experimental de Videira, utilizou-se de cultivos com períodos de brotação e colheita alternados/parcialmente concorrente, por vezes coincidentes nestas características de estudo, entre si. Essas metodologias podem estar relacionadas tanto às características dos cultivos sob análise, quanto a experimentar seu comportamento ao longo de diferentes períodos/estações do ano, em que próximo de uma dezena de cultivos foram submetidos a essas avaliações (SANTA CATARINA, 1981b). Tais constatações corroboram com diversos estudos que discutem formas peculiares pelas quais os humanos procuram negociar com o meio natural condições e respostas apropriadas das agências não humanas a favor do empreendimento antrópico (GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019).

A constante busca por cultivos de uvas nobres, comparações entre vinhos de qualidade inferior e superior, induz a uma especialização constate do meio produtivo e industrial, transformando o produto agrícola, em produção de luxo. Tal discussão remete ao fato de que, os preços deixam de ser os preços relacionados ao mercado consumidor como destino comum, ensejando um incremento a mais, constituído pelo valor agregado a partir de regiões produtoras apropriadas pelos selos de garantia de qualidade e pela atividade turística e gastronômica (SANTA CATARINA, 1981b; ICHIKAWA, 2001; ROSA et al., 2004; LOSSO, 2010; LOSSO; PEREIRA, 2014).

Constata-se um movimento que ultrapassa as fronteiras do Estado nacional, com implicações e interações com condicionantes internacionais. O ensejo das proposições com fruticultura de clima temperado, no caso sob análise, o cultivo de videiras, de fato, permitiu ao país movimento de ingresso no circuito produtivo de vitíferas (LOSSO, 2010), cujo mercado compõe o que se entende pela apropriação de regiões sob especificidades singulares na produção de bens e divisas em contexto transnacional, em que não fica seguro que o Estado poderá usufruir de todos os ganhos pensados a partir de determinado território sob sua tutela (PECQUEUR, 2009).

Tal apontamento anterior, corrobora para a discussão em desenvolvimento, que procura recuperar o tema da fruticultura de clima temperado desde as proposições de Glauco Olinger. Por outro lado, se, pelo PROFIT (OLINGER, 1970), plantar frutas poderia significar enriquecimento da dieta nutricional na mesa dos brasileiros, tal como já discutido oportunamente – torna-se notório que, mesmo já havendo regiões tradicionalmente produtoras de frutas, que ações antecedentes ao projeto citado, como no caso do PLAMEG II (1966), a fruticultura não foi considerada, de forma incisiva, constando somente a viticultura. Tal fato

implica na constatação de que “[o] II PLAMEG levanta as prioridades na agricultura catarinense; milho, arroz, batatinha, mandioca, cana-de-açúcar, videira, tomate, suinocultura, gado leiteiro e conservação do solo. Novamente, a fruticultura - exceto a viticultura - não aparece como prioridade” (ICHIKAWA, 2001, p. 91). O PLAMEG II arrola-se entre as iniciativas da gestão/mandato do Governador Ivo Silveira – 1966 (ICHIKAWA, 2001). Entretanto, transporece com um aspecto tardio que apenas em 1968, na promulgação do PROFIT, é que a fruticultura recebe atenção relativamente consistente, no âmbito das práticas agrícolas no território catarinense. Tal fator permite pensar em caráter de prioridade emergente e de oportunidade, o contexto da proposta do Projeto de Olinger (1970), antecipado por lei desde 1968, conforme discutido, como na inclusão da maçã, por exemplo.

Evidencia-se que da videira se produz uvas de mesa, pastas diversas, vinhos de diversas qualidades, teores e paladares, com características que atendem a um mercado consumidor específico, para uma sociedade em transformação sob estímulo para formação de novos hábitos de consumo (LOSSO, 2010; KLANOVICZ, 2019). Neste processo, o produto inicial da videira, deixa de ser um bem meramente de caráter nutricional como inicialmente previsto (OLINGER, 1970), tornando-se produto significativamente competitivo e concorrido, convergindo para o que foi apontado pelos estudos de Losso (2010), nos quais discute o rearranjo mundial em produção/consumo do vinho, identificando que:

[a] reconfiguração da viticultura mundial vem ocorrendo desde a década de 1980, motivada por uma série de transformações no processo produtivo, na comercialização e no consumo do vinho marcado por aspectos socioambientais, a partir da segunda metade do século XX, tais como mudanças nos hábitos alimentares contemporâneos [...]. (LOSSO, 2010, p. 14).

É fato que, no Brasil, ações dos governos federal e estaduais procuraram normatizar o plantio de videiras para viticultura, com o propósito de criar marcos regulatórios para a produção e classificação do vinho (ROSA et al., 2004). A exemplo, destaca-se a implementação da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988<sup>32</sup>, em que, dentre outras providências, condiciona a importação de vinho somente por empresas previamente cadastradas em órgãos específicos, bem como impõe que os interessados em exportação da produção nacional, necessitariam vender no mercado nacional produto com as mesmas qualidades prescritas pelos países que importassem do Brasil. Além disso, a lei referida impôs necessidade de condicionar o plantio

---

<sup>32</sup> BRASIL. Planalto. Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988. Disponível em: [encurtador.com.br/xZ345](http://encurtador.com.br/xZ345). Acesso em: 20 jul. 2022.

de uva e produção de mudas para viticultura, a zoneamento prévio, a ser definido por decreto federal.

Pode-se compreender, a partir das análises empreendidas que, no contexto brasileiro também foi crescente o interesse pelo plantio de uvas de espécies direcionadas para a viticultura (ICHIKAWA, 2001; LOSSO, 2010, KLANOVICZ, 2019). Em parte dos casos, a atividade agroindustrial acabou por incorporar/condicionar importante parcela dos produtores rurais às normas e prescrições das empresas processadoras de uvas (LOSSO, 2010).

Observado como fato isolado, despertaria estranheza. Entretanto, considerado em seu contexto, é possível compreender que a fruticultura pode representar uma motivação oportuna e estratégica para alavancar um projeto de Estado sob significativa alteração em seu perfil populacional, tal como já discutido, sob vias da mudança de um país predominantemente agrícola, para um país sob forte urbanização. Essa mudança marca a transformação da sociedade, ensejando a formação de uma sociedade consumidora, a formar importante mercado interno (ICHIKAWA, 2001; LOSSO, 2010; KLANOVICZ, 2019).

Cabe, neste percurso que se pretende discutir a fruticultura de clima temperado, considerar o cultivo da macieira, pelos pressupostos que se elegeu destacar três cultivos, sob prioridade específica. Em princípio, destaca-se a prática do cultivo da maçã no contexto da região do Vale do Rio do Peixe.

Como pode ser constatado, houve uma atenção significativa direcionada para o cultivo da maçã (OLINGER, 1970). Entre os cultivos que foram destacados como prioridade para a presente discussão, o cultivo da macieira possui relevância peculiar, conforme se observa, pelo histórico da prática desse cultivo em caráter comercial. Constitui-se um dos carro-chefe da agricultura comercial de grandes lavouras no estado catarinense, sob vários aspectos, tais como discutidos por diversos autores (BRANDT, 2005, 2010c; EMERIQUE, 2008; MORETTO, 2016; KLANOVICZ, 2019). A literatura governamental oferece subsídios que necessitam ser destacados, para que seja possível apreender a percepção estatal sobre a prática proposta, no caso da fruticultura de clima temperado.

Nos termos da fruticultura comercial moderna, o cultivo da maçã desloca-se de uma produção com características empíricas para se constituir em uma prática profissional/empresarial, partindo-se de diversos elementos articulados entre si, quais sejam: importante incremento técnico, em forma de conhecimento acumulado, pesquisas elaboradas, experimentos continuados e implementos em recursos materiais tecnológicos e financeiros (WERNER, 1975; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982). Tais

iniciativas permitiram um crescimento exponencial em áreas cultivadas, entre os anos de 1970 e 1975, deixando a casa de algumas centenas de hectares cultivados para atingir patamares de milhares de hectares, no estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo que se acentuou a produtividade por área ocupada com o cultivo de maçã (WERNER, 1975), entre meados da década de 1970 e início da década de 1980. Tais fatores impuseram necessidade de uma cadeia logística que suportasse o ritmo de produção, bem como o constante aumento do consumo estimulado pela publicidade e propaganda (WERNER, 1975; KLANOVICZ, 2019). Como discutido anteriormente, neste período entre as décadas de 1960 e 1980/90, o Brasil se encontrava sob importante transição, entre o crescimento progressivo da população urbana, frente à crescente redução na população rural, proporcionalmente. De modo que se propõe apresentar um demonstrativo da extensão da área rural catarinense entre os anos de 1960 e 1995, conforme Tabela que segue (Tabela 6).

Tabela 6 - Extensão da Área rural em Santa Catarina com propriedade/direito reconhecido -  
[unidade: ha]

<b>1960</b>	<b>5 948 950</b>
<b>1970</b>	7 025 326
<b>1980</b>	7 473 777

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 1995/1996

Entretanto, cabe atentar para o fato de que não houve significativa alteração do perfil agrícola catarinense, a despeito de que o período de transição populacional não tenha refletido significativamente em redução na área agrícola, o que, dentre outras intercorrências, pode ter implicado em significativa concentração fundiária no período sob pesquisa (1970-1980), considerando que, de acordo com o IBGE<sup>33</sup>, Santa Catarina possui área equivalente a 95.730,690 km<sup>2</sup>. A comparação entre a área total do estado em relação à área disponível para a agrícola (utilizada ou não), pode-se pensar que importante porção do território catarinense estava em condições de uso agrícola, para diferentes dimensões de estabelecimentos rurais. A Tabela 7 representa esse período desta significativa transformação, conforme segue:

<sup>33</sup> IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-Estados/sc/>. Acesso em: 25 de ago. 2022.

Tabela 7 – Santa Catarina: proporção entre população urbana e população rural, 1960-1991

<b>Abrangência: Brasil   Unidade: percentual</b>				
<b>Período</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>
<b>População rural</b>	67,61	56,77	40,3	21,27
<b>População urbana</b>	32,39	43,23	59,7	78,73

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1950/2010<sup>34</sup>

Portanto, o perfil populacional, cuja maioria é de habitantes de áreas urbanas, a partir da década de 1980, pode ter oportunizado importante formação de mercado consumidor para produção agrícola intensiva, como no caso da pomicultura, além dos efeitos de precarização da sobrevivência daqueles que produziam para seu consumo itens que, neste novo contexto, precisariam ser adquiridos em casas comerciais.

No caso em discussão, sobre a consolidação do cultivo da maçã, pode-se considerar que houve um percurso de enfrentamento de adversidades constituídas, *a priori*, pelas características geoclimáticas, face à decisão de implementação do cultivo de clima temperado sob as condições fisio-geográficas predominantes na região do Vale do Rio do Peixe. Tais fatores implicaram em diversas adaptações no manejo com o cultivo da maçã, sob a necessidade de enfrentamento das distorções e deformação nas frutas (SANTA CATARINA, 1981a; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982). De modo que, após os primeiros resultados, se instituíram recomendações para o cultivo de macieiras nos seguintes termos:

Com base nos resultados obtidos, procurou-se descrever as onze cultivares mais plantadas no Estado, suas principais características e o comportamento das mesmas nas regiões mais elevadas dos Campos de Lages e na região do Vale do Rio do Peixe. Seu objetivo é o de oferecer uma contribuição sobre o estudo e o comportamento destas cultivares nestas regiões, a todos aqueles que se interessam por esta cultura no Brasil. (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982, p. 8).

Nota-se a abrangência a que se propuseram as orientações apresentadas pela EMPASC (SANTA CATARINA, 1981a; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982), ao considerar as possibilidades do plantio de maçã em nível nacional, indicando as regiões catarinenses mais favoráveis. Pode-se notar que nesse estágio de avaliação decorreu importante

<sup>34</sup> IBGE – Séries estatísticas. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em: 25 de mar. 2022.

período desde as proposições iniciais (OLINGER, 1970) até a observação do ciclo de resultados pretendidos, entre experimentos e seleção de cultivos, plantio das mudas, formação, amadurecimento e frutificação dos pomares de macieiras, na conclusão dos estudos citados (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982).

Corroborando para esta associação entre o período da implantação dos pomares e suas providências, o apontamento feito pelo órgão do estado catarinense, ao referir-se a espécies avaliadas em seus ciclos produtivos no período entre os anos de 1975 e 1978 (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982). Por outro lado, os termos da pesquisa e resultados apresentados pela EMPASC dispõem sobre a disponibilidade de mudas, bem como de amplo arcabouço de dados capazes de orientar com eficácia indivíduo e/ou empresas que pretendessem dispor desses serviços dos Campos experimentais. A possibilidade dessa parceria entre órgãos de pesquisa/empreendedores, converge com diversos estudos que discutem as funcionalidades das pesquisas no contexto das sociedades capitalistas, de modo que esses polos são capacitados a atender diversas demandas, no processo de acumulação capitalista, bem como demanda sobre territórios (ICHIKAWA, 2001; PECQUEUR, 2009; GREGG, 2010).

Partindo-se de dados apontados em diversas ocasiões, destaca-se parte dos fatores representativos de desafios importantes para a produção e comercialização de maçã, em que se discutem medidas para mitigar possíveis danos ou perdas na produção ou para a produtividade, conforme segue. Estudos realizados na região do Vale do Rio do Peixe, em experiências com macieiras, permitem compreender que, entre os principais desafios para essa prática regional, sobressaem-se os problemas na polinização e as temperaturas médias anuais. Estes fatores físicos ambientais impuseram diversas medidas de mitigação ou compensação em relação ao meio natural (SANTA CATARINA, 1981a; 1981b; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982).

A questão da polinização apresentou algumas peculiaridades e dilemas. Nota-se que, por diversas intervenções, compreendeu-se que a polinização pelos meios naturais, sejam ventos amenos/moderados e insetos visitantes, não produzia as condições necessárias para estimular a fecundidade das flores. De outra forma, mesmo os processos de aproximação entre agentes polinizadores e a planta a ser polinizada não trouxeram resultados imediatos esperados. Tais percalços foram seguidos por medidas tais como: distanciamento entre pés de maçãs sob limites considerados mais apropriados; quantidade de agentes polinizadores regulada pela demanda dos pomares; polinização manual, com importante combinação destes procedimentos coordenados entre si. Outra medida adotada foi a inclusão de espécies diferentes



daquelas predominantes nos pomares, de modo a facilitar o trabalho dos insetos, cujo destaque era sobre o trabalho das abelhas, pela adição de floração complementar. Quando os cultivos eram atingidos por algum agente patógeno, a aplicação de fungicidas e outros agentes químicos de combate a agentes patógenos ou doenças das plantações exigia significativo cuidado para que não afetassem a existência e atuação das abelhas (SANTA CATARINA, 1981a; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982). Quanto à questão climática, buscava-se contorná-la pelo uso de cultivos que ‘escapassem’ à possibilidade do excesso de chuvas, escolhendo-se cultivos cujo ciclo evolutivo fosse menos sensível à umidade e divergisse dos períodos mais sujeitos à ocorrência de chuvas. Métodos de mitigação e negociação técnica caracterizaram importante estratégia para superar riscos de chuvas em níveis pluviométricos de risco e ocorrência de geadas (RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; BRANDT, 2010c; KLANOVICZ, 2019).

A cultura da maçã pode ter representado, *a priori*, a arte de produzir maçã – cultivo de clima temperado, no estado de Santa Catarina, tal como discutido por Klanovicz (2019). O trabalho de técnicos, agrônomos, desenhistas, viveiristas e fogueteiros, profissionais dos quais se exigia perícia acurada e sensibilidade empírica, corrobora para a constatação de que, mais que plantar maçã, constituía-se em importante metodologia a serviço do empreendimento empresarial capitalista (BRANDT, 2005, 2010c; KLANOVICZ, 2019).

A fruticultura, nos termos desta discussão, passou por diversas provações; desde questões relacionadas a regular o tempo das plantas com tempo/fenômenos climáticos, percorrendo a necessidade de acionar determinadas agências não humanas e escapar a outras, convergem com o entendimento de que o caso das macieiras ensejou importante adensamento técnico no meio agrícola catarinense. Pode-se apontar para a ocorrência de dois fatos críticos nacionais que afetaram diretamente a produção da maçã e que implicaram em rupturas importantes no cultivo de macieiras, com destaque para o caso de Santa Catarina. Tais momentos críticos são discutidos por autores que desenvolveram suas pesquisas neste ramo das práticas agrícolas. Trata-se da crise do crédito ocorrida entre os anos de 1970 e 1980, pelo início do esgotamento do modelo de desenvolvimento praticado, com importante implicação sobre o setor macieiro (EMERIQUE, 2008; RAUPP, 2010; GOULARTI FULHO, 2012); da crise da maçã, protagonizada pelo embate em torno de questões fitossanitárias, no final da década de 1980 (KLANOVICZ, 2019). Tais fatos colocam a região do Vale do Rio do Peixe em evidência, por ser *locus* privilegiado historicamente no cultivo comercial de maçã, tal como discutido.

Essas questões precisam ser discutidas e analisadas como importantes elementos para a presente digressão.

Conforme discussões desenvolvidas ao longo dessa dissertação, destacou-se, por suposição, tendência para o surgimento de um Estado neoliberal que se confirmou a partir da década de 1990, com a progressiva abertura do mercado nacional sob diversos aspectos (GOUARTI FILHO, 2001, 2005, 2012; EMERIQUE, 2008; PECQUEUR, 2009; LOSSO, 2010). Entretanto, essa temática, em sua complexidade, escapa ao objetivo precípuo das reflexões e análises prioritárias para o presente trabalho. Cabe analisar com prioridade, parte dos aspectos que influenciaram o cultivo, a produção e comercialização da maçã catarinense.

Após os primeiros anos de implantação dos trabalhos de Olinger (1970), em todos os ciclos previstos para o modelo de desenvolvimento pensado a partir da fruticultura de clima temperado, iniciou-se um esgotamento desse modelo (EMERIQUE, 2008; GOULARTI FILHO, 2012). O endividamento do Estado nacional, ensejou que a política de crescimento econômico baseada em subsídios, incentivos governamentais e financiamentos precisaria passar por contingenciamento. Logo, ao se restringir o crédito, os termos pós-primeira fase do projeto (OLINGER, 1970), na qual também os pequenos e médios produtores recebiam suporte financeiro para o cultivo de maçã já discutidos, estavam sob ameaça. Neste novo contexto político-econômico, a prática da fruticultura pensada pela implantação de pomares de maçãs, sob certo aspecto, foi redirecionada para o empresariado do setor macieiro (EMERIQUE, 2008) que não possuía dependência crítica em relação a subvenções governamentais. Pode-se pensar que, pelas novas regras de conformidade, o perfil empresarial absorveria melhor os possíveis impactos das mudanças por vir. Tal crise marcou um período entre os anos de 1970 e 1980, de ascensão e declínio dos investimentos diretos estatais no desenvolvimento da fruticultura catarinense (EMERIQUE, 2008), demarcando significativo período crítico para os produtores de maçã, sobretudo, em Santa Catarina.

Como consequência da progressiva desregulamentação e retração estatal (GOULARTI FILHO, 2001, 2012), ao longo da década de 1980, os produtores brasileiros, em particular, os produtores catarinenses, passam a lutar por reserva de mercado e garantia de exportações (EMERIQUE, 2008; KLANOVICZ, 2019). Quanto às exportações, como já mencionado, haviam se iniciado na segunda metade da década de 1980 (EMERIQUE, 2008). Observa-se que esses fatores combinados entre si podem ter contribuído para o gradual protagonismo das grandes empresas produtoras de maçã a partir da década de 1980, principiado desde a crise do crédito durante os anos previstos para atuação do PROFIT (OLINGER, 1970).

O segundo momento crítico foi marcado pela crise fitossanitária. Considere-se que a prática dos pomares de maçãs necessitou de importante aparato humano, técnico-científico e de insumos para se tornar comercialmente viável, dentro do projeto de desenvolvimento de Santa Catarina, como demanda de um processo agrícola arrojado encampado, sobretudo, pelo empresariado agrícola (ICHIKAWA, 2001; EMERIQUE, 2008; BRANDT, 2010c; MORETTO, 2014, 2016, 2018; KLANOVICZ, 2019). Produtos tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, foram utilizados em larga escala, como parte das suplementações para implantação inicial dos pomares (WERNER, 1975; USHIROZAWA, 1978; RIBEIRO; CAMILO; PETRI; PEREIRA; CAMELATTO, 1982; KLANOVICZ, 2019), adicionais a outros instrumentos e equipamentos num aparente combate contra a natureza (BRANDT, 2010c). Dessa forma, propunha-se repelir ‘inimigos poderosos’ por intermédio dos meios mais avançados para a época, tais como o uso de radares meteorológicos importados, para prover alerta antecipado da formação de granizo (BRANDT, 2010c; KLANOVICZ, 2019), bem como o uso, em sequência, dos foguetes antigranizo, tal como se observa na Figura 19.

Ademais, o evento do granizo e uso de tecnologias para sua dissipação poderiam representar, para parte da população do entorno dos pomares de maçã, uma espécie de show pirotécnico, enquanto para outros, infligir apreensão visto sob o viés de um “combate” barulhento à dita ameaça da precipitação de granizo, uma particular construção de um cenário de medo. Nesses casos, alertas emitidos para as possibilidades de temporais desta magnitude podem ter contribuído para o medo e ansiedade pelos cuidados da integridade das propriedades particulares. Sob esforço de comparação, o caso do uso de pulverizador de agrotóxicos nos pomares, tal como discutido por Klanovicz (2007, 2019), constitui, em período concomitante, o mesmo assombro, pelos riscos de contaminação; pelo que se constatou cuidados especialmente com as vilas mais próximas dos pomares de se tomarem medidas de proteção, no período de atividade de máquinas pulverizadoras. Logo, a comunidade que se beneficiava de empregos, renda e outras benesses próprias do processo agroindustrial da fruticultura de clima temperado, convivia, de forma substancial, com um contexto de medo e incertezas, tal como discutido, em Tuan (2005) e Delumeau (2009), na análise sobre a constituição e os elementos representativos de uma paisagem do medo. Neste real combate ao granizo, não era suficiente apenas possuir os meios ativos para neutralizá-los. Eram necessários meios passivos para a previsão de sua iminente ocorrência ou possibilidade.

Seguem a ilustração da base/rampa de lançamento dos sistemas de foguetes de combate à queda de granizo sobre os pomares da região de Fraiburgo (Figura 19) e, em seguida, de um

foguete mais simplificado sendo manuseado pelo profissional chamado de fogueteiro (Figura 20).

Figura 19 - Rampa de lançamento de foguetes, em um pomar de maçãs



Fonte: FREY, 2004, p.79

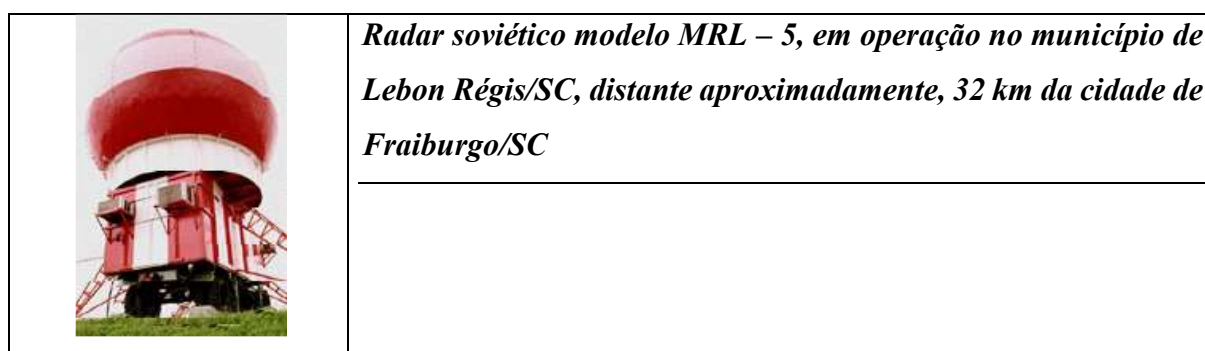
Figura 20 - Foguete e seu operador de preparo em um pomar de maçãs



Fonte: GLOBO RURAL, 1986 apud BRANDT, 2010c, p. 10

O alerta antecipado, preconizava ser um alerta de detecção de granizo, por radares, não de defesa aérea convencional, comuns nos conflitos militares, mas sim, radares com frequência e comprimento de ondas apropriados para funções meteorológicas<sup>35</sup>, capazes de prever a formação e possível aproximação/precipitação de granizo (Figura 21), representando esse fenômeno da natureza, importante risco para os grandes pomares na região do Vale do Rio do Peixe.

Figura 21 - Radar de detecção/prevenção a precipitação de granizo na região de Fraiburgo



Fonte: AGF, 2003. Apud Brandt, 2005, p.135.

Pode-se notar relevante esforço em minimizar a importância de fenômenos atmosféricos/meteorológicos severos, tal como no caso que se considerou inicialmente de menor importância a queda de granizo na região do Vale do Rio do Peixe (BRANDT, 2004a; 2010b). Ao referir-se, em particular, à região de atuação do Projeto de fruticultura de clima temperado, o autor do projeto manifesta o entendimento de que “[...] a ocorrência de granizos é esporádica, não chegando a causar maiores prejuízos aos agricultores” (OLINGER, 1970, p. 23). De modo que, quando os grandes pomares estavam formados aflora a emergência por elaborar ações contínuas na tentativa de mitigação dos danos sobre os pomares, particularmente, em Fraiburgo, de tal modo que,

<sup>35</sup> Sobre o Radar MRL – 5: O MRL-5 (Meteorologischer RadioLokator, Cyrillic: Метеорологический РадиоЛокатор, МРЛ) é um radar multifrequência que opera na banda S (horizontalmente polarizada) e na banda X (verticalmente polarizada) simultaneamente. O radar foi desenvolvido para uso em regiões climáticas tropicais e subtropicais. É um radar de pulso clássico, não coerente, com um magnetrão cada um como transmissor. Na banda S, a antena opera como uma antena Cassegrain com um diâmetro de 4,5 m. O espelho auxiliar da antena Cassegrain tem um diâmetro de 1,5 m e funciona como o refletor principal para a faixa X. O radar foi desenvolvido de 1970 a 1972 e foi substituído pelo DMRL-C após cerca de 40 anos de operação. As variantes MRL-4 (banda X) e MRL-6 (banda S) usam cada uma apenas uma faixa de frequência. Como o MRL-5, eles foram usados para advertências climáticas severas. Disponível em: <https://www.radartutorial.eu/19.kartei/10.weather/karte034.pt.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

[...] métodos automatizados de irrigação “combatiam” a seca; sistemas de detecção e intervenção “combatiam” o granizo – as “chuvas de pedra” – com estratégias militares (uso de radares e bombardeio de nuvens por foguetes, inicialmente importados da França e Suíça e, depois, da União Soviética); focos de incêndio serviam para “combater” geadas em setembro, época de florescência das plantas; tratamentos fitossanitários radicais “atacavam” fungos e doenças. Além disso, havia métodos para desviar cursos d’água e uma logística eficientíssima em época de colheita. (KLANOVICZ, 2010a, p. 76).

Desta forma, o controle sobre os eventos atmosféricos, artifício que transpareceu desejável, em especial, pelos principais desafios, isto é, ocorrência de queda de granizo e ausência de horas de frio suficientes para a prática da fruticultura de clima temperado (BRANDT, 2010c, KLANOVICZ, 2010a, 2019), não se concretizou como fato consumado. Entretanto, o controle restrito dos efeitos dos fenômenos meteorológicos aprimorado pelos radares com dupla função – previsão do tempo de curto prazo, detecção de formação de granizo – foi possível durante determinado período, pelo conjunto de sistemas automatizados, na instalação dos radares soviéticos, anteriormente citados, e seus sistemas de dissolução ou combate à precipitação dos cristais de água, granizos (BRANDT, 2004a, 2010c; KLANOVICZ, 2010a, 2019).

Entretanto, inimigos mais discretos, porém, tão nocivos quanto, poderiam representar significativa ameaça para cultivos relativamente frágeis, como no caso da infestação por formigas, noticiada na Revista Celeiro Catarinense, em que, novamente se previa uma batalha no campo agrícola entre as agências humanas e não humanas (KLANOVICZ, 2007; 2019), como se pode conferir na matéria do periódico:

São consideráveis os danos que as formigas causam, prejudicando pastagens, cultivos forrageiros, plantações de cereais, árvores florestais em sua primeira fase de crescimento, árvores frutíferas, cítricos, vinhedos, hortas, etc. É nas explorações intensivas que a luta contra a formiga deve ser travada de forma constante e efetiva. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. 16).

Além das formigas, constatou-se danos recorrentes pela presença massiva de lebres, quando já os pomares vicejavam, particularmente, em Fraiburgo (KLANOVICZ, 2007). Tal ocorrência, provocou emergências contingenciais, de modo a ensejar a caça a esse pequeno e ligeiro animal capaz de provocar estragos relevantes nos pomares de maçã, regionais. Neste ínterim, se instaura importante crise no setor/sistema produtivo de maçãs catarinense, relativo à questão fitossanitária. O debate irrompeu em torno do uso de agrotóxicos/inseticidas fosforados e os violentos efeitos para a saúde humana a eles atribuídos. Consta regulação do uso desses agentes químicos pelo Ministério da Agricultura brasileiro desde o ano de 1985

(KLANOVICZ, 2019). Configurou-se tal embate, com a participação de diversas agências empresariais e órgãos corporativos, com implicações sobre a atividade na região do Vale do Rio do Peixe, amplamente discutidos pelos autores anteriormente citados (BRANDT, 2010c; KLANOVICZ, 2019). Destacam-se medidas governamentais para resolver crescente preocupação com agentes químicos utilizados na agricultura, em que,

[e]m julho de 1989, poucos anos depois do lançamento de um pacote legal que instituía o “crime ecológico” no Brasil, proposto pelo então presidente da República, José Sarney, a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná apreendeu uma carga de maçãs que foram submetidas à análise em laboratório. (KLANOVICZ, 2019, p.127).

Foi suficiente elemento desencadeador do estopim da crise: após análises laboratoriais, apontou-se a presença, sob índices não permitidos, do Dicofol, um dos fungicidas sob restrição de uso desde 1985, de acordo com o autor supracitado. Mercadorias apreendidas foram atribuídas por suspeita a produtores catarinenses, fazendo aflorar um ambiente de relevante desconfiança quanto à eficiência dos métodos fitossanitários praticados no cultivo dos pomares, ensejando outra guerra: das narrativas, que tomou as manchetes, com participação importante das empresas de Fraiburgo (KLANOVICZ, 2019).

Observa-se que o fato oportunizou diversas críticas internas e externas, ameaçando a cadeia produtiva catarinense, dependente da produção de maçã, e por decorrência, pode-se pensar até mesmo a atividade com fruticultura catarinense. Meios de comunicação, com destaques sob viés alarmante da informação, de conotação depreciativa sobre o consumo de maçã, ensejou desentendimento comercial entre produtores brasileiros e argentinos, pela exigência dos brasileiros de restringir a importação de produção argentina, com correspondente reação (KLANOVICZ, 2019). Neste contexto, a maçã brasileira implica na maçã catarinense.

As reações da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã – ABPM, articulada com produtores catarinenses, elaborou seu discurso triunfal, em reafirmação à segurança da produção e consumo da maçã nacional, como medida de mitigação das perdas que representou o incidente no estado do Paraná, no final da década de 1980, em que se apurou um prejuízo aos produtores de maçã, na ordem de Ncz\$ 1 milhão (KLANOVICZ, 2019, p.133).

Pode-se atribuir ao incidente o despertar da percepção popular de que o plantio de maçã como uma arte (HAESBAERT, 2010; KLANOVICZ, 2019) – a arte/cultura de produzir maçã, exigia intensa aplicação da indústria química e de insumos, em geral (MAZOYER; ROUDART, 2010). Subsidiariamente, contribuiu para confirmar que a relação entre humanos e não humanos, no contexto da agricultura especializada, pode implicar na constatação de limites da capacidade

técnica em lograr sucesso ou ser plenamente exitosa sobre o meio natural, sem riscos implícitos, ensejando novas estratégias humanas nas proposições intervencionistas sobre o meio natural (GREGG, 2010; KLANOVICZ, 2019).

Finalizando as considerações até aqui desenvolvidas, pelas contribuições de diversos autores, se pode afirmar que, de fato, as ações estatais possuem importante prerrogativa e protagonismo nas implicações intervencionistas humanas sobre o meio natural. Constitui-se em importante agente de transformação solidário às sociedades em diferentes períodos e sob diversos aspectos, sendo capaz de impor importantes alterações nas formas de apropriação, ocupação e uso dos espaços, de modo a transformar significativamente a dinâmica territorial. Tais reflexões podem se ancorar na constatação sobre a relação entre a fruticultura e as alterações da matriz produtiva regional no Sul do Brasil, em que, de modo geral, ocorre como se afirma que<sup>36</sup>

[a] permanência do crescimento da área agrícola do Sul prende-se, então, à diversificação de linhas de produção que abrange, também, a lavoura permanente, como é o caso da fruticultura de clima temperado, com ênfase na produção de maçã. Em 1985, o Sul concentrou 92,9% da produção total de maçã no Brasil contra 7,1% do Sudeste, que é a outra região produtora de maçã no País. O cultivo da uva, no elenco de lavouras permanentes, é um outro exemplo de substituição de usos da terra. E essa cultura, à semelhança do que ocorre com a maçã, passa a ocupar áreas tradicionalmente de pecuária, também se desenvolvendo em moldes empresariais. (SILVA et al., 1990, p.220).

Por fim, analisar os diversos contextos implicados a partir da prática da fruticultura de clima temperado de viés comercial, iniciando-se na região do Vale do Rio do Peixe, permitiu compreender que a dimensão macrorregional – da iniciativa protagonizada, inicialmente, a partir de Videira (OLINGER, 1970) – pode ter, de fato, assumido dimensões territoriais para além dos limites do estado de Santa Catarina, entre outras implicações, quanto à destinação dos recursos materiais, técnicos, de pessoal, direcionados para uma finalidade específica, a partir do Projeto (OLINGER, 1970; ICHIKAWA, 2001; SILVA, et al., 1990; EMERIQUE, 2008).

---

<sup>36</sup> Conforme: SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil:** região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2, p. 219-259.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num breve esforço de síntese, considera-se importante evocar as discussões elaboradas, a começar pelo Capítulo “O processo de ocupação do território catarinense”, que oportunizou compreender que a questão agrícola possui complexidades, tanto de periodização, contextualização, quanto de conceitos preponderantes, sob continuado aperfeiçoamento no campo analítico. Entretanto, a partir do diálogo elaborado entre as concepções de autores e suas obras, tais como Santos (1992), Mazoyer e Roudart (2010) e Gregg (2010), tornou-se viável, ainda que de forma limitada, com os próprios autores apontam, refletir sobre parte dos processos que originaram o fazer agrícola ao longo da história humana, enquanto vincula-se este fazer à própria história da humanidade, em razão de seu constante aperfeiçoamento técnico, atendimento a demandas de manutenção da espécie, ao mesmo tempo em que as próprias sociedades criam ou elaboram novas demandas, por vezes, supérfluas.

Desta forma, a ideia da natureza como fonte originária dos bens ditos necessários se mantém ao longo de importante período histórico, desde as sociedades mais arcaicas às mais desenvolvidas, perpassando períodos desde a ancestralidade humana até a forma como se entende ou se constitui o atual momento, em abrangência global. Não se encontra sugestão favorável de nenhum dos autores ao cataclisma ou à extinção da espécie humana. Nota-se convergência entre os autores, por vezes implícita, e em outros momentos explícita, pela qual se observa importante simetria nas discussões, que por caminhos, frequentemente alternativos podem proporcionar significativos elementos de reflexão sobre o passado e o presente da história da humanidade, que sobrepunha seu ambiente, em parte, imponente, ao ponto que, pelo conceito da utilidade e da funcionalidade, torna-se complexo desenvolver um viés demasiadamente otimista.

Entretanto, pode-se perceber que há caminhos para coexistência sem ambiguidades e dicotomias entre humanidade e natureza, pelo fato de que um contém e está contido no outro, numa relação de perene interdependência tal como se pode pensar pelas constatações e considerações de Gregg (2010), pelas suas contribuições a partir da história agroambiental. De modo que, sem exagero, pode-se considerar significativa imbricação tanto com importantes concepções elaboradas por Santos (1992) quanto pelas significativas elaborações de Mazoyer e Roudart (2010), permitindo conceituar e posicionar a possibilidade de íntima relação entre economia e ecologia, sobretudo, nas sociedades atuais.

Pelas reflexões elaboradas no capítulo intitulado “A construção da “vocação agrícola”, a partir das contribui es de autores tais como Goularti Filho (2001), Haesbaert (2010), Silva & Hass (2017) e Andrioli (2020), Klanovicz (2019), discutiu-se sobre parte dos elementos que contribuíram para a constru o se sentidos, cujo propósito foi manifesto na emergência em prover meios de dinamizar, qui a, diversificar a economia na Mesorregião Oeste Catarinense (KLANOVICZ, 2019; MORETTO E BRANDT, 2019), cuja prioridade e foco da presente análise foi discutir os processos ocorridos na região do Vale do Rio do Peixe. Deste modo, foram elaboradas análises em torno da importância das diferentes formas discursivas e projetos governamentais operacionalizados na região de estudo e entorno regional (DOS SANTOS, 1997; PECQUEUR, 2009), que favoreceram profundas transforma es socioculturais e socioambientais. Pode-se entender o modo como o progresso técnico associado ao processo do discurso de moderniza o agrícola, acabaram por obter relevante êxito, pela captura dos elementos humanos para o interior dos processos ditos de moderniza o da agricultura (KLANOVICZ, 2019; LATOUR, 1994). Nota-se que houve importante associa o entre elementos e práticas de aspecto cultural, articulados com mobiliza o de setores da sociedade agrícola-agroindustrial, em que se utilizou desde os avanços em pesquisas direcionadas ao pretendido progresso econômico, até a elabora o e aglutina o de festividades e eventos alusivos   causa da transforma o agrícola, ainda que indiretamente. No desfecho desta discussão, foi possível apontar como essas convergências favoreceram, a seu tempo, o Projeto de fruticultura de clima temperado, proposto no âmago do PROFIT.

Vale destacar, que as metodologias utilizadas pelos agentes hegemônicos, tipificados nas articula es público-privadas, viabilizadas através de importantes projetos sob convergência de interesse, não foram caso único ocorrido na região de estudo. A exemplo, transparecem como práticas reincidentes e úteis para a finalidade de implementa o de projetos que demandam envolvimento coletivo e mobiliza o de massas, recorrer-se a feiras de negócios e eventos de grande público como instrumento e oportunidade para a produ o de consenso (SILVA & HASS, 2017; HERÉDIA et al., 2018; NODARI et al., 2022). Entretanto, tal como pode-se pensar a partir da contribui o de diversos autores que foram selecionados para tais reflexões, ao tentando unir partes que, em outros contextos, poderiam estar desarticuladas entre si, os proponentes de consensos se expuseram às peculiaridades e às fragilidades de elementos voláteis, uma vez os atributos consensuais hegemônicos podem ter como objetivo unir diferentes perspectivas de interesses nas localidades em que ocorrem.

No Capítulo “As práticas da fruticultura no Vale do Rio do Peixe”, destaca-se o estudo de caso específico sobre o *locus* privilegiado – a região do Vale do Rio do Peixe, sobretudo, tendo o município de Videira como polo irradiador do projeto de Olinger (1970). Analisou-se as características diferenciadas de modernização agrícola no contexto de uma revolução no ambiente rural catarinense, com destaque para a proeminência de atores estatais cujas capacidades individuais se notabilizaram pelo pragmatismo técnico-científico e gerencial, próprios dos campos de atuação que demandam conhecimentos específicos direcionados para um propósito arrojado, apoiado pelos governantes estaduais catarinenses. Entretanto, não passa despercebido que esses personagens, investidos de importante autonomia no contexto de um Estado brasileiro sob o regime militar, projetaram saberes pessoais sobre abrangente área geográfica, conferindo-lhes a condição de tecnocratas, pessoas por meio das quais se permitiu a confluência entre a visão política do funcionamento do Estado, com importante capacidade de abstração técnica, a ponto de se tornar viável projeto público sob viés político-empresarial como o PROFIT, a partir do seu idealizador, Glauco Olinger (1970) e possíveis colaboradores.

A convergência de fatores dessa magnitude possibilitou importantes transformações no meio agrícola. O elemento da técnica foi pensado, em primeiro momento, pela possibilidade de fazer prevalecer a ideia da fruticultura de clima temperado sob concepção empresarial, contra diversas condicionantes adversas. Entretanto, pode-se pensar que foi considerada a possibilidade de controle do próprio ambiente natural sob importantes desafios, à época, porvir. Estratégias de controle ou mitigação de eventos climáticos críticos foram implementadas, como no caso do enfrentamento ao granizo, pela abordagem científica da avaliação prévia provisionada por radares de aplicação sobre o campo atmosférico. Desta forma, o que se evidenciou foi uma peculiar interferência sobre o fazer agrícola no estado de Santa Catarina, que pelos aspectos gerais que o caracterizaram, diferencia esse momento arrojado da agricultura catarinense em comparação com os métodos que foram implementados em outras unidades da federação, tal como o que se pode constatar pelos movimentos em torno da modernização agrícolas ocasionados nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, sobretudo pela significativa diferença entre a lavoura temporária e a permanente, como neste caso se constituiu a pomicultura catarinense. Observa-se que, por uma obra de engenhosidade audaz, concretizou-se uma conjunção de oportunidades sobre o mesmo ideário de implantação da pomicultura, a partir de práticas socioculturais pretéritas, inicialmente rudimentares, pelo cultivo de frutas originárias de regiões de clima frio, como a ameixa, a uva e a maçã, em particular. De modo que, a partir dessa experiência inicial relacionada a práticas tradicionais de uma sociedade local

– que se tornou predominante pela chegada de levas de imigrantes, particularmente ítalo-brasileiros – observa-se pelos discursos que se conjecturou a possibilidade de plantar frutas de clima temperado em grandes áreas de monocultura com lavoura permanentes, permitindo pensar na substituição do cultivo de grãos pela formação de pomares, propondo-se, inclusive, ocupar áreas até então destinadas a pastagens pela atividade pecuária. Tal ato pode ter inaugurado um feito inédito, diminuindo significativamente a possibilidade de rotatividade do uso do solo pela atividade agrícola e outras atividades alternativas, pela especialização do meio rural. A partir desse ponto, oportunismos privado-estatais convergiram, introjetando-se no âmbito das comunidades afins, envolvidas na ideia de progresso com importante aporte estatal, em que se nota como grande beneficiário o empresariado que, operando em importante sinergia, diversificou seus investimentos sob garantias e aportes financeiros e parcerias junto ao Estado, sobretudo, o Estado nacional.

Desafios específicos foram temporariamente minimizados pelo bem do pretendido progresso regional, fazendo emergir importantes parcerias empresarias de diferentes ramos, do agroindustrial ao setor de bens de uso, formando um conjunto de ações sob características, à época, assemelhadas a articulações em redes de menor ou maior intensidade. Aos beneficiários, aos partícipes desse processo, permitiu-se significativo acúmulo de capital como no caso da Perdigão e das empresas da família Frey, na cidade de Fraiburgo e entorno regional, assumindo hegemonia e preponderância político-econômica notável, em certa medida, projetando-se para fora do estado catarinense pela necessidade de mercado consumidor. Tais fatores oportunizaram a criação de sistemas dedicados e outras estruturas necessárias para sua operacionalização continuada, absorvendo sobretudo, a noção de pertencimento de coletividades que supostamente encamparam o projeto de novos tempos para a região do Vale do Rio do Peixe. Dessa forma, a capacidade de perenização dos feitos que lograram expressivo êxito na região do Vale do Rio do Peixe foi reverberada como fato auspicioso por uma sociedade em transformação. Logo, tais apontamentos convergem para configurar a capacidade estatal em implementar e/ou facilitar importantes alterações sobre a ocupação e uso do território.

O que se mostra como mais concreto é que as fórmulas são repetidas com significativa recorrência. Pode não haver necessariamente coisa inovadora, mas de fato se torna novo e inovador, devido, por vezes, a um aparente acolhimento e convencimento de que assim se faz. O discurso pode acabar sendo absorvido como prática nova, sob momentâneo descuido pessoal. Deste modo, quem observa e quem faz acontecer, participam, ainda que de forma limitada, do discurso do que pretende ser surpreendente, porém, não tanto quanto pode parecer. E assim, se

faz necessário pensar um pouco mais sobre as reflexões de Latour (1994, 2001). Pode ser uma questão de perspectiva conveniente.

Portanto, essa temática necessita ser mais amplamente discutida a partir de outras reflexões que possam, em tempo, expor outras fragilidades do sistema produtivo capitalista sob importante emergência que, dado o objeto específico da presente dissertação, não se pode discutir com mais profundidade. Por fim, entende-se que, como uma pequena lupa, entre tantas outras, pode essa reflexão auxiliar para a continuidade das análises sobre a relação entre agricultura empresarial, meio ambiente e demais demandas da sociedade sob acelerado processo de transformação, em particular, desde a urbanização do período de estudo, e da tecnificação da agricultura, em particular, pós-metade da década de 1980. Convém apontar para duas questões imprescindíveis, a saber: a espécie humana, que assumiu amplo controle sobre o ambiente natural, constitui-se como uma espécie que não se pode dizer superior, mas com importante capacidade de extrair do seu *locus* de pertencimento o máximo que lhe fosse possível, inicialmente, para sua sobrevivência e manutenção (MAZOYER; ROUDART, 2010), conforme discussões contíguas elaboradas por Santos (1992) e Gregg (2010). Por outro lado, a capacidade de alterar o modo de ocupação, uso e destinação do ambiente natural se materializou, em hipótese, no fato de que campos destinados à atividade pecuária, bem como áreas de cultivos de lavouras temporárias, tenham se transformado em importantes empreendimentos empresariais, destinados à lavoura permanente, na prática da fruticultura de clima temperado. Resultado cujo enredo inicial pode ter partido, *a priori*, das experiências que lograram expressivo êxito no Vale do Rio do Peixe, em articulação com ações nos mesmos moldes em outros contextos regionais do Sul do Brasil.

Por fim, pelas contribuições destacadas, pode-se assegurar que houve alteração da paisagem, no contexto das propostas de diversificação da matriz produtiva nacional, com repercussões sobre as relações comerciais entre o Brasil e parceiros comerciais internacionais, entre as décadas de 1970 e 1980. De modo que importa continuar discutindo as metodologias recorrentes; antigas conhecidas, necessita-se atribuir atenção particular sobre como se pode encontrar caminhos de convivência com a natureza e garantir alimentos para uma população mundial em franco crescimento e já relativamente urbanizada em nível global.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. S. Código Florestal Brasileiro e Código Ambiental de Santa Catarina: legislação a favor do lucro. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 2, p. 471-480, 2012.

ANDRADE, Mário de. **De Paulicéia desvairada a café**: (poesias completas). São Paulo: Círculo do Livro, 1986. 374 p. (1).

ANDRIOLI, Marina. **Celeiro Catarinense**: a agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2020.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Paraná**: 1858. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

BIGARELLA, João José. **Estrutura e origens das paisagens tropicais e subtropicais**. vol. 1. Florianópolis: UFSC, 1994.

BIGATON, I. C.; MAIA, C. M.; RANDOLPH, R. As múltiplas divisões territoriais da região do Alto Uruguai catarinense e sua (des) articulação. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017, Santa Cruz do Sul. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.

BRANDT, Marlon. **“Frey” burgo**: acumulação de capital no setor macieiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – UNESC. Florianópolis, 2004.

BRANDT, Marlon. Notas sobre a detecção e a prevenção do granizo nos pomares de maçã do município de Fraiburgo - SC. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 83-95, dezembro de 2006, p. 139. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/viewFile/209/171>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRANDT, Marlon. A criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safra) e o início da pomicultura em Fraiburgo–SC, na década de 1960. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, Nº 01, p. 27-41, jun. 2005.

BRANDT, Marlon. O espaço rural dos campos do Planalto na Chorographia de Santa Catharina. **História: Debates e Tendências** - v.9, n.1, jan/jun. 2010a, p. 218-231. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3217>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRANDT, Marlon. Dos pinheirais à “terra dos triguais”: colonização e transformação da paisagem - Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 195-208, set. 2010b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16141/9084>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRANDT, Marlon. "As armas da maçã brasileira": tecnologia e conhecimento tradicional na detecção e prevenção do granizo nos pomares de maçã do município em Fraiburgo- SC. In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2010c, Florianópolis. **Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações - Florianópolis - SC? Brasil, 2010.** p. 97-112.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos.** São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96449>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BUENO, L.; DIAS, A. **Povoamento inicial da América do Sul:** contribuições do contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 29, n. 83, p. 119-147, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/105060>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARBONERA, Mirian. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e o início do século XXI. In: Mirian Carbonera, Pedro Ignácio Schmitz. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense:** arqueologia dos povos indígenas, 1ed. Chapecó: Argos, 2011, v. 1, p. 17-46.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator UFC,** Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, jan./abr. 2010.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do XVIII. **Varia História.** Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. Jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fjVDntCXfKTRPX9DDL7HfGy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico:** a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Revista Estudos Históricos,** v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELUMEAU, Jean. **Histórias do medo no ocidente 1300-1800:** Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, L. C.; Santarosa, V.; Augusta, T. Configuração geográfica dos maiores grupos comerciais e industriais no Brasil: redes de associações no século XXI. In: Leila C. DIAS;

Rogério L. L. da Silveira. (Org.). *Redes, Sociedades e Territórios*. 3ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2021, v. 1, p. 337-363.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2008.

DOS SANTOS, Lucy Woellner. A pesquisa agrícola em Santa Catarina, Uma visão Histórica de sua Organização. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 12, n. 26, p. 30, 1997. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2017/05/pdf\\_62860bc147\\_0000014842.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/05/pdf_62860bc147_0000014842.pdf). Acesso em: 18 jun. 2021.

EMERIQUE, Lucas Possedente. **O desenvolvimento do setor maciêiro no Sul do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

EPAGRI. **Empasc 1975 / Epagri 2005: 30 anos de pesquisa agropecuária institucional**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2005.

EPAGRI. **Epagri - 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2016. 126p. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/documentos-institucionais/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FACHINELLO, José Carlos, et al. Situação e perspectiva da fruticultura de clima temperado no Brasil. **Revista brasileira de fruticultura**. Jaboticabal. SP. v. especial, 2011.

FERRARI, Maristela. **Conflitos Políticos na Definição dos Limites entre o Brasil e Argentina: a Questão de Palmas ou Misiones (1857 e 1895)**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. *Por uma Geografia Latino-Americana: Do Labirinto da Solidão ao Espaço da Solidariedade*, 2005. v. 1.

FREY, Willy. **Fraiburgo, berço da maçã brasileira**. 4. ed. Curitiba: Sépia Editora, 2004b.

GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas regionalizadoras e o mosaico Cultural Catarinense**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GONÇALVES TERRERI, L.; MAI VELASCO, J.; NODARI, E. Cultura e tradição. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 39, p. 30-49, 25 jan. 2022.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285604>. Acesso em: 29 abr. 2019.



GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v.26, n.1, p.627-660, jun. 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 11, n. 22, nov. 2012.

GREGG, Sara M. Cultivating an Agro-Environmental History. In: SACKMAN, Douglas C. (ed.). **A Companion to American Environmental History**. New York: Blackwell, 2010. p. 425-441.

HAESBAERT, R. 2004a. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HERÉDIA, V. B. M. A industrialização e a imigração europeia no Sul do Brasil. In: Alcides Beretta Curi. (Org.). **Artesanos de dos mundos: diálogos y problemas de investigación**. 1ed. Montevideo: Universidad de la República, 2018, v. 1, p. 171-188.

ICHIKAWA, Elisa Y. **O Relacionamento Instituto de Pesquisa – Setor Produtivo: Um caso de mudança organizacional na pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Tese em Engenharia de Produção – UFSC. 2001

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2008.

KLANOVICZ, J. **Natureza corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960 1990). 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

KLANOVICZ, J. Toxicidade e produção de maçãs no sul do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 67-85. jan.-mar. 2010a.

KLANOVICZ, J. Corrigir os erros da natureza: húbri, conhecimento agrônômico e produção de maçãs no sul do Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 131-145, 2012.

KLANOVICZ, J. Georges Delbard e a trajetória da fruticultura de clima temperado no sul do Brasil. **Revista Expedições-Teoria da História e Historiografia**, v. 7, p. 98-118, 2016. Disponível em: [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/5498](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498). Acesso em: 25 mai. 2021.

KLANOVICZ, J. A maçã ou o momentum devastans das florestas em Fraiburgo, Santa Catarina. In: Eunice Sueli Nodari; Miguel Mundstock Xavier de Carvalho; Paulo Afonso Zarth. (Org.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 98-112.

KLANOVICZ, J. **Natureza corrigida**: uma história ambiental da maçã moderna no Brasil. 1. ed. São José/SC: Sobre o Tempo, 2019. v. 300. 181p. e-book Edição do Kindle.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOURE, Bruno. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOHN, Reinaldo Lindolfo et al. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997.

LOSSO, F. B. **A produção de vinhos finos de altitude na região vitivinícola de São Joaquim (SC)**: uma alternativa para o turismo? Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2010.

LOSSO, F. B.; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. A vitivinicultura de altitude em Santa Catarina (Brasil): espaços privilegiados para o turismo. **Turismo e Sociedade**, v. 7, p. 400-418, 2014.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva; ROITMAN, Fábio Brener. Fruticultura: a produção de maçã no Brasil. Informativo Técnico SEAGRI, Rio de Janeiro, n.2, p. 1-12, nov. 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (Acca Sellowiana) do século XIX ao século XX**. Tese (doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2014.

MORETTO, Samira Peruchi. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX. **História Revista**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v.22, n.2, p.107-120, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/57834/32923>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MORETTO, S. P. Um fruto à sombra das araucárias: a feijoa (Acca sellowiana) brasileira e uruguaia. In: Eunice Sueli Nodari; Paulo Zarth; Miguel Mundstock Xavier de Carvalho. (Org.). **Fronteiras Fluidas**: Florestas com Araucárias na América Meridional. 1ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, v. 1, p. 171-185.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 82 p. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

NIMER, Edmon. Clima. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. V.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

NODARI, Eunice. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: Universidade Federal de Passo Fundo, v.9, n.1, p.134-149, 2009.

NODARI, Eunice. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem em Santa Catarina. In: Nodari, Eunice; Klug, João (org.), **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.35-53.

NODARI, Eunice; ZARTH, Paulo Afonso . Natureza sem limites: observações de viajantes no território de Misiones. In: Eunice Sueli Nodari; Miguel Mundstock Xavier de Carvalho; Paulo Afonso Zarth. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 199-217.

NODARI, Eunice; FRANK, Z. Vinhos de Altitude no Estado de Santa Catarina: a afirmação de uma identidade. **Tempo e Argumento**, v. 11, p. 183-200, 2019.

PASA, E. H.; PASA, M.S.; ARAUJO FILHO, J. V. RESISTÊNCIA DE GENÓTIPOS DE PÊSSEGO E AMEIXA À BACTERIOSE (*Xanthomonas arboricola* pv. Pruni). In: XXV Congresso de Iniciação Científica/UFPel, 2016, Pelotas. Anais do XXV Congresso de Iniciação Científica/UFPel. Pelotas: UFPel, 2016.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 8 (14), p. 79-105, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PELUSO JR., Victor Antônio. Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina. In: **Fundamento da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes,1970.

PELUSO JR., Victor Antônio. **O relevo do território catarinense**. Geosul. n.2. 1986.

PEREIRA, Laércio Barbosa; SIMIONI, Flávio José; CARIO, Sílvio Antonio Ferraz. **Evolução da produção de maçã em Santa Catarina: novas estratégias em busca de maior competitividade**. *Ensaio FEE*, v. 31, n. 1, 2010.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 23, p.149-188, 2006. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/141>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RADIN, J. C.; SILVA, C. M. da. ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 13, n. 3, p. 681-697, set./dez. 2018.

RAUPP, Marcelo Coelho. **Pequenos Getúlios: O PSD e as elites catarinenses (1945-1970)**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/479/ppgh\\_udesc\\_dissert\\_marcelo\\_coelho\\_raupp.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/479/ppgh_udesc_dissert_marcelo_coelho_raupp.pdf). Acesso em: 25 mai. 2022.

ROSA, Sérgio Eduardo Silveira; SIMÕES, Pedro Martins. **Desafios da vitivinicultura brasileira**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2004. p. 67-90.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Santa Catharina (1820)*. Tradução de Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTOS, M. A. **1992: a redescoberta da Natureza**. Estudos Avançados, v. 6, n.14, p. 95-106, 1992.

SANTOS, M. A. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

SANTOS, M. A. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, Wilson. **O setor maciêiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial**. 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.

SEZERINO, Maria Lurdes. **As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim** – Santa Catarina. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP Rio Claro, Rio Claro, São Paulo, 1982.

SILVA, C. M.; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: José Carlos Radin; Delmir Valentini; Paulo Zarth. (Org.). **História da Fronteira Sul**. 1ed.Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v. 1, p. 271-297.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: região Sul**. V.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis: Estúdios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. Os animais do Brasil nas Obras de Pierre Belon (1517-1564). **Arquivos de Zoologia**, [s.l.], v. 45, n. 3, p.45-94, 31 dez. 2014. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7793.v45i3p45-94>. Disponível em: [www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817](http://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817). Acesso em: 08 jan. 2021.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005. 374 p.

UPHOFF, Norman. “Agricultural futures: what lies beyond ‘modern agriculture’?” *Tropical Agriculture Association Newsletter* 27, nº 3 (2007): 13–19.

USHIROZAWA, Kenshi. **A cultura da maçã**. Florianópolis: ACARESC, 1978.

WERNER, R. A. **Maçã no Brasil**. Florianópolis; ACARESC, 1975.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991. P. 198-215.

## Fontes

BIAL, Alfredo. **Entrevista concedida a Jó Klanovicz**. Fraiburgo/SC, 13 fev. 2003.

BOITEUX, José Arthur. OESTE CATHARINENSE (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Conferência realizada no Centro Catharinense e na Sociedade Geographica (Rio de Janeiro) e no Club XII de Agosto (Florianópolis) em 1929. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931.

CEOM/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.) **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

COSTA, Arthur Ferreira da. O OESTE CATHATINENSE. Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas Cia., 1929.

EVARD, Henri. 74 anos. Henri Evard: **Depoimento**, novembro 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

FREY, Willy. 83 anos. **Depoimento**, 19 de outubro de 2009. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-Estados/sc/>. Acesso em: 25 de ago. 2022.

IBGE. IBGE – Séries estatísticas. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em: 25 de mar. 2022.

OLINGER, Glauco. **Projeto de fruticultura de clima temperado**. Florianópolis; ACARESC, 1970. 115p.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84p. (Epagri. Documentos, 306).

PEREIRA, A. B.; PUTZKE, J. Dicionário Brasileiro de Botânica. São Paulo: CRV, 2010.

RIBEIRO, Pedro de Alcântara; CAMILO, Anísio Pedro; PETRI, José Luiz; PEREIRA, Adilson José; CAMELATTO, Darci. **COMPORTAMENTO DE ALGUMAS CULTIVARES DE MACIEIRA EM SANTA CATARINA**. 2. ed. Florianópolis: Empasc, 1982. (Frutíferas N° 5).

SALLES, Colombo M. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: 1971.

SANTA CATARINA. Casa Militar. Disponível em: <https://www.scm.sc.gov.br/scm/governadores-de-santa-catarina/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SANTA CATARINA. CANGUSSÚ SILVEIRA MATOS. . **CULTIVARES DE UVA EM SANTA CATARINA**. Florianópolis: Empasc, 1981b. 47 p. (Boletim Técnico, Nº 12).

SANTA CATARINA. Notícia: “Epagri comemora 60 anos de extensão e 40 de pesquisa” – Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/epagri-comemora-60-anos-de-extensao-e-40-de-pesquisa-segunda-feira-com-sessao-especial-da-alesc>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTA CATARINA. MOACIR PASQUAL. . **COMPORTAMENTO DE ALGUMAS CULTIVARES DE AMEIXA PROMISSORAS PARA AS CONDIÇÕES DO ALTO RIO DO PEIXE - SC**. Florianópolis: Empasc, 1978.

SANTA CATARINA. JOSÉ LUIZ PETRI. . **POLINIZAÇÃO DA MACIEIRA NO ALTO RIO DO PEIXE, SANTA CATARINA**. Florianópolis: Empasc, 1981a. (Boletim Técnico, Nº 1).

SANTA CATARINA. ROQUE HENTSCHE. . **FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO: Produções das safras 1983/84 e 1984/85 em Santa Catarina**. Florianópolis: Acaresc, 1985.

RIBEIRO, P. de A.; CAMILO, A. P.; PETRI, J. L.; PEREIRA, A. J.; CAMELATTO, D. **COMPORTAMENTO DE ALGUMAS CULTIVARES DE MACIEIRA EM SANTA CATARINA**. Florianópolis, 2ª ed. EMPASC, 1982. 61 p. (EMPASC. Boletim Técnico, Série frutíferas, n.5).

## LEIS

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal que com este baixa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm). Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. Planalto. **Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965**: Institui o Novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 1965.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5106.htm). Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19801988/l7678.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.678%2C%20DE%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201988&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%2C%20circula%C3%A7%C3%A3o,vinho%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19801988/l7678.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.678%2C%20DE%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201988&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%2C%20circula%C3%A7%C3%A3o,vinho%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTA CATARINA. ALESC. Leis. **Lei nº 4.263, de 31 de dezembro de 1968**. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1968/4263\\_1968\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1968/4263_1968_Lei.html). Acesso em: 10 jan. 2022.

## MATÉRIAS PUBLICADAS EM REVISTAS

**CELEIRO CATARINENSE**. Chapecó, n. 4, mai/jun. 1970.

**CELEIRO CATARINENSE**. Chapecó, n. 9, out. 1972.

**CELEIRO CATARINENSE**. Chapecó, n. 11, mar. 1973.

## PERIÓDICOS

FGV. Centro de Agronegócios – Fundação Getúlio Vargas. AgroANALYSIS. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/54091/52794>. Acesso em: 02 jul. 2022.

## REDES SOCIAIS

BATAGELO, Rui Vidal. **Esta foto deve ser do ano de 1979/1980**. Fraiburgo/SC, 9 ago., 2015. Facebook: FRAIBURGO - FOTOS E FATOS! Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/1642951382592433/search/?q=1980>. Acesso em: 09 set. 2022.

JULIO, Modena. **Fotografia 22 de 38. 18 de Março de 1978**. Fraiburgo/SC, 8 dez., 2017. Facebook: FRAIBURGO - FOTOS E FATOS. Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/1642951382592433/posts/2106959156191651>. Acesso em: 09 set. 2022.

LAZZARI, Viviane Da Rosa. **Candidatas a Rainha da Maçã 1991/1992**. Fraiburgo/SC, 2 abr., 2015. Facebook: FRAIBURGO - FOTOS E FATOS!. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=831288983612450&set=gm.1656816814539223&idovanity=1642951382592433>. Acesso em: 11 set. 2022.